

MANUAL PARA PROMOVER A ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL ACADÊMICA CONTINUADA



Ruth Maria Mariani Braz
Neuza Rejane Wille Lima



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Ruth Maria Mariani Braz
Neuza Rejane Wille Lima

Manual para Promover a Atualização Profissional Acadêmica Continuada

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Braz, Ruth Maria Mariani
B362M Manual para Promover a Atualização Profissional Acadêmica Continuada
/ Ruth Maria Mariani Braz. Neuza Rejane Wille Lima. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

109 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl398

ISBN: 978-65-5367-023-5

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. acessibilidade 2. artigos-científicos- 3. direitos-autorais 4. elaboração-de-projetos I. Braz, Ruth Maria Mariani II. Lima, Neuza Rejane Wille III. Título

CDU: 370.71

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl398>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

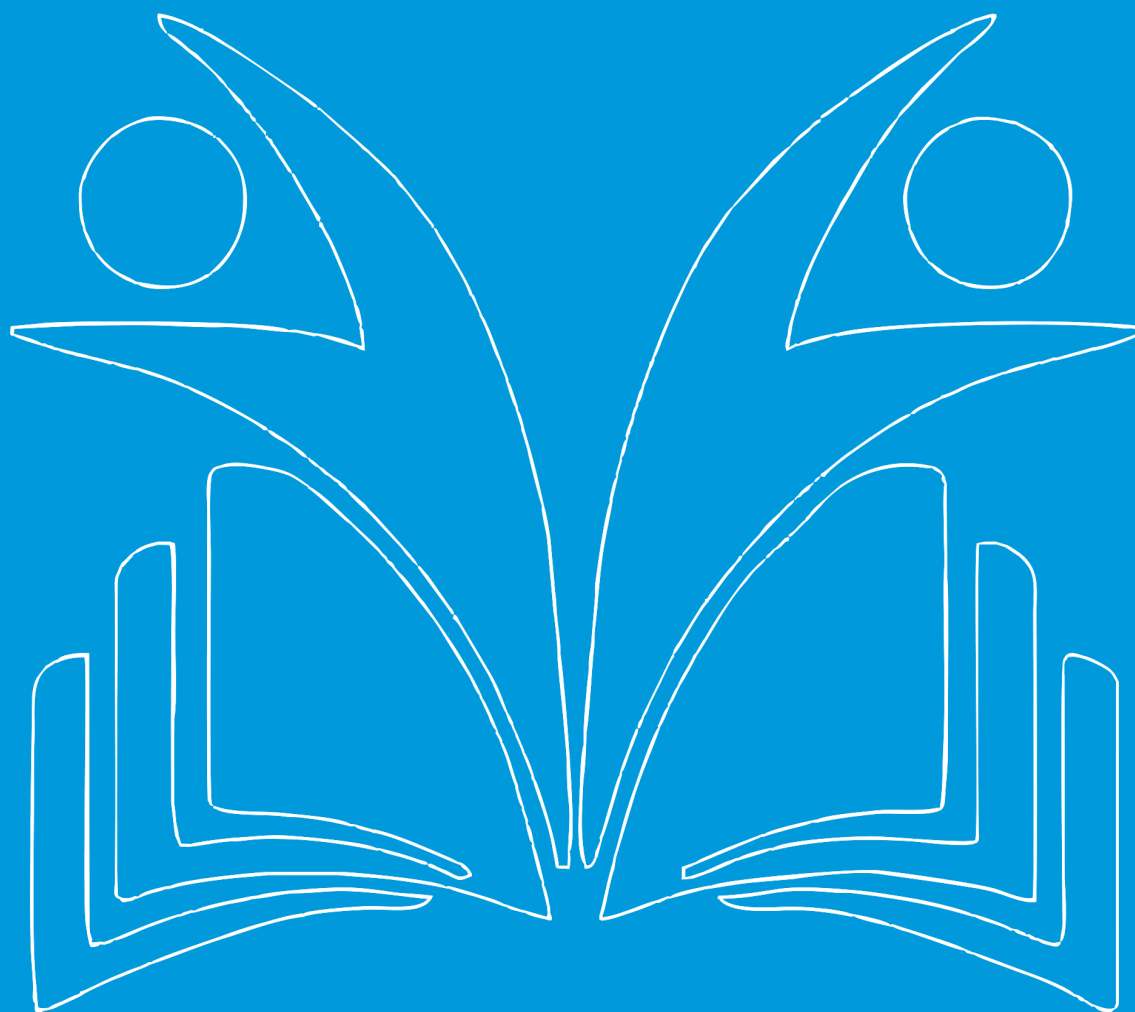
Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2022



10.37423/2021.edcl398



PREFÁCIO

Nos dias de hoje, a atualização profissional como forma de educação continuada deve ser encarada como um processo tão orgânico quanto escovar os dentes. Isso porque além da constante construção de conhecimento, ela favorece a criação de novos ambientes de aprendizagem. Não são apenas as habilidades acadêmicas que garantem o sucesso profissional, mas o aprendizado permanente, principalmente na Era Digital, devido a velocidade de informações. Neste contexto, aparece a atualização tecnológica com as principais tendências da Tecnologia da Informação (TI) que promovem e prometem auxiliar cada vez mais a atuação de diversos profissionais.

Este livro oferece ao leitor um verdadeiro manual de atualização acadêmico-profissional relatando os meandros que um professor-pesquisador deve percorrer, para fazer a sua pesquisa e publicá-la, respeitando os aspectos legais/éticos e inclusivos.

Os autores, são “feras” (i.e.: aquele que faz tudo, sabe tudo, jeitoso, consegue o que muitos não conseguem) no ambiente acadêmico-profissional e nos apresentam aqui, detalhes de buscas e registros com muita propriedade e leveza. O resultado é um convite ao professor-pesquisador para mergulhar e conhecer metodologias e tecnologias inovadoras que irão facilitar o desenvolvimento de suas pesquisas.

Desejo a todos os leitores uma boa leitura e muito sucesso!

Doutora Suzete Araujo Oliveira Gomes

Professora Associada II

Departamento de Biologia Geral

Instituto de Biologia

Universidade Federal Fluminense

PERFIL DAS ORGANIZADORAS

Neuza Rejane Wille Lima

Graduada em Ciências Biológicas (Biologia Marinha) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983), Mestre em Biofísica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), Doutora (Programa Sanduíche-CNPq) em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos/Center for Theoretical and Applied Geneticis, Rutgers University (USA) (1993). Foi Presidente da Associação Brasileira em Diversidade e Inclusão (ABDI) 2015-2019). Foi Líder do Grupo de Pesquisa NDVIS (Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Processos, Produtos e Inovação Tecnológica para o Ensino de Pessoas com Deficiência Visual CNPq/UFF, 2015-2019). Foi Vice Coordenadora e Coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF) (2015-2018). Foi Tutora do Pró PET Bio Fronteiras do Instituto de Biologia da UFF (2013- 2019). Foi Chefe do Departamento de Biologia Geral do Instituto de Biologia da UFF (2018-2020). Atualmente, é Professora Titular da Universidade Federal Fluminense, desde 06/12/2018. Orienta nos Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) da UFF. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia Aplicada e Teórica, atuando principalmente nos seguintes temas: ecologia evolutiva, ecologia de populações, evolução do sexo e divulgação científica em biologia. Desde 2014, vem atuando também na área de ensino inclusivo, especialmente em questões de produção de materiais e descrição epistemológica dos processos de construção de conhecimento para atender as demandas nas áreas de deficiência visual, principalmente, e surdocegueira, discalculia e nanismo.

<http://lattes.cnpq.br/5261670227615321>

<https://orcid.org/0000-0002-5191-537X>

e-mail: rejane_

Ruth Maria Mariani Braz

Doutora em Ciências e Biotecnologia, do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense; reconhecido o nível pela Universidade do Minho do doutoramento em ciências da Educação e realizei o doutoramento sanduiche na Universidade do Porto. Especialista? Lato Sensu? em Educação Física Especial (Universidade Castelo Branco). Tenho a graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Sou professor docente I - Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro e professor do Curso de mestrado profissional em Diversidade e Inclusão da UFF. Atuei como coordenadora executiva do projeto Internacional Spread The Sign no Brasil e coordeno o núcleo de Inclusão Galileu Galilei e participo do grupo de pesquisa TeCEADI+: Tecnologias Computacionais no ensino e aprendizagem na ótica da Diversidade, Inclusão e Inovação Sou orientadora de alunos do curso de Mestrado Profissional de Diversidade e Inclusão do Instituto de Biologia da UFF. Desenvolvo pesquisas ligada aos temas: Educação Inclusiva, Educação de Surdos, Tecnologia Assistiva, gêneros; confecção de materiais didáticos adaptado, didática com o intuito de auxiliar os alunos com deficiências nas classes regulares de ensino, filosofia esta que defendo e é adotada atualmente nas instituições na qual trabalho. Tenho experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Inclusiva, tecnologia e didática, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de docentes, políticas públicas, diversidade, Interdisciplinaridade, sensibilização, adaptação e confecção de materiais didáticos e brincar.

<http://lattes.cnpq.br/8386383577325343>

<https://orcid.org/0000-0003-2224-9643>

e-mail: ruthmariani@id.uff.br

PERFIL DOS AUTORES

Elias dos Santos Silva Junior

Doutorando em Ciências Tecnologia e Inclusão - PGCTIn - UFF; Mestre em Diversidade e Inclusão (UFF, 2018); Especialista em Tecnologia de Redes de Computadores (UFLA, 2008); Licenciado em Informática pela Universidade Veiga de Almeida (UVA, 2007); Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Veiga de Almeida (UVA, 2006). Técnico em Informática pelo Centro de Ensino e Treinamento Aplicado a Profissionais (CETAP, 2016). Técnico em Eletrônica pela Escola Técnica Estadual Henrique Lage (ETEHL, 1999). Registro CREA RJ 2000104200 desde Jul./2000. Professor Docente II de 2007 até 2010, lecionando as seguintes disciplinas: Montagem e Manutenção de Computadores, Lógica e Algoritmos, Informática Básica, Redes de Computadores, Programação para Internet, Análise e Método de Pesquisa, no curso Pós-médio do Colégio Estadual Professor Renato Azevedo (Cabo Frio RJ). Pesquisador na área de Tecnologia Assistiva destinada à Deficiência Visual aplicando a Eletrônica e a Computação em Mapas Táteis. Experiência na área da Eletrônica, Ciência da Computação, Redes de Computadores, Educação e Ensino da Informática.

<http://lattes.cnpq.br/6845598390174960>

<https://orcid.org/0000-0001-6972-8831>

e-mail: elias_junior@id.uff.br

Fabiana Ferreira Braga Madeira

Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inclusão (PGCTIn/UFF). Mestre em Diversidade e Inclusão pelo Curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal Fluminense (CMPDI/UFF). Possui Pós-graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa pela Cátedra da UNESCO em parceria com o Exército Brasileiro; Pedagogia bilíngue pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES); Ensino, Tradução e Interpretação de Libras (UFRJ). Bacharel e Licenciada em Letras Português/ francês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pedagogia (UNINTER). Atuante no Grupo de Pesquisa Tecnologias Computacionais no ensino e aprendizagem na ótica da Diversidade, Inclusão e Inovação (UFF). É especialista em Análise do Discurso, Ensino e Educação de Surdos.

<http://lattes.cnpq.br/0030967841281047>

<https://orcid.org/.0000-0002-5758-9974>

e-mail: fabianafb@id.uff.br

Ilma Rodrigues de Souza Fausto

Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) da UFF. Mestre em Educação Escolar - PPGEPROF pela UNIR (2021), Analista de Sistemas (2006), Pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior (2007), Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica (2007); Pós-Graduada em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar (2007); Pós-Graduada em Gestão e Segurança do Trabalho (2009); Pós-Graduada em Pedagogia Empresarial (2009). Atualmente é Professora em Regime de Dedicação Exclusiva do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO/Campus Ji-Paraná, atuando nos cursos: Licenciatura em Química, Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Nota 5 MEC), atua como formadora de profissionais da educação na área de tecnologia. É pesquisadora da área de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade na Produção de Documentos. Coordenadora do Ensino à Distância - IFRO Campus Ji-Paraná, gestora dos cursos EAD Campus Ji-Paraná: MEDIOTEC - Cursos Técnicos Concomitantes Ao Ensino Médio; Curso Técnico Em Administração Subsequente Ao Ensino Médio; Superior De Tecnologia Em Gestão Comercial; Superior De Tecnologia Em Gestão Pública; Coordenadora dos Cursos De Formação Continuada Em Serviço: Tecnologia Assistiva Com Ênfase Na Educação Especial Na Perspectiva Inclusiva Curso De Formação Continuada Em Serviço De Professores: Tecnologias Educacionais Para Ensinar E Aprender. Participou do Projeto Empoderamento da Mulher; Participou do Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia? Escola de Conselhos IFRO. Coordenou como adjunta os cursos: FIC - Motorista de Transporte Escolar; FIC - Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet; FIC - Motorista de Transporte de Produtos Perigosos; FIC - Assistente de Logística; FIC - Motorista de Transporte de Passageiros; FIC - Motorista de Transporte de Carga; FIC - Operador de Computador; FIC - Administrador de Banco de Dados do Programa Novos Caminhos do Governo Federal.  Linhas de Linhas de Pesquisa: Culturas, Diferenças e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (EPAEE); Inclusão de Estudante Público Alvo da Educação Especial (EPAEE) e Diversidade Estudo de Processos; Métodos e Linguagem de Programação Aplicadas ao Desenvolvimento de Softwares; O Pensamento Computacional e seu impacto na diversidade e inclusão;  Membro do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (OIIIIPE)  Membro do Grupo de Trabalho em Educação Especial na perspectiva inclusiva - Simpósio Internacional trabalho, Relações de trabalho, Educação e Identidade ? SITRE 2022



<https://www.researchgate.net/profile/Ilma-Rodrigues-De-Fausto/>



[linkedin/in/ilmafausto](https://www.linkedin.com/in/ilmafausto)



Facebook <https://www.facebook.com/ilma.fausto>



Perfil no

Google Acadêmico ativado  de Pesquisa: GPPDS - Processo e Desenvolvimento de Software - IFRO
EDUCA - Multidisciplinar Em Educação E Infância - UNIR GEPEIN - grupo de estudos e pesquisas sobre
educação infantil e primeira infância - UNIR TeCEADI+ tecnologias computacionais no ensino e
aprendizagem na ótica da diversidade, inclusão e inovação – UFF.

<http://lattes.cnpq.br/3193486844184524>

<https://orcid.org/0000-0003-3850-5066>

e-mail: ilma.rodriques@ifro.edu.br

Luciana da Silva Goudinho

Mestre em Estudos de Literatura pela UFF com pesquisa voltada para o estudo de Histórias em Quadrinhos e o Romance Policial Brasileiro. Graduada em Letras - Português/Literatura com pesquisa na área da Semiótica pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente Professora Bilíngue concursada na Prefeitura de Niterói, desenvolvendo materiais adaptados em Libras para alunos das séries iniciais e Professora de Sala de Recursos Multifuncionais concursada na Rede Municipal do Rio de Janeiro, com foco na produção de materiais adaptados para alunos autistas e com dificuldades de aprendizagem. Certificada pelo PROLIBRAS para atuar como Tradutora Intérprete e Professora de Libras. Pesquisas e estudos voltados para o Ensino da Língua Portuguesa para Surdos e no Ensino de Libras para Classes de Ouvintes. Colaboradora do Projeto Galileu Galilei - Produção de materiais didáticos adaptados. Cursando Pós-Graduação em Tradução/Interpretação e Docência de LIBRAS pela Unintese. Aluna do curso de extensão "Pensando a escrita do Surdo: descrição, demandas e propostas pedagógicas", promovido pelo Núcleo de Estudos sobre Interlíngua e Surdez (NEIS-UFRJ).

<http://lattes.cnpq.br/0371046604610691>

<http://orcid.org/0000-0003-3925-3366>

e-mail: goudinholuciana@gmail.com

Luciana Tavares Perdigão

Doutoranda em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTin - UFF). Mestre em Diversidade e Inclusão (CMPDI - UFF) com pesquisa sobre a audiodescrição no ensino superior a distância. Bacharel em Design Gráfico pela Universidade do Estado de Minas Gerais (1999), pós-graduada em Informática Aplicada

pelo CEFET MG (2002), em Design Instrucional para EAD na UNIFEI (2012) e em Tradução Audiovisual Acessível - Audiodescrição pela UECE (2018). Técnica em EAD - Divulgação Científica da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ e Coordenadora do NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Fundação Cecierj.

<http://lattes.cnpq.br/6610549161851715>

<https://orcid.org/0000-0002-5662-212X>

e-mail: lucianaperdigao@id.uff.br

Marlene Rodrigues

Doutora em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras - Campus Araraquara (FCLAr) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) (2018); Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2008); Mestre em Linguagem e Educação pela AVEC (2000); Especialista em Psicopedagogia (1999), Metodologia do Ensino Superior (1994) e Supervisão e Administração Escolar (1993); Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Barão de Mauá (1988). Atua há mais de vinte anos na Educação Superior em atividades ligadas a docência com dedicação nas áreas da Educação Inclusiva e Educação Especial, Educação Infantil e Atividades Educacionais em Espaços não Escolares. Atuou como coordenadora de Cursos de Pedagogia, organização de eventos de formação de professores, e atualmente é professora da Universidade Federal de Rondônia nas áreas relacionadas. É professora e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar-Mestrado e Doutorado Profissional -UNIR. É Membro do Grupo de Pesquisa Educa (UNIR) e Vice-líder do Grupo de Pesquisa GEIPEIN.

<http://lattes.cnpq.br/8359994534766008>

<https://orcid.org/0000-0002-3030-6057>

e-mail: marlene.rodrigues@unir.br

Marta Maria Alonso de Siqueira

Graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (2002), mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2006) e pós-graduada Lato Sensu na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro em Direito Público e Privado (2008). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inclusão da Universidade Federal Fluminense (2019). Desde 01/2011 é professora do Curso de Direito da FACHA, lecionando Direito Civil,

Administrativo e Internacional Público. Pesquisadora. Professora substituta de Direito Civil da UFRJ até 2017. Atualmente é Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

<http://lattes.cnpq.br/3688125382756826>

<https://orcid.org/0000-0002-6271-2615>

e-mail: martasiqueira@id.uff.br

Sumário

1. ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL: UM PROCESSO SEM FIM ...	13
REFERÊNCIAS	16
2. A PROPOSTA DA DISCIPLINA ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO CMPDI/UFF	18
EMENTA DA DISCIPLINA EM QUESTÃO	20
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.....	20
ATIVIDADES PROMOVIDAS NA DISCIPLINA.....	21
BASE DE BUSCA DE REFERÊNCIAS	23
3. RESPONDENDO ÀS PERGUNTAS CRUCIAIS: POR QUE E ONDE PUBLICAR?	24
PUBLICAR EM INGLÊS OU EM PORTUGUÊS?	25
REFERÊNCIAS	32
4. PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NO BRASIL	33
O BRASIL É O PAÍS COM MAIS PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA EM ACESSO ABERTO	33
FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AO PERIÓDICO CIENTÍFICO.....	35
QUAIS SÃO OS INDICADORES DE VISIBILIDADE E QUALIDADE DE UMA REVISTA CIENTÍFICA?	36
A MELHOR REVISTA CIENTÍFICA BRASILEIRA	38
REFERÊNCIAS	41
5. MANUAL DE INTRODUÇÃO AO ZOTERO.....	43
INTRODUÇÃO	43
O PROGRAMA.....	44
PREFERÊNCIAS	45
IMPORTAR REGISTROS DE UMA BASE.....	50
IMPORTAR DADOS BIBLIOGRÁFICOS DE UM DOCUMENTO. RIS	52
IMPORTAR REGISTROS DE OUTRAS FONTES	55
CRIAR UMA BIBLIOGRAFIA.....	61
6. MENDELEY	66
REFERÊNCIA	69
7. PLATAFORMA LATTES	70

INSTITUIÇÕES E REDES INTERNACIONAIS QUE ESTÃO LISTADAS À REDE SCIENTI:.....	72
GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA - GDI QUE ESTÃO LISTADAS À REDE SCIENTI:.....	72
REFERÊNCIAS	82
8. AFINAL, O QUE É DIREITO AUTORAL?.....	82
A LEI DE DIREITOS AUTORAIS E O PL 2.370/19: O QUE MUDA?	87
REFERÊNCIAS	91
9. FINANCIAMENTO DE PROJETOS	92
COMO CAPTAR RECURSOS.....	92
TIPOS DE EDITAIS ACADÊMICOS	93
INFORMAÇÕES ATUALIZADAS	93
COMO MONTAR UM PROJETO.....	94
PLANO FINANCEIRO	94
FOMENTADORAS DE PESQUISA	96
FOMENTADORAS NACIONAIS	96
FOMENTADORAS ESTADUAIS	96
FOMENTADORAS INTERNACIONAIS	98
FOMENTADORAS PRIVADAS E INSTITUIÇÕES DIVERSAS	98
CURRÍCULO E FORMAÇÃO CONTINUADA.....	99
REFERÊNCIA	101
10. A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS COM ACESSIBILIDADE	102
DESENVOLVIMENTO	102
REFERENCIAS	106

1. ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL: UM PROCESSO SEM FIM ...

Neuza Rejane Wille Lima

Nos dias atuais, a necessidade da formação continuada dos profissionais evidencia a importância de se estudar, pesquisar e se diplomar nas diferentes áreas dos seus saberes, a exemplo do que vem acontecendo com os docentes em vários níveis.

Assim,

(...) conhecer o professor, sua formação básica e como ele se constrói ao longo da sua carreira profissional são fundamentais para que se compreendam as práticas pedagógicas dentro das escolas. Entendemos que se tornar professor, é um processo de longa duração, de novas aprendizagens e sem um fim determinado (NÓVOA, 1999 apud WENGZYNSKI; TOZETTO, 2012).

Nessa perspectiva, a formação profissional continuada de um professor ou qualquer outro profissional pode acontecer de modo prático e através de cursos nas modalidades presenciais, remotos e/ou à distância e será mais proveitosa se envolver atividades práticas para que eles ressignificar as suas atuações ao longo do seu tempo de atuação (MELO; LIMA, 2014).

Nesse cenário, deve-se

(...) trazer novas questões da prática e buscar compreendê-las sob o enfoque da teoria e na própria prática permite articular novos saberes na construção ... [de uma profissão] ..., dialogando com os envolvidos no processo que envolve a formação (IMBERNÓN, 2010). (WENGZYNSKI; TOZETTO, 2012, p. 2).

Os conhecimentos de um profissional consolidado mediante a formação permanente devem se apoiar tanto na aquisição de novos conhecimentos teóricos como nas competências em processar as informações disponíveis, analisar e fazer uma reflexão crítica sobre as tarefas a serem cumpridas, contando sempre diagnósticos e decisões racionais para avaliar os processos de construção, reformulação e realização de projetos e, finalmente, divulgar os resultados produzidos (WENGZYNSKI; TOZETTO, 2012).

No Brasil, até o final dos anos 1970, os nossos cursos de ensino superior e os poucos cursos técnicos eram o último degrau a ser alcançado nas carreiras acadêmicas e técnicas. Eu vivi isso como estudante de graduação em Ciências Biológicas de uma universidade federal e vi que a cada ano da minha formação tornava-se necessário uma formação continuada para a conquista de novos títulos.

Em 1980, quando ingressei na UFRJ soube que após o recebimento do meu diploma eu poderia dar início a uma longa e estável carreira no mercado de trabalho. Porém, em 1982 eu soube que o mestrado era necessário. Em 1987, ao defender a dissertação de mestrado, eu já sabia que as novas regras indicavam que era necessário ter o título de doutorado para garantir o acesso às universidades como docente/pesquisador. Fazer um pós-doutorado (pós-doc.) passou a ser relevante em nosso país a partir da década de 1990.

Esta era a realidade sem ou pobremente assistida pela internet. A partir da década 2000 surge um mundo cada vez mais globalizado e conectado através de várias mídias e instrumentos tecnológicos, incluindo os celulares, um verdadeiro computador de bolso (VILAÇA; ARAÚJO, 2016).

A partir de 2010, espera-se que os pesquisadores façam mais de um pós-doc., assim que seja possível. Em 2015, foram definidos nas universidades federais do Brasil os critérios para se julgar a solicitação dos professores associados ao acesso à classe E de professor titular (MEC, s/d; BRASIL, 2013; UFF, 2015; SAG, 2016). Assim, eu fui!!! (LIMA, 2018).

A evolução e retrocessos na economia, as situações de crises e as oscilações constantes em nossas histórias, as condições próprias de cada mercado de trabalho, nos impõe várias mudanças de postura por parte do profissional. A isso se chama EVOLUÇÃO onde as extinções e os surgimentos de carreiras, empregos e profissões fazem parte do processo.

Nessa realidade, “o profissional tem que ser multiplicador de conhecimento e conhecer diversas funções e novos parâmetros para poder administrar novos conceitos e funções diferenciadas.” (SOUZA, 2016). Assim, é visível que num mercado de trabalho em constante mutação e evolução necessita de profissionais atualizados e remodelados

O tempo de se requerer especialista em uma única área do conhecimento está em extinção, mesmo para os profissionais altamente gabaritados. Nesse cenário atual, a crescente construção de novos conhecimentos e expertises novos conhecimentos vem se tornando uma realidade sem volta, que nos acompanha ao longo de nossas vidas, tanto na esfera profissional quanto pessoal.

A sobrevivência depende de nossa constante atualização que envolve:

1. Reciclar o currículo,
2. Buscar novos horizontes profissionais,

3. Participar de inúmeras trocas de experiências através de cursos, workshops, oficinas, simpósios, congressos, entre outros,
4. Expandir o número de novos contatos,
5. Estabelecer nova parcerias,
6. Gerar novos produtos e estratégias.

É importante destacar que, constantemente, novas técnicas, novos conhecimentos e novas plataformas tecnológicas são criadas, testadas e lançadas em todos os campos de trabalho para otimizar a nossa produtividade e viabilizar a nossa existência. Por isso, devemos nos Atualizar Profissionalmente, sempre!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013. 2013. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm#art1 Acesso em: 30 mar. 2021.

FUNDAÇÃO VANZOLINI. A importância do profissional atualizado. Disponível em: <https://vanzolini.org.br/weblog/2016/12/23/importancia-do-profissional-atualizado/> Acesso em: 30 mar. 2021.

MEC. Ministério da Educação. Aspectos conceituais da proposta de reestruturação das carreiras de docentes (s/d). Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11222-aspectos-conceituais-02-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 30 mar. 2021.

MELO, Raimunda Alves; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. Formação continuada de professores e sua contribuição para a docência nas escolas do campo. Didática e Prática de Ensino na relação com a Formação de Professores. EdUECE, Editora da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Livro 2, 2014. Disponível em:

<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/FORMA%C3%87%C3%83O%20CONTINUADA%20DE%20PROFESSORES%20E%20SUA%20CONTRIBUI%C3%87%C3%83O%20PARA%20A%20DOC%C3%8ANCIA%20NAS%20ESCOLAS%20DO%20CAMPO.pdf> Acesso em: 30 mar. 2021.

SAG. Secretaria de Atividades Gerenciais. Carreira Docente. 2016. Disponível em: <http://www.sag.poli.ufrj.br/carreira.php> Acesso em: 30 mar. 2021.

SOUZA, Cristiano. O desaparecimento de algumas profissões e a criação de novos conceitos. 2016. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/o-desaparecimento-de-algumas-profisses-e-a-criao-de-novos-conceitos/> Acesso em: 30 mar. 2021.

SOUZA, Sandra Rodrigues de; WAGNER, Rosemeire Rodrigues. A formação continuada do professor. Porto Alegre: Artmed, 2010. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa, 4ª. ed. São Paulo, SP. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/MZNBkwvmN2yvURo_2017-1-21-11-10-59.pdf Acesso em: 30 mar. 2021.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa; ARAUJO, Elaine Vasquez Ferreira de (orgs.). Tecnologia, sociedade e educação na era digital. 2016. Disponível em:

http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/tecnologia,sociedadeeeducacaonaeradigital_011120181554.pdf Acesso em: 30 mar. 2021.

UFF. A UFF define critérios para acesso à classe de professor titular. 2015. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/noticias/2015/01/uff-define-criterios-professor-titular.php> Acesso em: 30 mar. 2021.

WENGZYNSKI, Danielle Cristiane; TOZETTO, Soares Suzana. A formação continuada face às suas contribuições para a docência. IX ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2012, Anais ... Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/2107/513> Acesso em: 30 mar. 2021.

2. A PROPOSTA DA DISCIPLINA ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO CMPDI/UFF

Ruth Mariani

Esta disciplina tem o objetivo de preparar o discente a pensar estrategicamente a perceber e reconhecer o que é preciso para se encaixar na vida acadêmica, onde a produção e as suas aspirações pessoais dependem de uma organização e de um conhecimento específico. Com este manual estamos auxiliando o pesquisador no desenvolvimento estratégico do tempo, a capacidade de estabelecer um equilíbrio entre o pensamento a longo prazo e a curto prazo. Propomos ensinar o futuro pesquisador a estabelecer o que tem pouco impacto, urgência e muita urgência para as prioridades de um trabalho acadêmico.

Durante a preparação deste material, levamos em conta que todos os sujeitos guardam em suas vidas alguma experiência com a diversidade de conteúdos e informações que no mundo globalizado estão disponíveis.

A situação da educação no país não é das melhores, a avaliação do Programa Internacional de avaliação dos alunos (PISA), tem nos mostrado que temos um grande caminho a percorrer, principalmente quando se trata da escola ser vista como um meio onde todos os alunos se comuniquem e convivam sem que haja preconceito. Onde todos convivam com todos e possam aprender juntos. Para que haja equidade no ensino se faz necessário, a formação inicial e continuada dos professores, por isso a disciplina atualização profissional no curso de mestrado em Diversidade e Inclusão.

No mundo contemporâneo, à própria condição humana esteve a prova neste momento de pandemia, obrigando as escolas, as universidades a repensar sobre as suas estratégias, as ferramentas, os métodos que devemos utilizar e como realizar as pesquisas sem estar no campo presencialmente. Uma questão que pode ser passageira ou poderá permanecer durante muito tempo na história.

Pensando nesta situação, definimos que o desenvolvimento dos futuros professores e dos pesquisadores poderiam ser revistos, por isso a atualização profissional.

Embora a definição de inclusão social ainda se mostre polêmica, existem iniciativas que poderão ser úteis do ponto de vista teórico que serão expressos no decorrer deste material.

Em termos ideais, todos os pesquisadores deveriam adquirir o conhecimento sobre os conteúdos aqui propostos, no entanto, isso ainda não é uma realidade. Para que esse processo avance, torna-se necessário o investimento na formação dos educadores, o que justifica este caderno de sugestões cujo

objetivo é sensibilizar e instrumentalizar os pesquisadores para o desenvolvimento de sua pesquisa respeitando as resoluções dos comitês de ética que estão em vigor, sobretudo quando buscamos informações de como atender aqueles que apresentam algum tipo de deficiência, condutas típicas e altas habilidades.

Além disso, espera-se também que a leitura deste material possa contribuir para a reorganização do projeto de pesquisa adequando-o à proposta de uma educação inclusiva. Bruce e Langdon, (2007) escreveram sobre pensar estrategicamente a sua vida profissional e criaram uma tabela que poderá ser útil a todos (**Quadro 1**).

Para que todos tenhamos a nossa meta alcançada, devemos entender quais são as tendências externas e internas que nos motivam para a pesquisa, desenvolver os pontos fortes e os pontos fracos da nossa personalidade; produzir textos científicos com as todas as etapas: Introdução, objetivo, metodologia, resultados, discussão e conclusão.

Quadro 1 - Assumindo o controle.

Perceba a estratégia	compreenda a estrutura	centre-se na estratégia	planeie para ter êxito
preste a atenção no futuro	estratégia organizacional	utilize três níveis de estratégias	Obtenha informação rigorosa
Certifique-se que as decisões se encaixam no pensamento a longo prazo.	estratégia de equipe	continue a planejar	mantenha o objetivo presente
Avalie quais são as questões que têm grande impacto	a estratégia da equipe se encaixa na organizacional	estabeleça uma estrutura	Não se desvie
Equilibre o pensamento a curto prazo e a longo prazo	a estratégia pessoal ajuda-o a alcançar um equilíbrio vida/trabalho	adapte aos pormenores do plano sempre que precisar	Evite respostas a curto prazo.

Fonte: Bruce e Langdon (2007, p. 22 e 23).

A proposta da disciplina atualização profissional foi criar um ambiente relaxado e pacífico, com discussões francas e abertas, com as tendências tecnológicas, possibilitando que a informação se torne possível. Os avanços na pesquisa, com os diversos recursos, software variados, veio a facilitar a otimização do tempo. A escolha de qual software usar, irá depender do usuário, pois, cada um se adapta às ferramentas de diferentes maneiras, o despertar da curiosidade tem um impacto positivo no pesquisador. Citando Plutarco (filósofo da antiguidade grega). A mente não deve encher-se como se fosse um recipiente, mas sim incendiar-se como fogo.

EMENTA DA DISCIPLINA EM QUESTÃO

A disciplina de caráter presencial visa investir e estimular no profissional a busca pelo conhecimento de forma autônoma, reconhecendo a universidade como local de consulta e acesso às informações atualizadas sobre os diferentes temas da sociedade. Assim, após a escolha da área de atuação (ex: Exatas, Humanas, Biológicas), o aluno deverá se submeter a uma avaliação que exigirá uma preparação e uma (in)formação que este deverá adquirir de forma autônoma. Durante esse período de preparação o discente terá acesso ao material online, tutores, palestra/seminários e mesas redondas de forma a se qualificar para essa avaliação (Sigla: EGB, Número: 10129, Créditos: 1, Carga Horária:30).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 1 - Apresentação da disciplina aos mestrandos, ouvir suas expectativas, após aplicação de questionário online que servirá para publicação de um artigo coletivo – Aplicação de questionário. - Google Acadêmico

Aula 2 – Construir um Formulário no Google Form e fazer Validação. Ferramentas para o ensino online.

Aula 3 – Cadastro e consulta no Orcid.org e ResearchGate.

18/03 - Como fazer um resumo e um projeto?

Aula 4 – Cadastro e consulta no Publons e Educapes.

Aula 5 – Acessibilidade aos slides e aos documentos.

Aula 6 – Zotero - Como fazer busca das palavras chaves nas bases científicas? Perdígão – AULA INVERTIDA.

Aula 7 - Mendeley - Como fazer busca das palavras chaves nas bases científicas? Elias

Aula 8 – Vídeos para complementar as referências bibliográficas.

Aula 9 - Financiamentos de projetos – Sigproj e Sisfaperj

Aula 10 - *Quais* das revistas e Fatores de Impacto.

Aula 11 - Direitos Autorais. Para que serve a ficha catalográfica? Por que fazer o registro das produções?

Aula 12 – Ferramentas do Word e do Excel. Como fazer um sumário, como numerar páginas, recuo.

Aula 13 – Cadastro e Submissão na Plataforma Brasil.

Aula 14 – Discussão das respostas obtidas através de questionários online.

Aula 15 - Apresentação de trabalhos finais e Aplicação de questionário avaliativo para finalizar o nosso trabalho.

ATIVIDADES PROMOVIDAS NA DISCIPLINA

1) Escolha as 5 palavras chave da sua pesquisa e faça um levantamento bibliográfico de quantos artigos estão disponíveis sobre cada um dos temas nas bases científicas: periódicos da Capes (<https://www.periodicos.capes.gov.br/>); Scielo (<https://scielo.org/>); Google acadêmico (<https://scholar.google.com/>); LILACS (<http://lilacs.bvsalud.org/>); Eric (<https://eric.ed.gov/>); ResearchGate (<https://www.researchgate.net/>).

2) Após isso ter sido realizado, discorra sobre o que os autores mais importantes mencionam sobre o tema, listando os artigos em uma Tabela.

3) Qualis das revistas. Todos receberam o Qualis das revistas que estão disponíveis na CAPES. Agora escolha um artigo seu e formate de acordo com a revista que está lhe solicitando. Consideramos a tarefa cumprida quando o aluno enviar:

a) o nome da revista,

b) o artigo escolhido formatado.

c) um parágrafo sobre as dificuldades e facilidades para submeter o artigo na revista escolhida.

d) Nesta fase final, o aluno deverá apresentar em 5 slides o seu projeto para todos da turma no dia 3/6.

e) Os colegas deverão produzir uma ficha no Google Form, contendo 5 itens para analisar cada projeto apresentado, fazendo a análise imediatamente após a apresentação e depois enviar os resultados produzidos.

BASE DE BUSCA DE REFERÊNCIAS

- a) <http://www.sibi.usp.br/apoio-pesquisador/agencias-financiamento/>
- b) <https://capta.org.br/fontes-de-financiamento/oportunidades/>
- c) <http://www.finep.gov.br/>
- d) <https://plataforma9.com/financiamento/capes-stint-financiamento-para-projetos-de-pesquisa-brasil-e-suecia.htm>
- e) <http://agencia.fapesp.br/agencias-de-fomento-a-pesquisa-debatem-criterios-para-o-financiamento-de-projetos/30407/>
- f) <https://www.financiamentodainovacao.com.br/editais/>
- g) <http://www.faperj.br/>
- h) <https://gulbenkian.pt/>
- i) <https://prosas.com.br/editais/5407-edital-fundos-da-infancia-e-da-adolescencia-2019>
- j) <https://observatorio3setor.org.br/noticias/itau-social-oferece-recursos-para-projetos-voltados-para-criancas/>
- k) <https://plataforma9.com/financiamento/programa-de-apoio-a-pesquisa-na-biblioteca-nacional-2019.htm>
- l) <https://www.dwih-saopaulo.org/pt/pesquisa-e-inovacao/cenario-de-pesquisa-e-inovacao-no-brasil/financiamento-de-pesquisa-e-inovacao/>
- m) https://crowdinvestingbrasil.com.br/?gclid=CjwKCAjw5_DsBRBPEiwAIEDRWyP4yI3RcPgZ2P1Y-9WKANUZ57RdsWrAq7Alg71V08BjeemhAp3SWRoCM24QAvD_BwE
- n) <https://www.erasmusmais.pt/o-programa>
- o) <https://publons.com/researcher/>
- p) <https://docs.google.com/forms/>

3. RESPONDENDO ÀS PERGUNTAS CRUCIAIS: POR QUE E ONDE PUBLICAR?

Neuza Rejane Wille Lima

Panorama

Diferentes estimativas do número de periódicos científicos apontam que existem entre 40 mil e 70 mil revistas em todo mundo. Por exemplo, o índice Ulrich's registra mais de 70 mil periódicos "*refereed/peer-reviewed*" (arbitrado & revisado por pares) dos quais mais de 50 mil são publicados online.

Esse índice é assim chamado em homenagem ao nome de sua fundadora - a chefe de periódicos da Biblioteca Pública de Nova York, Ms. Carolyn Farquhar Ulrich (1880 - 1969). O índice Ulrich foi publicado pela primeira vez no ano de 1932 como um Diretório de Periódicos - Guia Classificado para uma Lista Seleccionada de Periódicos Externos e Nacionais. Ao longo dos anos, as características desse índice como os seus cabeçalhos de assunto vêm sendo adicionados, modificados e atualizados pelas equipes editoriais visando garantir que as informações disponibilizadas pelo Ulrich mantenham um ritmo e complexidade que atendam às necessidades de informação dos usuários.

Através de outras plataformas, contamos também com o Portal de Periódicos CAPES que, em 2014, dava acesso completo a mais de 37 mil periódicos científicos através do Web of Science. Também há o Scielo (do inglês: Scientific Electronic Library Online ou Biblioteca Eletrônica Científica Online) que talvez represente, depois da Web of Science, uma das maiores bibliotecas digitais de livre acesso que vem funcionando através de um modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros, e de outros países que foram incorporados ao longo do tempo. Hoje, além do Brasil, a rede Scielo também conta com mais de 15 países.

O Scielo resulta de um projeto de pesquisa que foi financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo), em parceria com o Bireme (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde). Desde 2002, o projeto conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Scielo começou a funcionar em 1996, visando internacionalizar os resultados da produção científica brasileira e construir uma base de dados que provesse indicadores para se avaliar, nacionalmente, a produção científica dos brasileiros e suas instituições. Atualmente, participam na rede SciELO os seguintes países: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, Equador, México, Peru, Paraguai, Portugal, estando em preparação a participação do Uruguai e da

Venezuela. O Scielo está, constantemente, se aprimorando e vem contando com vários avanços, tais como a periódica inclusão de novos títulos de periódicos.

Atualmente, existem em torno de 33 mil que publicam os seus textos somente na língua inglesa. Assim, a primeira decisão a se tomar é:

PUBLICAR EM INGLÊS OU EM PORTUGUÊS?

A revista mais antiga que publica até hoje é a *Philosophical Transactions of the Royal Society*, ou seja, *Transações Filosóficas da Sociedade Real de Londres*, da academia britânica de ciências que foi fundada em 1665, com exemplares vendidos a 1 xelim, tinha o objetivo de apresentar sistematicamente um panorama das novidades em filosofia natural. Ela já completou 356 anos de existência. Essa revista surgiu de uma iniciativa pessoal do primeiro secretário da associação, fundada cinco anos antes. Assim, a revista tornou-se uma publicação oficial da Royal Society no século XVIII.

A revista *Philosophical Transactions of the Royal Society* foi durante todo o tempo deficitária e sustentada pela Sociedade Real de Londres. Essa situação começou a melhorar na década 1970. De qualquer modo, essa revista foi ultrapassada por outras revistas, como a *Nature* e a *Science* que possuem características comerciais por fazer propagandas de firmas que negociam materiais para pesquisa, por exemplo (Spinak; Packer, 2015).

A *Nature* é uma revista científica importante interdisciplinar britânica, publicada pela primeira vez em 4 de novembro de 1869, há 152 anos. A *Science*, amplamente conhecida como *Science Magazine*, também é uma revista científica importante da Associação Americana para o Avanço da Ciência. Ela foi publicada pela primeira vez no ano de 1880, sendo, atualmente, distribuída semanalmente para cerca de 130 mil assinantes e através de assinaturas institucionais ela chega, online, para cerca de 570.400 leitores.

A *Nature* é uma revista científica semanal britânica (fundada em Londres, 1869) considerada uma das mais importantes da Europa. Atualmente, ela conta com escritórios editoriais centrais nos Estados Unidos, Europa continental e Ásia. Segundo a *Science Edition* de 2019, ela foi uma das revistas científicas mais citadas do mundo com fator de impacto de 42,8 tornando-a uma das revistas acadêmicas mais lidas e prestigiadas do mundo (BIBICBS, 2020).

O que se observou foi que ao longo do século XIX, outras revistas científicas que contavam com apoios comerciais começaram a proliferar. Em 1832 (há 189 anos), houve uma grande mudança na estratégia de publicar os artigos científicos inglesas quando ficou decidido que todos os textos submetidos à

revista deveriam ser revistos por pares. Assim, inaugurou-se a *revisão por pares* (do inglês: peer review ou refereeing). Até hoje essa é umas das características primordiais dos periódicos que são considerados científicos”.

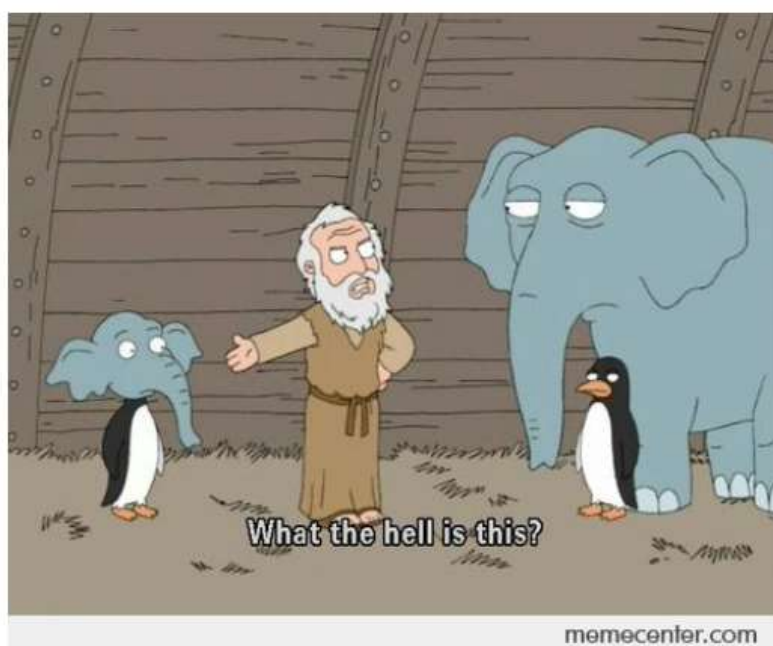
Na mesma época, ficou decidido que a publicação passaria a ter dois avaliadores (*referees* em inglês – que significa juízes ou árbitros). Algumas revistas têm três avaliadores e até o editor da revista pode decidir no final, no caso de impasse. O que acontece agora? Nem sempre sai no artigo o que o autor propôs inicialmente. Tem autores que declinam da publicação por não concordar com os avaliadores. Sim, isso já aconteceu comigo, infelizmente.

A Figura 1A retirada do desenho animado americano, mais especificamente, “Family Guy - Noahs Ark Featuring Paul!”. Faz uma menção que seria um filhote do casamento entre pinguim e elefante, ou seja, um híbrido esquisito. Na Figura 1B aparece uma adaptação da Figura 1A, onde Noé é o editor que está indagando como aquilo foi acontecer. Em outras palavras, o Pinguim é o artigo submetido (manuscrito), o Elefante é o revisor do manuscrito e o artigo que foi publicado virou um ser híbrido, supostamente, desarmônico.

Situando os leitores, os primórdios desse desenho foram criados em 1995 quando o Seth MacFarlane realizava seu doutoramento na faculdade de artes plásticas e de design localizada em Providence, Rhode Island, Estados Unidos. Em 1999, por intermédio do seu professor, o projeto foi apresentado aos estúdios de Hanna-Barbera (atualmente H-B Corporation) que o direcionou para a companhia de TV Fox Broadcasting Company.

No seriado Family Guy (“Uma família da Pesada” - no Brasil), MacFarlane que simplesmente é ator, dublador, animador, roteirista, comediante, produtor, diretor e cantor, faz a voz de vários personagens da série. A especialidade do desenho é fazer paródia da cultura pop americana. MacFarlane também contribui com as vozes de muitas das personagens do desenho.

(A)



(B)

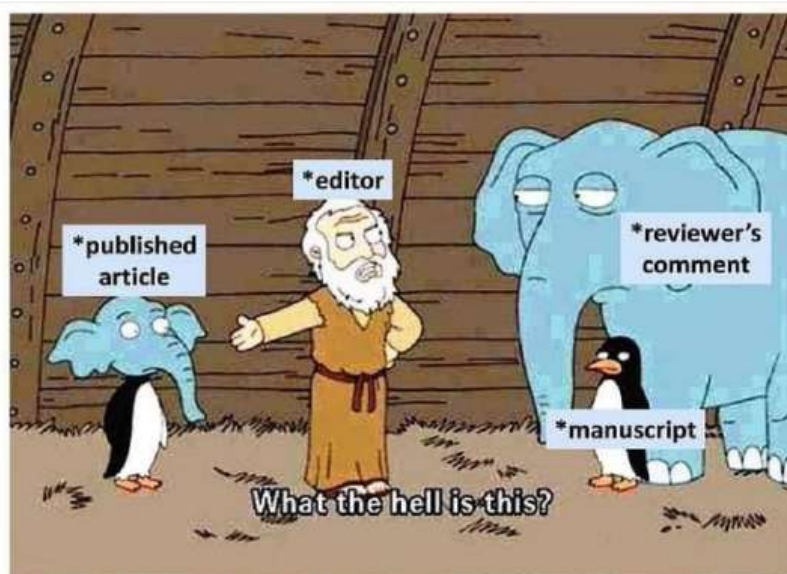


Figura 1 - (A) Tags - animais, arca, elefante, noé, piada, pinguim, quadrinho, sexo (<https://comikos.wordpress.com/tag/lol/page/3/>). (B) Desenho adaptado para o contexto de publicação de artigos revisados por pares (Origem Desconhecida).

Outra questão importante é que, de qualquer modo, o que se vê ao longo do tempo, é a tendência de se publicar em na língua inglesa, preferencialmente, o inglês americano. Isso vem ocorrendo em velocidades diferentes em cada país (BONILLA, 2021). A internacionalização da ciência requer publicar em inglês, pois, atualmente, o grande problema da ciência é que nem tudo vem sendo publicado em inglês (BADILLO, s/d apud BONILLA, 2021). O que antes era divulgado em Latim, passou para o Francês, percorreu o Alemão e agora temos que publicar ciência em inglês se quisermos ser (re)conhecidos e citados.

Porém, a maior parte da ciência produzida e publicada em inglês também são numerosas: acesso limitado ao conhecimento para centenas de milhões de pessoas que falam o espanhol e o português. Estima-se que em todo mundo, um pouco mais de 800 milhões de pessoas falam espanhol ou português. O espanhol é falado por cerca de 540 milhões de pessoas, sendo a segunda das línguas mais faladas no mundo e é oficial em 20 países.

Paralelamente, mais de 260 milhões de pessoas falam a língua portuguesa e nove países têm esse idioma como língua oficial. Isso representa a quinta parte das línguas mais faladas no mundo, estando em terceiro lugar no Ocidente e o primeiro no Hemisfério Sul (BONILLA, 2021)

Apesar desse contingente de países que falam essas línguas, verificou-se que em oito países a grande maioria dos pesquisadores não escrevem somente na língua materna (**Figura 2**).

Assim, o que se observa entre a revista é um declínio daquelas que daquelas que só publicam em inglês em detrimento do português, havendo, ainda uma parcela (17%, em 2015) que se preocupa em publicar edições bilíngues (**Figura 3**).

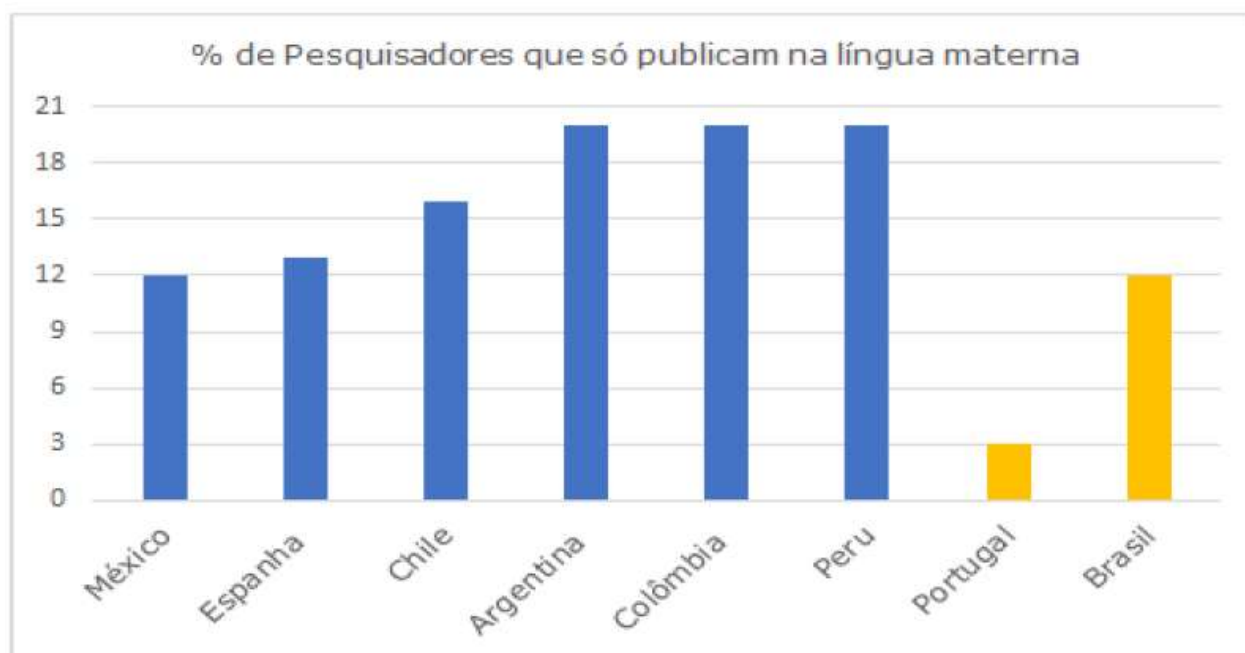


Figura 2 - Percentual (%) de pesquisadores que fazem suas publicações somente na língua oficial dos seus países de origem. Fonte: Bonilla (2021).

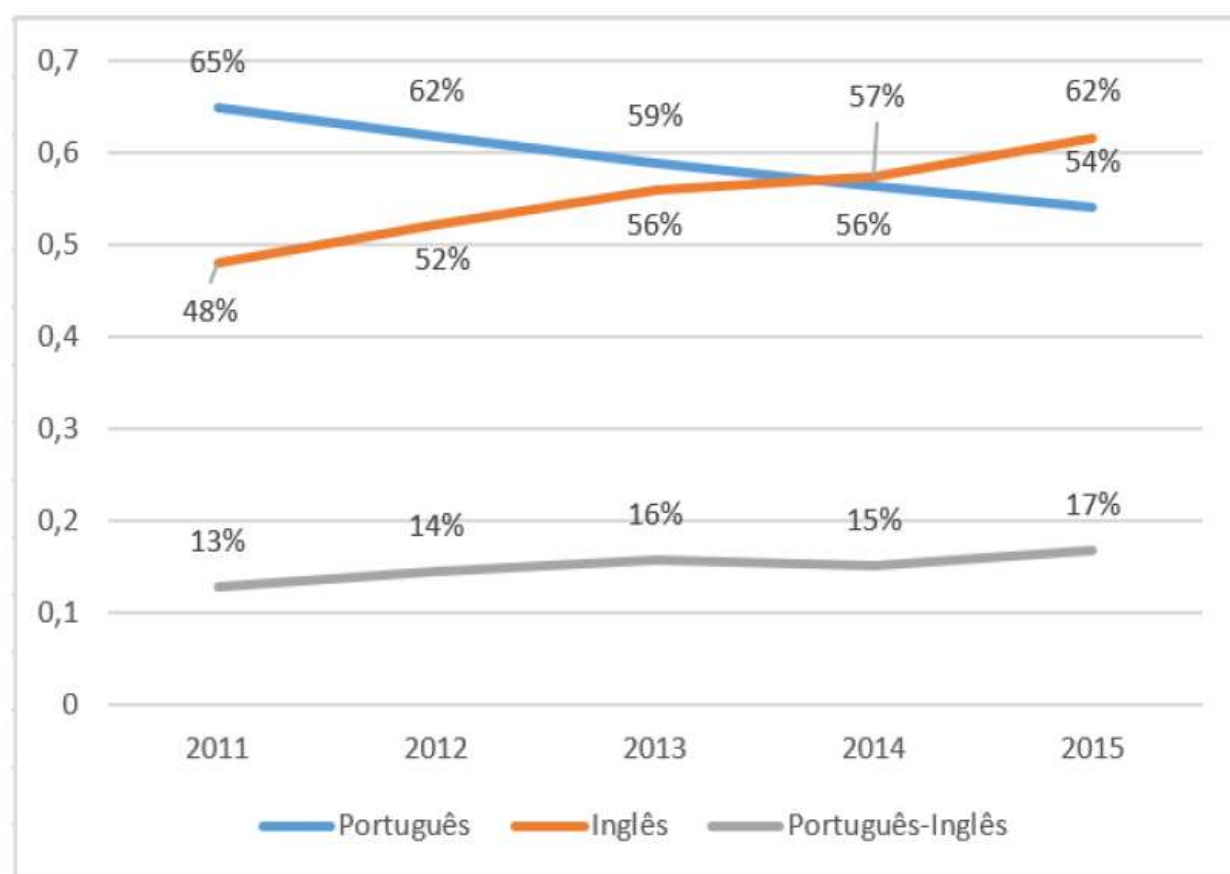


Figura 3 - Evolução temporal das línguas adotadas em revistas científicas brasileiras. Fonte: Parker (2016).

Os quadros que se seguem listam o percentual de artigos, segundo o idioma (português/inglês; português + inglês) em 2015 (**Quadro 1**) e nos dois períodos (2011-2015 e 2016-2019) (**Quadro 2**).

Quadro 1 - Distribuição dos artigos no SciELO Brasil em 2015 segundo idioma de publicação e porcentagens mínimas e esperadas pelos Critérios SciELO, segundo as nove grandes áreas do conhecimento.

área temática	artigos					
	total	%			critérios	
		português	português e inglês	inglês	mínimo	recomendado
Total	19.581	54%	17%	62%	60%	75%
agrárias	3.405	54%	0%	45%	50%	75%
biológicas	1.903	15%	0%	85%	85%	85%
engenharias	1.310	37%	2%	63%	70%	85%
exatas e da Terra	697	32%	0%	67%	70%	85%
humanas	3.511	82%	8%	19%	25%	30%
literatura, Letras e Artes	352	80%	18%	32%	20%	25%
multidisciplinar	522	21%	8%	87%	60%	75%
saúde	8.277	52%	35%	85%	80%	80%
sociais aplicadas	1.139	78%	5%	20%	25%	30%

OK com o critério mínimo

Fonte: <https://blog.scielo.org/wp-content>

De um modo geral, observa-se que em nosso país, nós publicamos documentos científicos em inglês em percentuais próximos aos esperados, especialmente na área das Ciências Biológicas (**Quadro 1**).

O crescimento nos números de artigos publicados em inglês tem sido documentado desde 2011, sendo que, em 2019, as áreas de literatura, letras e arte, como também a área da saúde já atingiram 100% em 2019 (**Quadro 2**). Por outro lado, a área das ciências sociais aplicadas vem apresentando os menores percentuais nas taxas de publicação de artigos em inglês (12% em 2011 a 32% em 2019).

Quadro 2 - Artigos no SciELO Brasil entre 2011 e 2015, bem como entre 2016 e 2019, segundo publicações em inglês, indicando as porcentagens mínimas e esperadas pelos Critérios SciELO, segundo as nove grandes áreas do conhecimento.

área temática	% de artigos em inglês						taxa anual de cresci- mento	% artigos em inglês					área temática
	2011	2012	2013	2014	2015	critério % mínimo		2016	2017	2018	2019	critério % recomendado	
agrárias	31%	38%	42%	43%	45%	50%	8,0%	49%	53%	57%	62%	75%	agrárias
biológicas	78%	81%	83%	82%	85%	85%	1,8%	86%	88%	89%	91%	85%	biológicas
engenharias	46%	51%	57%	63%	63%	70%	6,5%	67%	71%	76%	81%	85%	engenharias
exatas e da terra	60%	60%	58%	61%	67%	70%	2,1%	69%	70%	72%	73%	85%	exatas e da terra
humanas	11%	12%	15%	15%	19%	25%	12,3%	21%	24%	27%	30%	30%	humanas
literatura, letras e artes	6%	15%	19%	23%	32%	20%	39,0%	45%	62%	86%	100%	25%	literatura, letras e artes
multidisciplinar	80%	71%	79%	87%	87%	60%	1,6%	88%	90%	91%	93%	75%	multidisciplinar
saúde	65%	72%	77%	79%	85%	80%	5,7%	90%	95%	100%	100%	80%	saúde
sociais aplicadas	12%	14%	15%	18%	20%	25%	11,7%	23%	25%	28%	32%	30%	sociais aplicadas
total	48%	52%	56%	57%	62%	60%	5,2%	65%	68%	72%	75%	75%	total
abaixo do critério mínimo		OK com o critério mínimo				OK com o critério recomendado							

Fonte: <https://blog.scielo.org/wp-content/uploads/2016/05/Tabela-4.png>

Todo esse levantamento forneceu um panorama sobre as perguntas norteadoras deste capítulo. Muito mais pode ser dito ao longo do tempo quando novas (re)avalia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gustavo Steffen de. Revistas open access: propondo soluções ou criando problemas? Pós-graduando. 2021. Disponível em: <https://posgraduando.com/revistas-open-access/> Acesso em: 13 mai. 2021.

BONILLA, Juan Miguel Hernández. Em 95% dos artigos científicos, inglês cria 'ditadura da língua'. Apenas 1% está em português e espanhol. EL PAÍS, 2021. <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-07-28/em-95-dos-artigos-cientificos-ingles-cria-ditadura-da-lingua-apenas-1-esta-em-portugues-e-espanhol.html> Acesso em: 13 mai. 2021.

ENSERINK, Martin. In a dramatic statement, European leaders call for 'immediate' open access to all scientific papers by 2020. Science, 2016. Disponível em:

<https://www.sciencemag.org/news/2016/05/dramatic-statement-european-leaders-call-immediate-open-access-all-scientific-papers> Acesso em: 13 mai. 2021.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. PLoS ONE, v. 10, issues 6, e0127502, 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0127502> Acesso em: 13 mai. 2021.

PACKER, Abel L. Cresce a adoção do inglês entre os periódicos SciELO do Brasil. 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2016/05/10/cresce-a-adocao-do-ingles-entre-os-periodicos-scielo-do-brasil/#.YRvNmohKjDc> Acesso em: 13 mai. 2021.

VEIGA, José Eli da. Revista científica mais antiga do mundo completa 354 anos. Jornal da USP. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/revista-cientifica-mais-antiga-do-mundo-completa-354-anos/> Acesso em: 13 mai. 2021.

4. PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NO BRASIL

Neuza Rejane Wille Lima

O Patriota (1813 a 1814) foi o primeiro periódico, tendo editado 18 números. A Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro publicou inúmeros periódicos, iniciando com o *Semanário de Saúde Pública*, em 1831. A Sociedade Auxiliadora Nacional publicou o seu periódico *Auxiliador da Indústria Nacional* entre 1833 até 1892 (GUIMARÃES, 2018).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou a *Revista Trimensal de História e Geographia* ou *Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*, iniciada em 1839 e é publicada até hoje, representando uma das mais longevas publicações especializadas do mundo ocidental, uma verdadeira preciosidade no universo científico do nosso país (GUIMARÃES, 2018).

O BRASIL É O PAÍS COM MAIS PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA EM ACESSO ABERTO

Segundo a Science-Metrix, em 2016, o Brasil encontrava-se no 13º lugar entre os países que produzem artigos científicos no mundo, sendo o campeão em termos da porcentagem daqueles que estão disponíveis gratuitamente (82%).

Essa é um importante empresa norte-americana que avalia atividades ligadas à ciência e tecnologia (GUIMARÃES, 2018). Tal fato decorre, em grande parte, da existência da biblioteca virtual SciELO que reúne 283 periódicos brasileiros e por volta de mil de outros países. Sem dúvida, o acesso aberto às revistas científicas é uma estratégia relevante para a difusão da ciência. Geralmente, os artigos mais disponíveis são aqueles que alcançam um maior índice de citação. Paralelamente, os Estados Unidos, país com maior produção científica no mundo, oferece acesso aberto gratuito para cerca de 60% dos artigos publicados no país e em outros (GUIMARÃES, 2018).

Recentemente, tem-se observado que os artigos que são postos à disposição pelos próprios autores, recebem mais citações em relação aos periódicos. Nesse caminho, a plataforma do Researchgate (<https://www.researchgate.net>) tem auxiliado os autores a disseminarem seus produtos, incluindo projetos e fotos específicas. Isso, a longo prazo, deve influenciar nas estatísticas de citações científicas (GUIMARÃES, 2018).

A plataforma ResearchGate foi fundada em 2008, e nesse mesmo ano atingiu a marca de 10 mil usuários, sendo que em 2015 a plataforma já contava com 9 milhões de usuários. Em fevereiro de 2016, a essa plataforma disponibiliza 81 milhões de publicações, sendo que 23,5% destas estavam

como texto completo, reunindo pesquisadores de 193 países, sendo que 52 são pesquisadores laureados pelo prêmio Nobel.

Além disso, a plataforma vende espaços para divulgação de anúncios sobre possibilidades de bolsas e informações como a remuneração, as qualificações acadêmicas exigidas e a duração do contrato de determinados postos científicos. Essa plataforma reúne um dos maiores bancos de dados bibliográficos do mundo, embora não ultrapassem os números de publicações disponíveis na plataforma do Google Scholar e da Web of Science (RIBEIRO et al., 2017; GUIMARÃES, 2018) (**Quadro 1**).

Quadro 1 - Quantitativo de documentos existentes nas oito principais bases de dados bibliográficos do mundo em março de 2016.

Bases de dados	Número de documentos (aprox.)
Google Scholar	170.000.000
Web of Science	168.000.000
ResearchGate	81.000.000
Microsoft Academic Search	80.000.000
Web of Science Core Collection	62.00.000
Scopus	61.600.000
Mendeley	32.000.00
Academia.edu	11.00.000

Fonte: Guimarães (2018); Research Information (2021).

O **Quadro 2** mostra a lista de revistas que estiveram bem classificadas em 2016, indicando que a revista centenária Memórias do Instituto Oswaldo Cruz estava na liderança.

Quadro 2 – Fator de impacto de Revistas Científicas no Brasil.

Revistas do país bem classificadas	
Fator de impacto em 2016 de acordo com o <i>Journal Citation Reports</i>	
TÍTULO	FATOR DE IMPACTO
MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ	2.605
JOURNAL OF MATERIALS RESEARCH AND TECHNOLOGY	2.359
DIABETOLOGY & METABOLIC SYNDROME	2.347
JORNAL DE PEDIATRIA	2.081
REVISTA BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA	2.049
BRAZILIAN JOURNAL OF MEDICAL AND BIOLOGICAL RESEARCH	1.578
JORNAL BRASILEIRO DE PNEUMOLOGIA	1.496
BRAZILIAN JOURNAL OF INFECTIOUS DISEASES	1.468
JOURNAL OF VENOMOUS ANIMALS AND TOXINS INCLUDING TROPICAL DISEASES	1.447
REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA	1.353
JOURNAL OF APPLIED ORAL SCIENCE	1.342
BRAZILIAN ORAL RESEARCH	1.331
JOURNAL OF THE BRAZILIAN SOCIETY OF MECHANICAL SCIENCES AND ENGINEERING	1.235
BRAZILIAN JOURNAL OF PHYSICAL THERAPY	1.226
NEOTROPICAL ICHTHYOLOGY	1.203
FONTE JCR / THOMSON REUTERS	

Fonte: FAPESPE (2020) <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/09/acesso-2.jpg>

FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AO PERIÓDICO CIENTÍFICO

Atualmente, os autores de trabalhos científicos e estudiosos da evolução das ciências consideram como pontos básicos que as revistas científicas devem cumprir uma série de requisitos, conforme Bandeira (2007) (**Quadro 3**).

Quadro 3 – Pontos básicos que as revistas científicas devem cumprir.

Requisites
1. Representar um espaço mais amplo da ciência para divulgação dos resultados de pesquisas.
2. Ser um canal de comunicação confiável, seguro e formal para a disseminação do conhecimento produzido através dos serviços de indexação e de bibliotecas físicas ou virtuais
3. Assegurar o registro do conhecimento, considerando a propriedade intelectual dos autores.
4. Ter uma função social, conferindo prestígio e reconhecimento dos autores e de suas instituições
5. Arquivar a memória científica em todas as suas vertentes do conhecimento.

Fonte: Bandeira (2007).

QUAIS SÃO OS INDICADORES DE VISIBILIDADE E QUALIDADE DE UMA REVISTA CIENTÍFICA?

Organização ou grupo que produzem autoridade científica e patrocina ou viabiliza a criação e manutenção de um periódico (jornal) tem sido extremamente importantes para a divulgação e avanço das ciências (PARCKER, 2011; 2018). Segundo Packer (2018) e Gonçalves et al. (2006) esses indicadores devem atender certos critérios (**Quadro 4**) e aspectos (**Quadro 5**).

Quadro 4 – Critérios de qualidade de periódicos científicos.

- Sociedade científica, organização, grupo ou empresa editora responsável pela publicação do periódico.
- Prestígio e representatividade do editor (es), Editor responsável e corpo editorial que expressam o compromisso e responsabilidade que o periódico tem com a qualidade do conteúdo que é publicado.
- Distribuição institucional e geográfica da afiliação dos autores: quanto mais ampla é esta distribuição, maior o potencial de visibilidade.
- Publicação eletrônica na Internet e com acesso aberto: é atributo e indicador essencial de visibilidade e acessibilidade do periódico.
- Idioma ou idiomas de publicação determinam o público que o periódico pode atingir.
- Número de índices referenciais nacionais e internacionais em que está indexado, pois quanto maior o número de índices onde o periódico é indexado, maior é sua visibilidade.
- Números médios de leituras ou de artigos acessados periodicamente revela quantas vezes o artigo é acessado na internet e mostrado na tela, impresso localmente ou armazenado em área do usuário.
- Número de citações recebidas e fator de impacto está relacionado ao número de citações que um periódico recebe anualmente.

Fonte: Parker (2018).

Quadro 5 – Aspectos para qualificar as revistas científicas.

Aspectos
- Praticar Avaliação/Revisão Editorial: prática de revisão do estilo e da linguagem científica e do uso correto das normas pelos autores; - Procurar revista com maiores Difusão e Indexação - Criar visibilidade junto à comunidade científica; - Evitar endogenia - Indicadores bibliométricos: indicador que mede o fator de impacto e a frequência das citações. Não deve ser considerado isoladamente. - Caráter científico: são considerados artigos resultantes de pesquisas originais, alinhamento temático dos artigos publicados e a missão da revista, metodologia e estrutura adequadas, contribuições publicadas para o avanço do conhecimento, importância e originalidade, - Revisão por pares: reconhecimento emitido pela comunidade científica. - Corpo editorial: presença de pesquisadores reconhecidos e atuantes na área.

Fonte: Leite (2009).

A MELHOR REVISTA CIENTÍFICA BRASILEIRA

Em 1909, a revista Memórias do Instituto Oswaldo Cruz foi criada pelo Dr. Oswaldo Gonçalves, que era médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro (1872 — 1917). Ela publica artigos científicos na área das ciências biomédicas, especialmente em microbiologia, parasitologia, e medicina tropical. Periodicamente, a revista passa por processos de modernização, como ocorreu há cerca de três anos atrás (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2018). Ela vem apresentando uma evolução significativa no aumento do Fator de Impacto (**Figura 1**).



Figura 1 – Exemplo da evolução do Fator de Impacto em uma Revista Científica Brasileira. Fonte: Clarivate (2021).

A comunicação dos resultados de estudos, pesquisas, experiências e casos é imprescindível para o desenvolvimento das ciências, para a evolução das instituições, dos pesquisadores e a validação do conhecimento acumulado (**Figura 2**).

	Métrica	USA	UK	Scopus	Alemanha	Coreia do Sul	Rússia	Austrália	Canadá	Índia	Brasil	Japão	China	Itália	Espanha	França
SNIP	max	67,564	13,698	67,564	7,851	2,581	2,609	4,500	2,442	2,415	2,136	2,612	1,881	2,363	3,795	2,173
	Q1	1,278	1,184	1,077	1,019	0,897	0,831	0,758	0,870	0,693	0,677	0,654	0,698	0,595	0,655	0,603
	mediana	0,861	0,829	0,703	0,690	0,656	0,589	0,574	0,570	0,497	0,473	0,419	0,406	0,382	0,373	0,34
	periódicos	5184	4846	19968	1391	189	203	165	202	335	315	333	511	326	392	402
	% acima de Q1	35%	32%	25%	21%	13%	9%	10%	17%	5%	3%	6%	5%	5%	6%	7%
	% acima da Mediana	62%	61%	50%	49%	44%	35%	37%	35%	24%	21%	20%	25%	17%	19%	20%
JCR	max	39,285	33,238	39,285	9,535	2,295	0,983	1,818	2,485	1,143	1,053	4,227	2,842	2,811	4,719	2,489
	Q1	1,157	1,006	0,832	0,776	0,589	0,338	0,489	0,543	0,342	0,364	0,435	0,376	0,413	0,280	0,273
	mediana	0,573	0,534	0,390	0,401	0,381	0,241	0,274	0,335	0,228	0,240	0,218	0,224	0,219	0,177	0,156
	periódicos	5184	4846	19968	1391	189	203	165	202	335	315	333	511	326	392	402
	% acima de Q1	36%	32%	25%	22%	9%	1%	10%	14%	1%	2%	7%	5%	4%	3%	6%
	% acima da Mediana	64%	61%	50%	51%	49%	16%	35%	42%	16%	22%	30%	24%	26%	16%	18%

Figura 2 - Quadro de distribuição comparativa dos indicadores SNIP e JCR de periódicos do Scopus publicados pelos 14 países com maior número de artigos. Fonte: Packer e Meneghini (2017).

Sabe-se que as revistas científicas constituem o principal canal formal de comunicação, de disseminação da ciência e de legitimação da autoria das descobertas científicas. Entretanto, na diversidade de publicações periódicas da nossa área de atuação, qual seria a mais adequada para publicar nosso artigo? Obviamente aquela de melhor qualidade e impacto.

De um modo geral, não uma tarefa trivial analisar as revistas científicas uma vez que elas são avaliadas de diferentes formas para atender diferentes propósitos (LEITE, 2009):

- a) indexação em bases de dados,
- b) financiamento de publicações,
- c) desenvolvimento de coleções,
- d) mensuração da produção científica,
- e) impacto do conteúdo científico.

Assim, se pode adotar os critérios nacionais e os internacionais e métodos que podem diferir conforme o país e/ou a área do conhecimento relacionadas às publicações, através de análises e indicadores que classificam desde o conteúdo até as formas de apresentação.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Milena Berthier. Comunicação Científica Eletrônica em Turismo Periódicos “on line” editados no Brasil. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul, Anais ... Passo Fundo, RS, p. 1-17, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0294-1.pdf> Acesso em 10 jun. 2021.

BORTONI, Samanta Ferreira; PEREIRA, Renata de Oliveira. Lista de Revistas Científicas Nacionais. Grupo de Educação Tutorial/GET - Engenharia Sanitária e Ambiental. Comissão de Pesquisa do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2012. Disponível em: <https://www.ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2012/04/Revistas-Nacionais-vers%c3%a3o-final1.pdf> Acesso em 10 jun. 2021.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CAMPOS, Carlita Maria. Fontes de informação especializadas: características e utilização. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG. 1993.

CLASSIFICAÇÃO DE PERIÓDICOS CAPES QUALIS. Áreas de Educação e Ensino. 2015. Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/documento/download/31-1.pdf> Acesso em 10 jun. 2021. Acesso em 10 jun. 2021.

CLARIVATE. Reports Research Information. Journal Citation Reports 2021 published by Clarivate. 2021. Disponível em: Disponível em: Disponível em:

<https://www.researchinformation.info/news/journal-citation-reports-2021-published-clarivate> Acesso em 10 jun. 2021.

DANTAS, Adalmir Morterá. A ciência. Revista Brasileira de Oftalmologia, v. 67, n. 4, p. 163-164, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbof/a/dxcQpjk6rb4QRhVtqH3GKd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10 jun. 2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Extrato de Termo Aditivo Nº 1/2018 - UASG 254463. edição 113, seção, p. 92. Disponível

em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25633735 Acesso em 10 jun. 2021. Acesso em 10 jun. 2021

FAPESP. Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/09/acesso-2.jpg> Acesso em 10 jun. 2021.

FAPESP. Revistas de Pesquisa da Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/09/acesso-2.jpg> Acesso em 10 jun. 2021.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. Ciência e Informação, v. 35, n. 3, p. 54-66, 2006. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000300006 Acesso em 10 jun. 2021.

GONÇALVES A, RAMOS LMSVC, CASTRO RCF. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: Aguiar Población D, Witter GP, Silva JFM. Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara; p. 165-86, 2006.

GUIMARÃES, Maria. O Brasil é o país com mais publicação científica em acesso aberto. Revista da FAPESP. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/brasil-e-o-pais-com-mais-publicacao-cientifica-em-acesso-aberto/> Acesso em 10 jun. 2021.

LEITE, Maria Piedade Fernandes Ribeiro. Avaliando a qualidade de revistas científicas para a publicação de resultados de pesquisas e estudos. Revista Mineira de Enfermagem, v. 13, n. 3, e-1, 2009. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v13n3a01.pdf> Acesso em 10 jun. 2021.

PACKER, Abel L. Revista USP, n. 89, p. 26-61, 2011. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/PACKER-A.L.-Os-peri%C3%B3dicos.pdf> Acesso em 10 jun. 2021.

PACKER, Abel L.; MENEGHINI, Rogerio. A vez dos periódicos de qualidade do Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/forumdeeditoresdesaudecoletiva/vez-dos-periodicos-de-qualidade-do-brasil-artigo-de-abel-l-packer-e-rogerio-meneghini/97> Acesso em 10 jun. 2021.

PLATAFORMA SUCUPIRA. s./d. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf> Acesso em 10 jun. 2021.

RESEARCH INFORMATION. 2021. Disponível em: <https://www.researchinformation.info/news/journal-citation-reports-2021-published-clarivate> Acesso em 10 jun. 2021.

RIBEIRO, Raimunda Araujo; OLIVEIRA, Lídia; FURTADO, Cassia. A rede social acadêmica Researchgate como mecanismo de visibilidade e internacionalização da produção científica brasileira e portuguesa na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 22, n. 4, p. 177-207, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/MJcJDsjnxBqjb3WdrsB8mHJ/?lang=pt#> Acesso em 10 jun. 2021.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil; MARINHO, Sandra Maria Osório Xavier. A trajetória do periódico científico na Fundação Oswaldo Cruz: perspectivas da Biblioteca de Ciências Biomédicas. História da Ciência, Saúde, Manguinhos, v. 16, n. 2, 2009, p. 523-532, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000200015 Acesso em 10 jun. 2021.

5. MANUAL DE INTRODUÇÃO AO ZOTERO

Luciana Perdigão

INTRODUÇÃO

O ZOTERO é um software livre gerenciador de referências bibliográficas. É um importante recurso para o pesquisador organizar o resultado das buscas, criar bibliografias em diversos padrões, explorar os documentos indexados e trabalhar com metadados.

Para fazer o download do Zotero acesse o site www.zotero.org . Recomenda-se a utilização do Google Chrome para download (**Figura 1**).

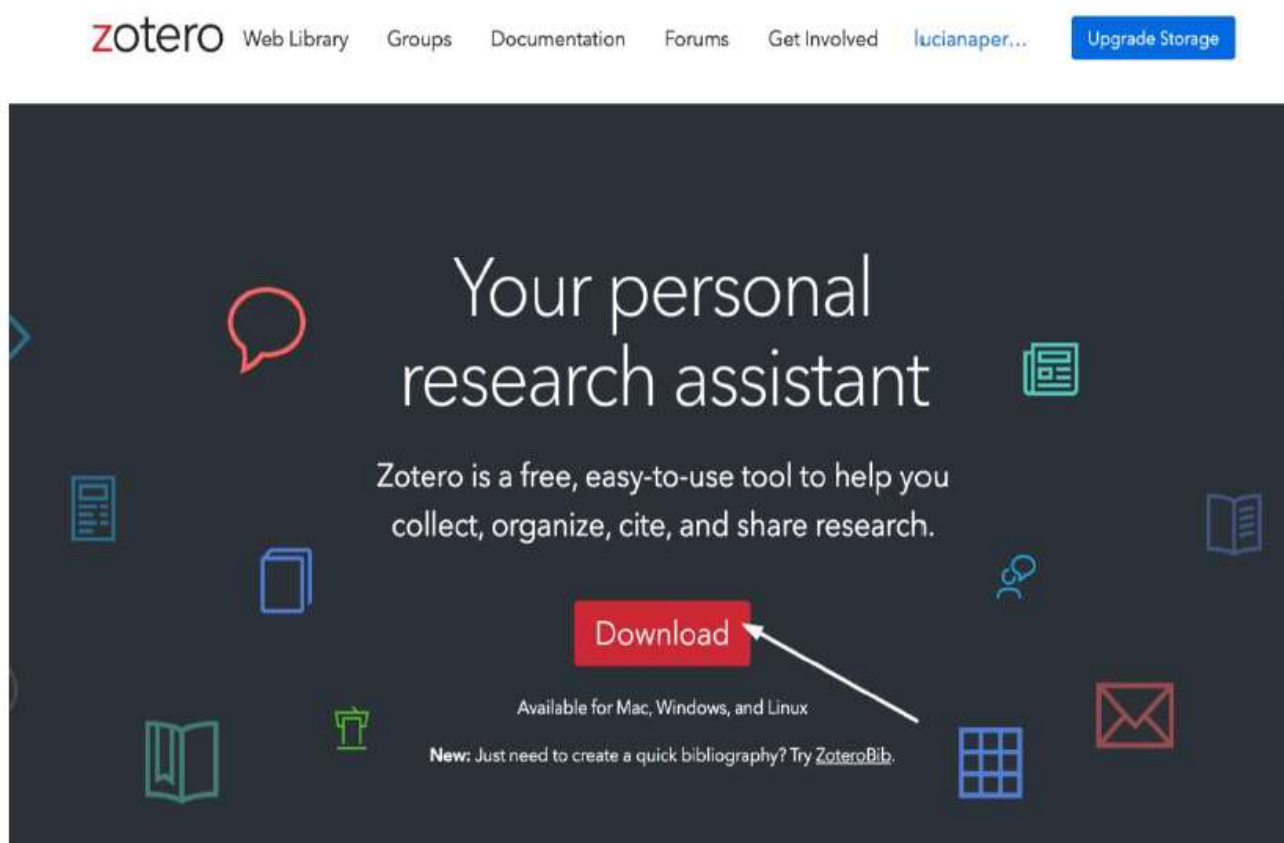


Figura 1 – Página inicial do site do Zotero. Fonte: <https://www.zotero.org/>

Ao clicar no botão de download aparecerão duas opções em destaque.

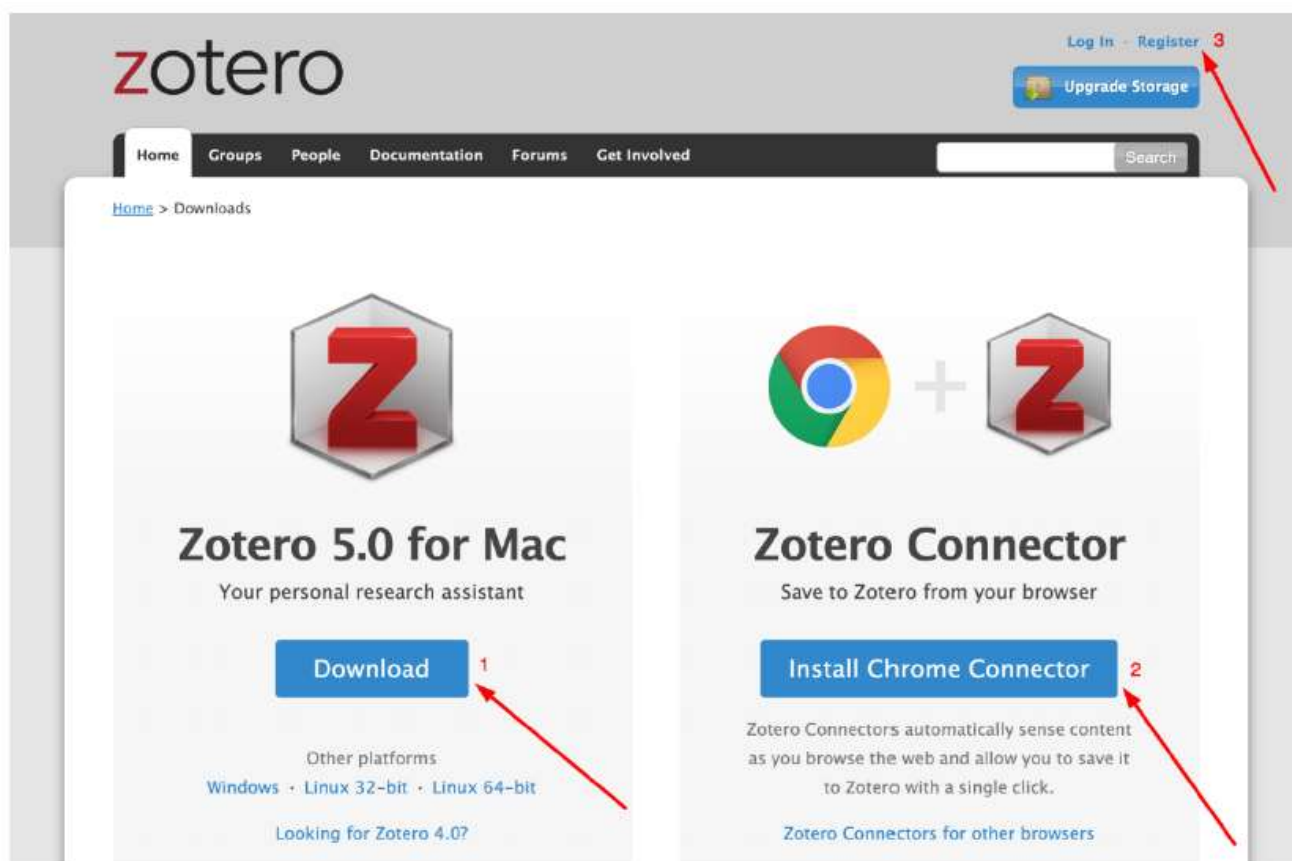


Figura 2 – Página com links de download do Zotero.

Fonte: <https://www.zotero.org/download/>

1. **Download do programa:** escolha o sistema operacional (Windows, linux ou MAC), clique no botão azul e após o download execute o arquivo seguindo as instruções padrão de instalação.

2. **Download da extensão para o Chrome:** essa opção abre o complemento no Chrome web store. Instale o complemento no navegador.

Além dessas duas opções, é importante criar uma conta no ZOTERO no item:

3. **Registro:** para que você possa sincronizar sua biblioteca em um espaço virtual e compartilhar suas referências em situações de trabalho em grupo. Basta inserir um nome de usuário, uma conta de e-mail e senha para uma conta gratuita.

O PROGRAMA

Ao acessar o ZOTERO, a tela inicial apresenta os seguintes itens:

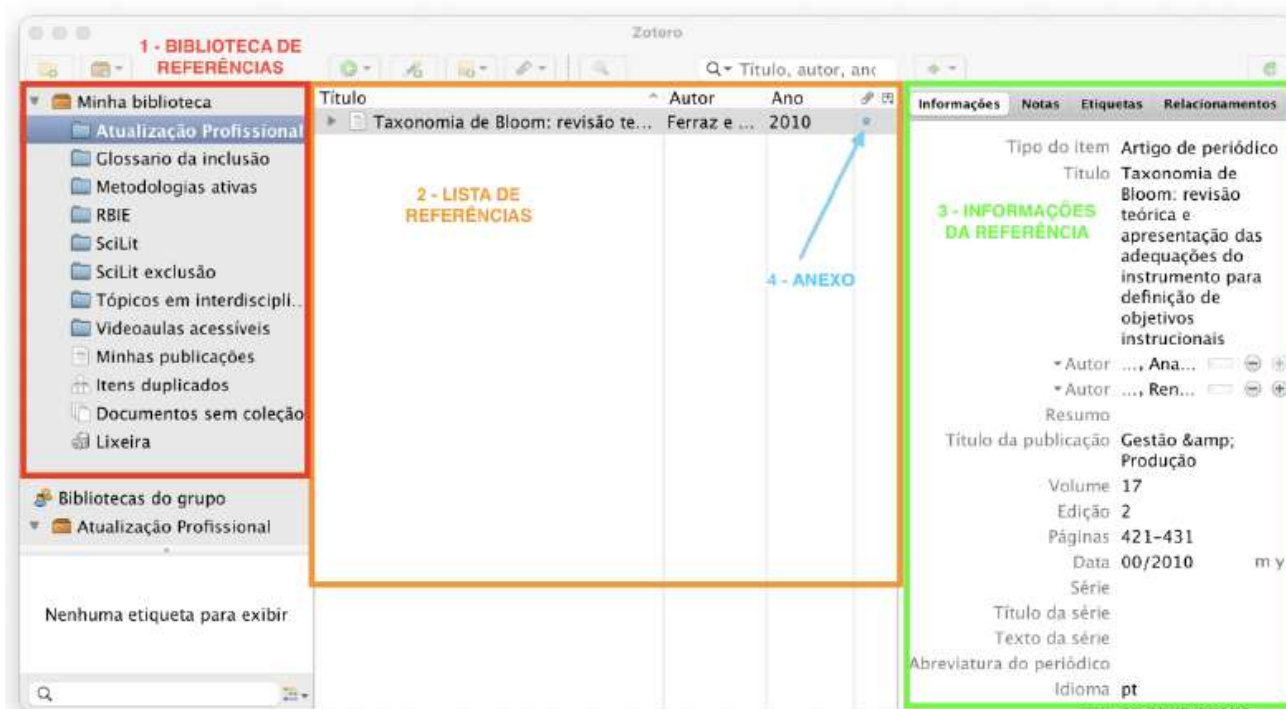


Figura 3 – Captura da tela inicial do software Zotero, com destaque para biblioteca, lista de referências e informações da referência selecionada. Produzida pela autora.

1 - BIBLIOTECA DE REFERÊNCIAS: Lista de coleções (pastas) que você pode criar através do ícone disponível no canto superior esquerdo da tela.

2 - LISTA DE REFERÊNCIAS que estão dentro da coleção selecionada. Você pode perceber que nesse caso a coleção selecionada é de ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL, que contém até o momento somente uma referência que é a TAXONOMIA DE BLOOM.

3 - INFORMAÇÕES da referência selecionada, tais como tipo de item, título do item, autores, título da publicação, data etc.

4 - ANEXO: As referências que estão marcadas com uma bolinha possuem um anexo, como o artigo completo em PDF por exemplo.

PREFERÊNCIAS

Várias configurações do ZOTERO podem ser realizadas através do item PREFERÊNCIAS que você pode acessar através do menu superior EDITAR / PREFERÊNCIAS (Windows/Linux) ou ZOTERO / PREFERÊNCIAS (Mac).

1 - SINCRONIZAÇÃO:

Para realizar a sincronização das informações da sua biblioteca do computador com a biblioteca na nuvem, entre com os dados de registro que você utilizou para criar a sua conta (USUÁRIO E SENHA) e clique em CONFIRMAR A SINCRONIZAÇÃO. Deixe todos os itens marcados, a sua tela de confirmação ficará assim:

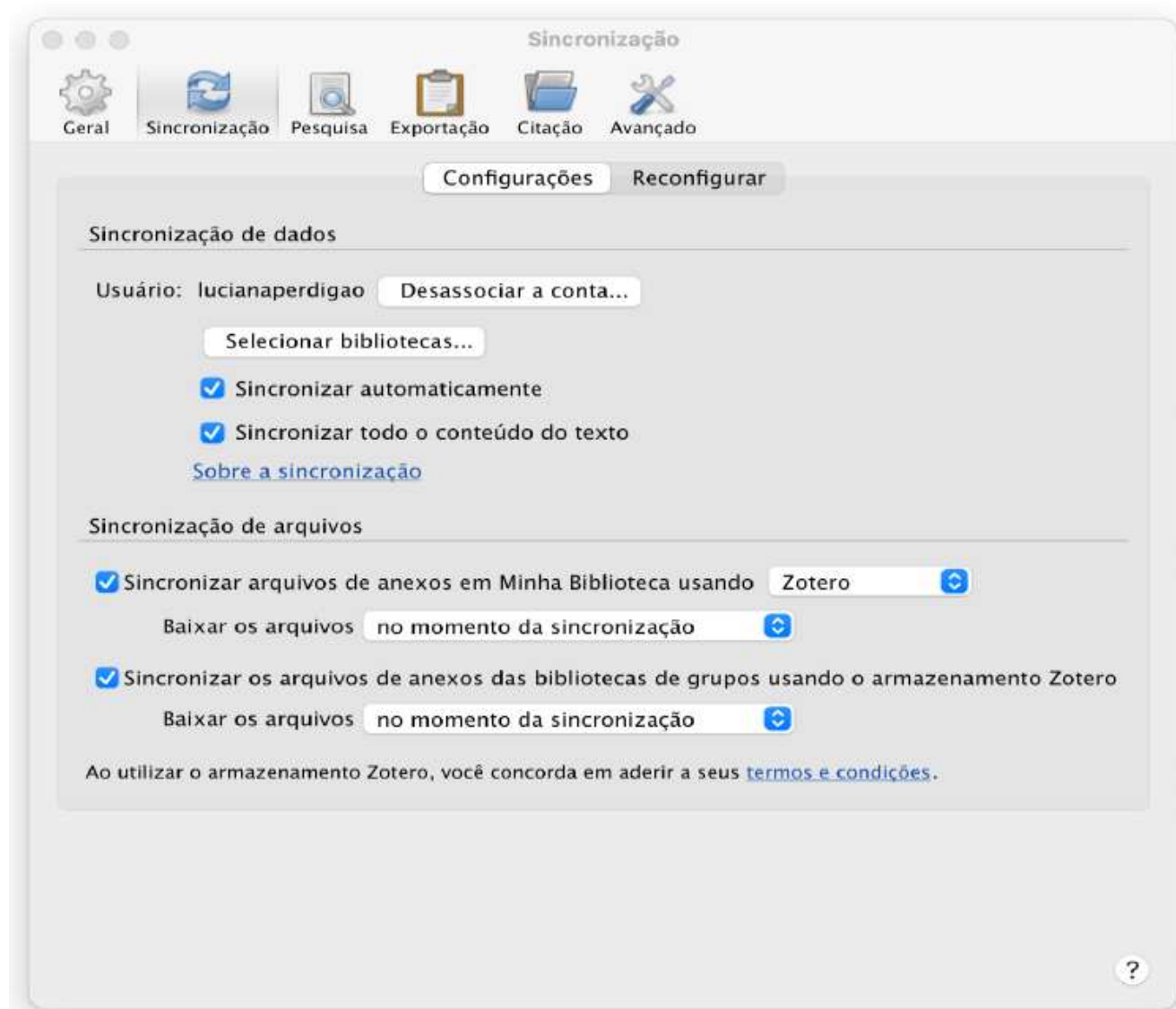


Figura 4 – Captura da tela de sincronização. Produzida pela autora.

2 - CITAÇÃO:

Em PROCESSADORES DE TEXTO marque a opção UTILIZAR A CAIXA DE DIÁLOGO DE CITAÇÃO CLÁSSICA para facilitar a adição de citações e referências no Word.

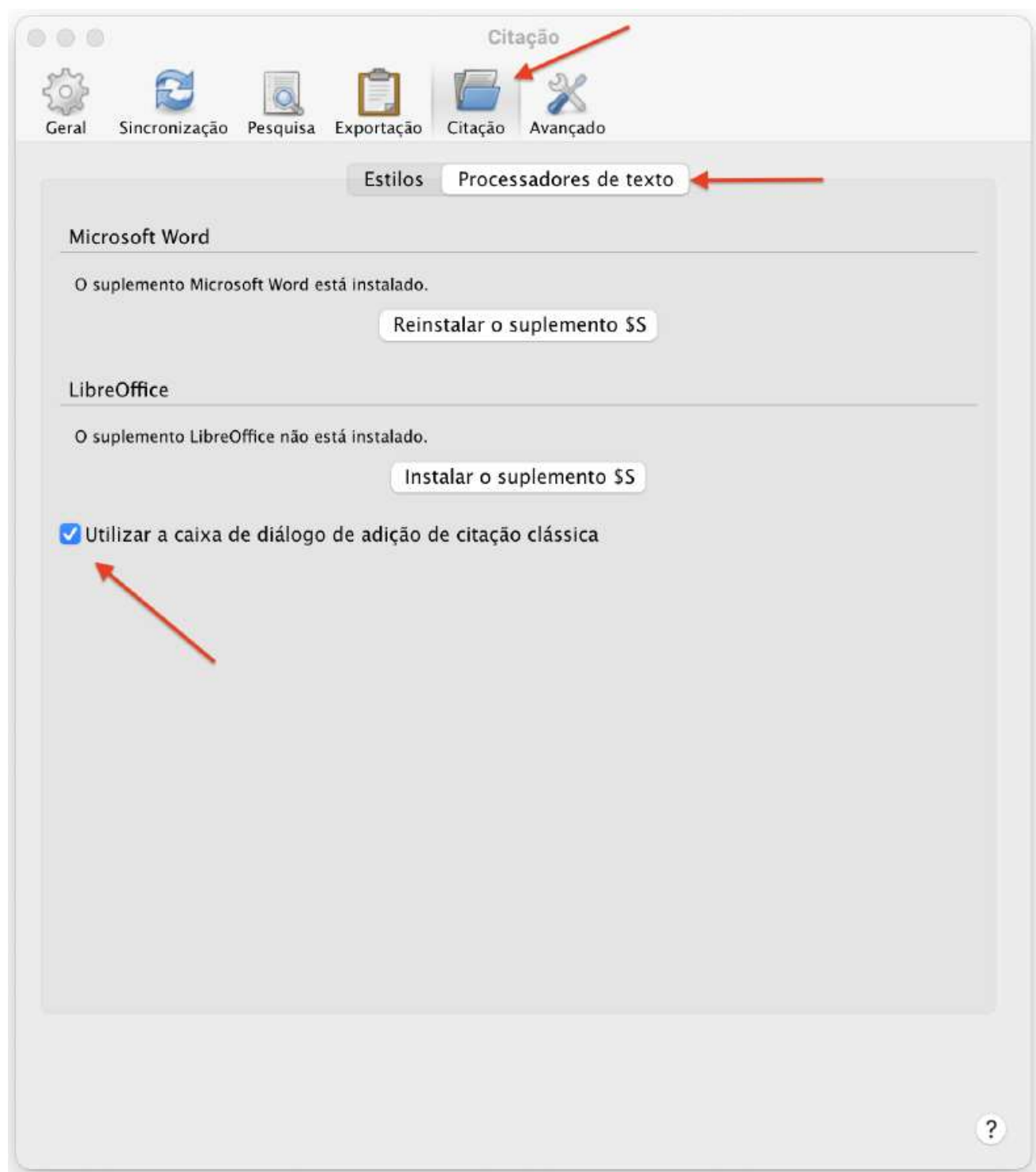


Figura 5 – Captura da tela de Processadores de textos. Produzida pela autora.

Em ESTILOS clique em OBTER ESTILOS ADICIONAIS. Vai aparecer uma nova janela de busca onde você deve digitar ABNT.

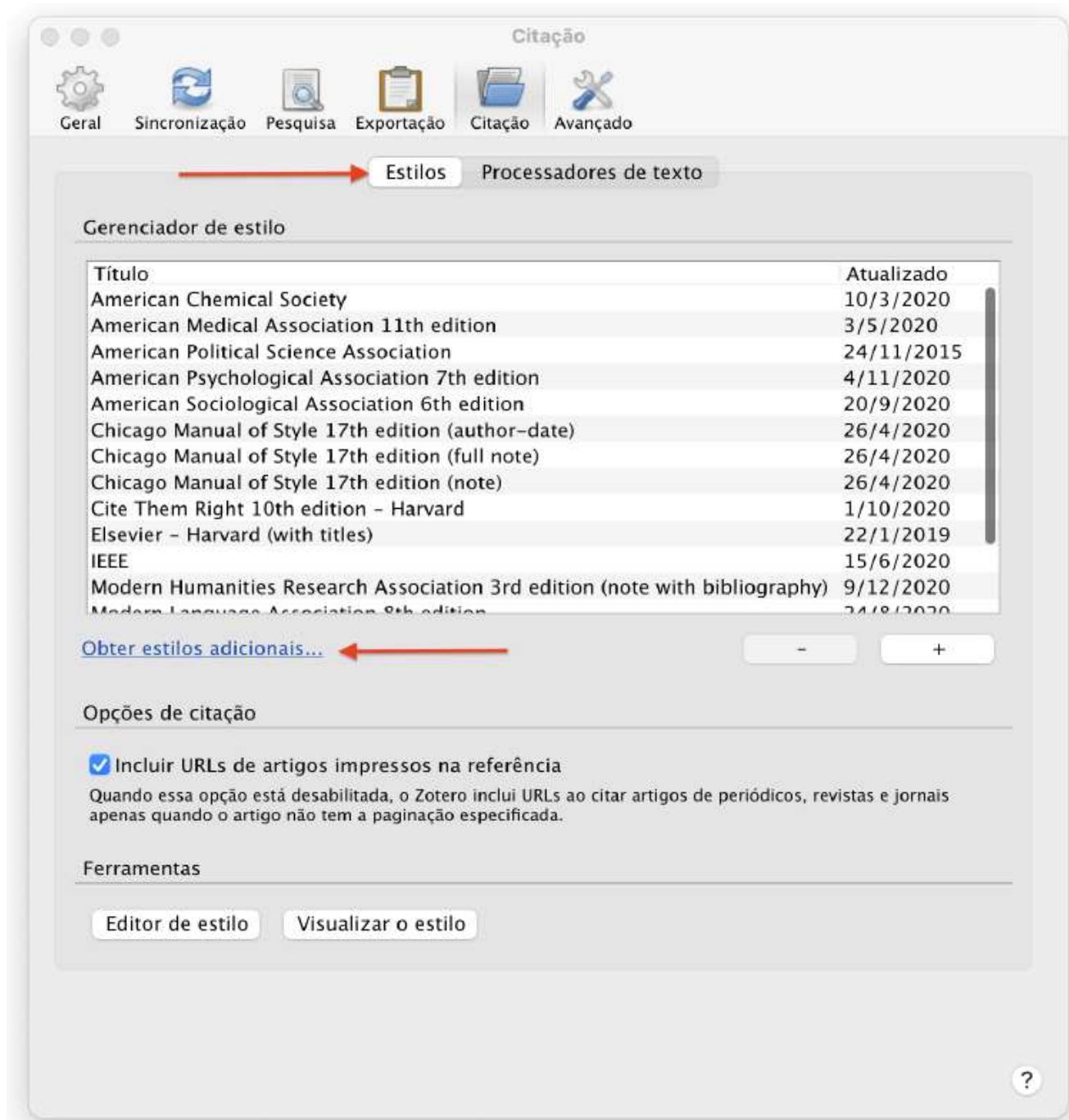


Figura 6 – Captura da tela de estilos. Produzida pela autora.

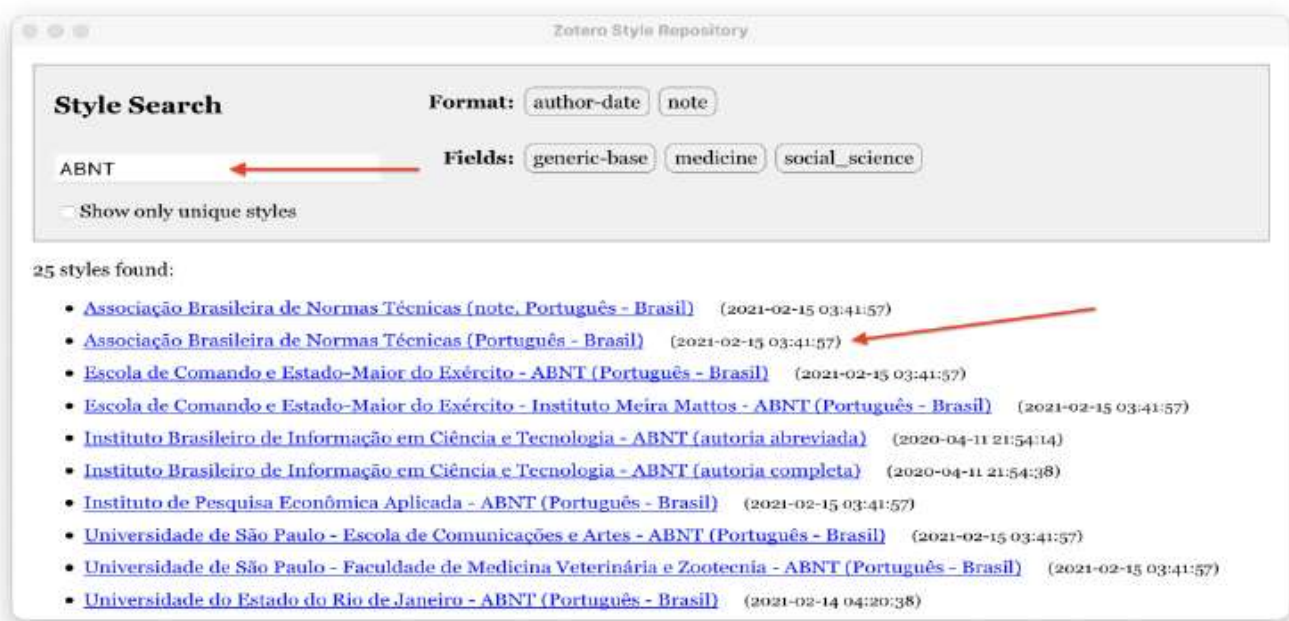


Figura 7 – Captura da tela de lista de estilos, com destaque para a ABNT. Fonte: Produzida pela autora.

Selecione o segundo item. A janela vai fechar e a ABNT vai aparecer na listagem de estilos. Clique em OK (Windows) ou FECHAR (Mac).

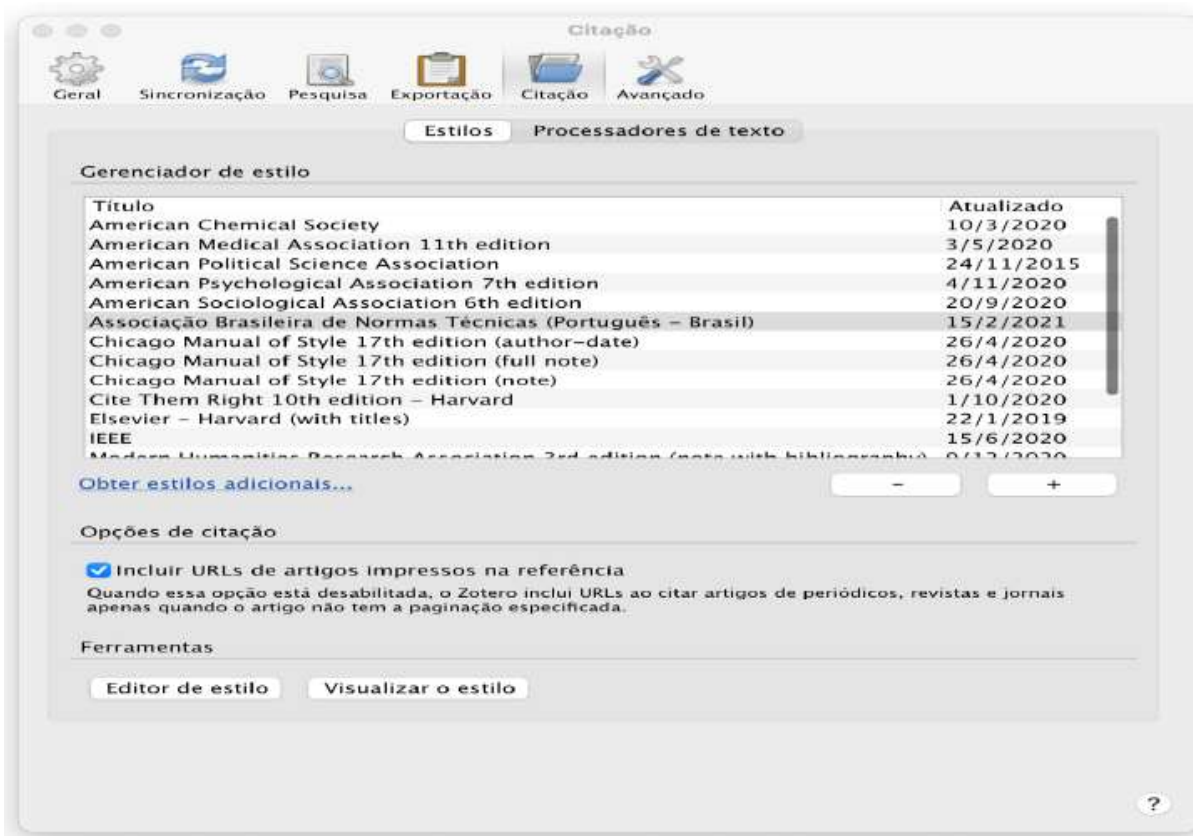


Figura 8 – Captura da tela de estilos com a ABNT selecionada. Fonte: produzida pela autora.

IMPORTAR REGISTROS DE UMA BASE

- Importar com extensão do chrome

Após instalar a Extensão do Chrome (Ver na INTRODUÇÃO) você poderá baixar os seus registros de busca a partir de uma base de dados. Vamos utilizar o Scielo como exemplo. Acesse <https://scielo.org/>

I - Em "Pesquisa avançada" formule sua busca. II - Confira os resultados retornados e, sem selecionar nenhuma publicação... III - Clique no ícone da pastinha junto à barra de endereços do Chrome.

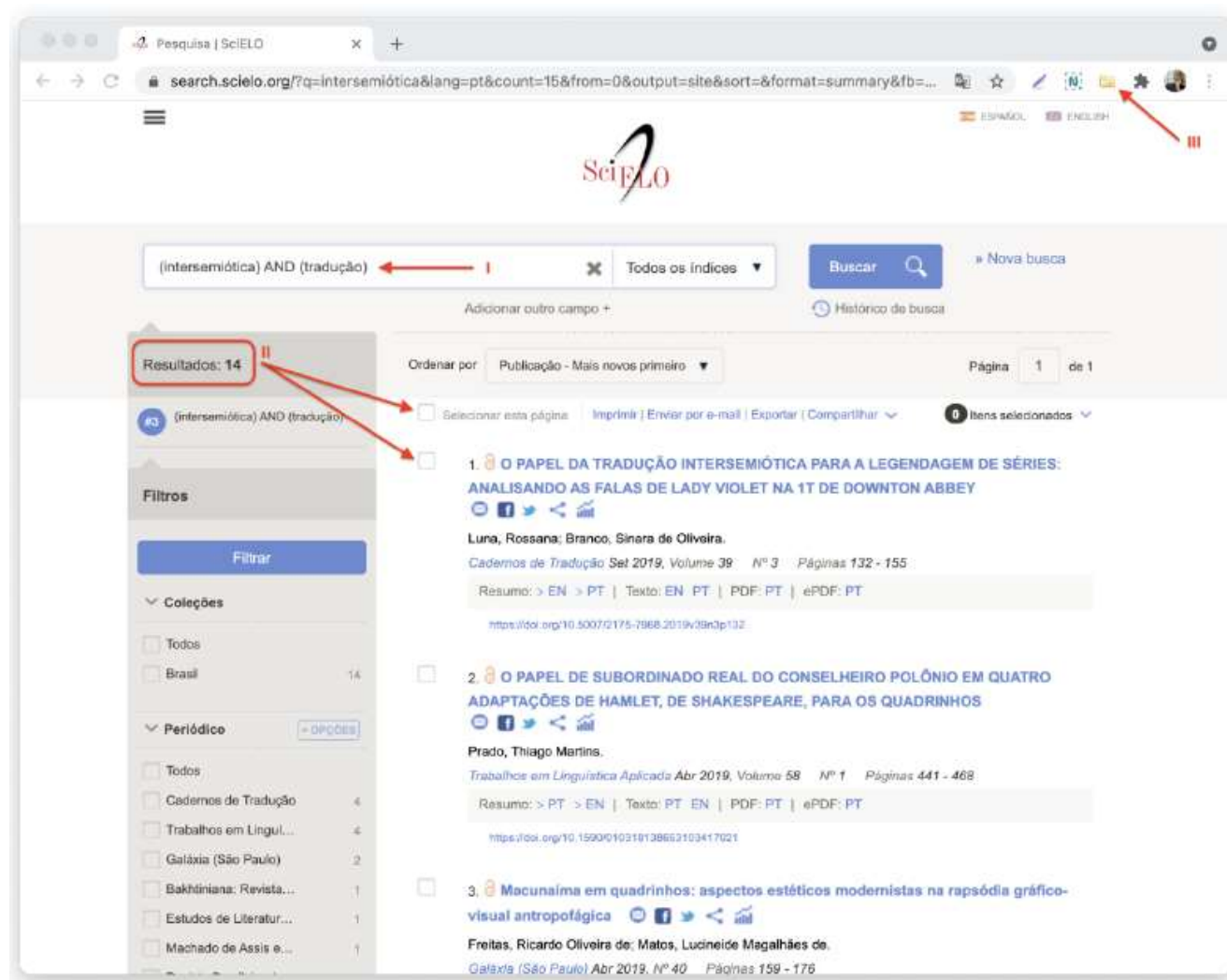


Figura 9 – Página do Scielo com indicação dos resultados e o ícone do Zotero. Fonte: Produzido pela autora.

Uma nova janela será aberta com a lista de registros encontrados. Selecione os que te interessam (sugiro ler os resumos antes) e clique em OK.

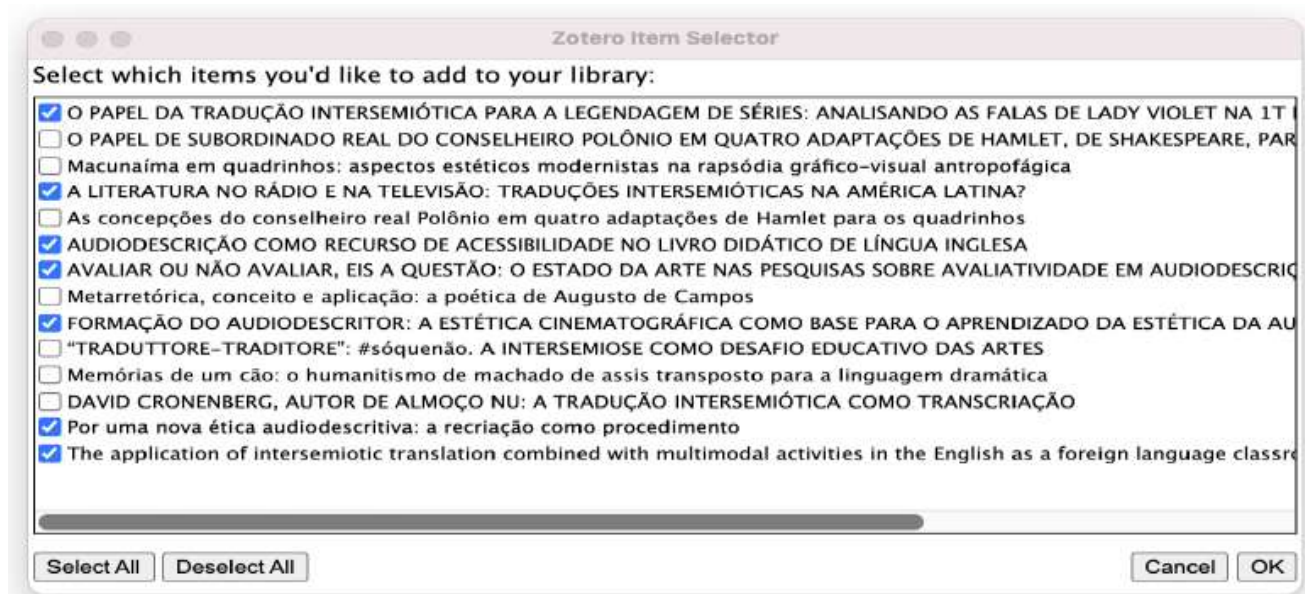


Figura 10 – Tela de seleção de itens a serem adicionados na biblioteca. Fonte: Produzido pela autora.

No canto esquerdo da tela, perto do ícone da pastinha irá aparecer um menu onde você pode escolher em que pasta do ZOTERO você quer que os registros sejam salvos.

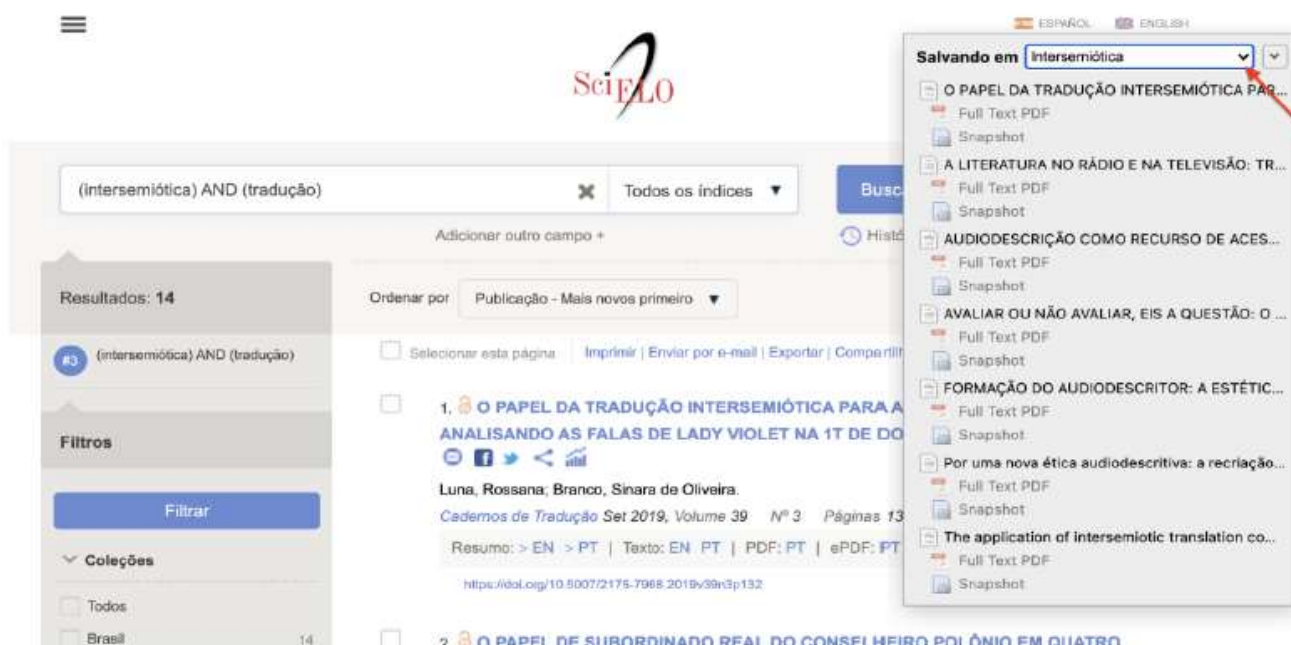


Figura 11 – Hipertexto com *menulist* para seleção da pasta de destino. Fonte: Produzido pela autora.

De volta ao ZOTERO você vai perceber que:

I - Os artigos selecionados foram importados para a pasta escolhida

II - Se você clicar na setinha ao lado do título, vai aparecer o anexo com o PDF do texto completo.

III - Por ser uma base de acesso livre, todas as publicações do Scielo contêm anexos (bolinha azul)

IV - Nesta janela aparecem todos os metadados do artigo selecionado, que foram importados da base original.

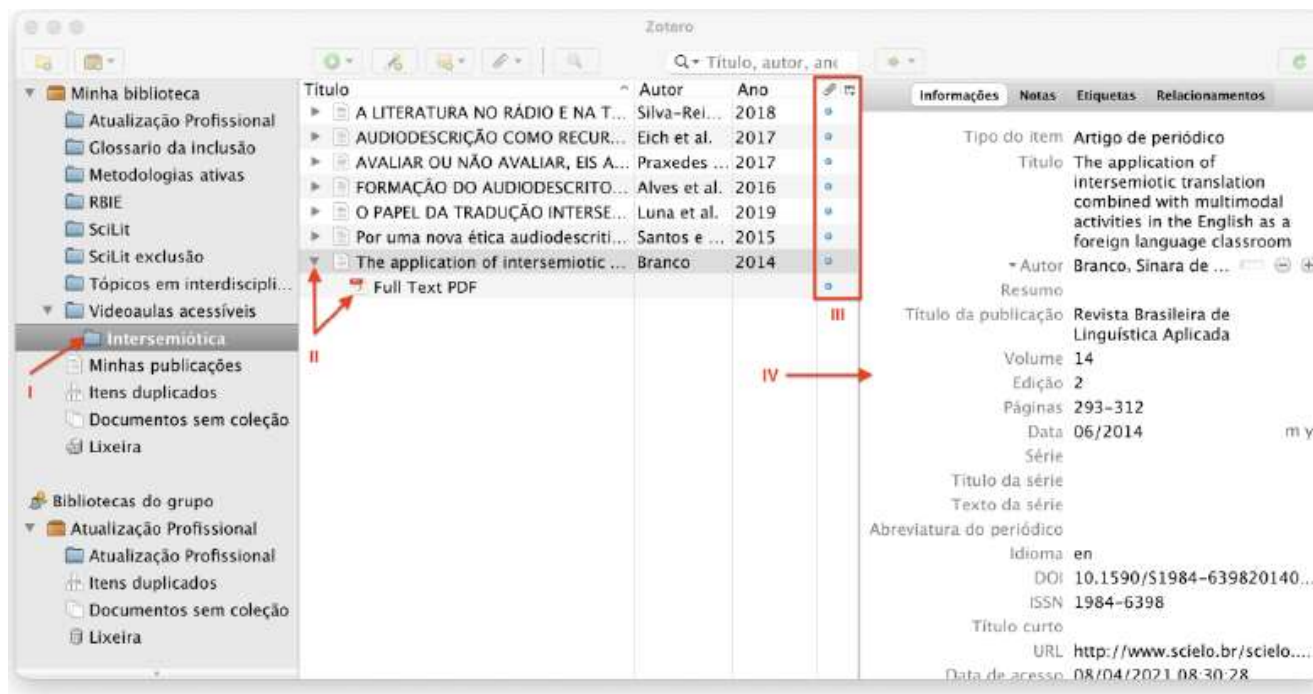


Figura 12 – Catura da tela do Zotero com destaque para os artigos e anexos. Fonte: Produzido pela autora.

IMPORTAR DADOS BIBLIOGRÁFICOS DE UM DOCUMENTO. RIS

Passos para organizar os dados bibliográficos estão discriminadas nas **Figuras 13 e 14**.

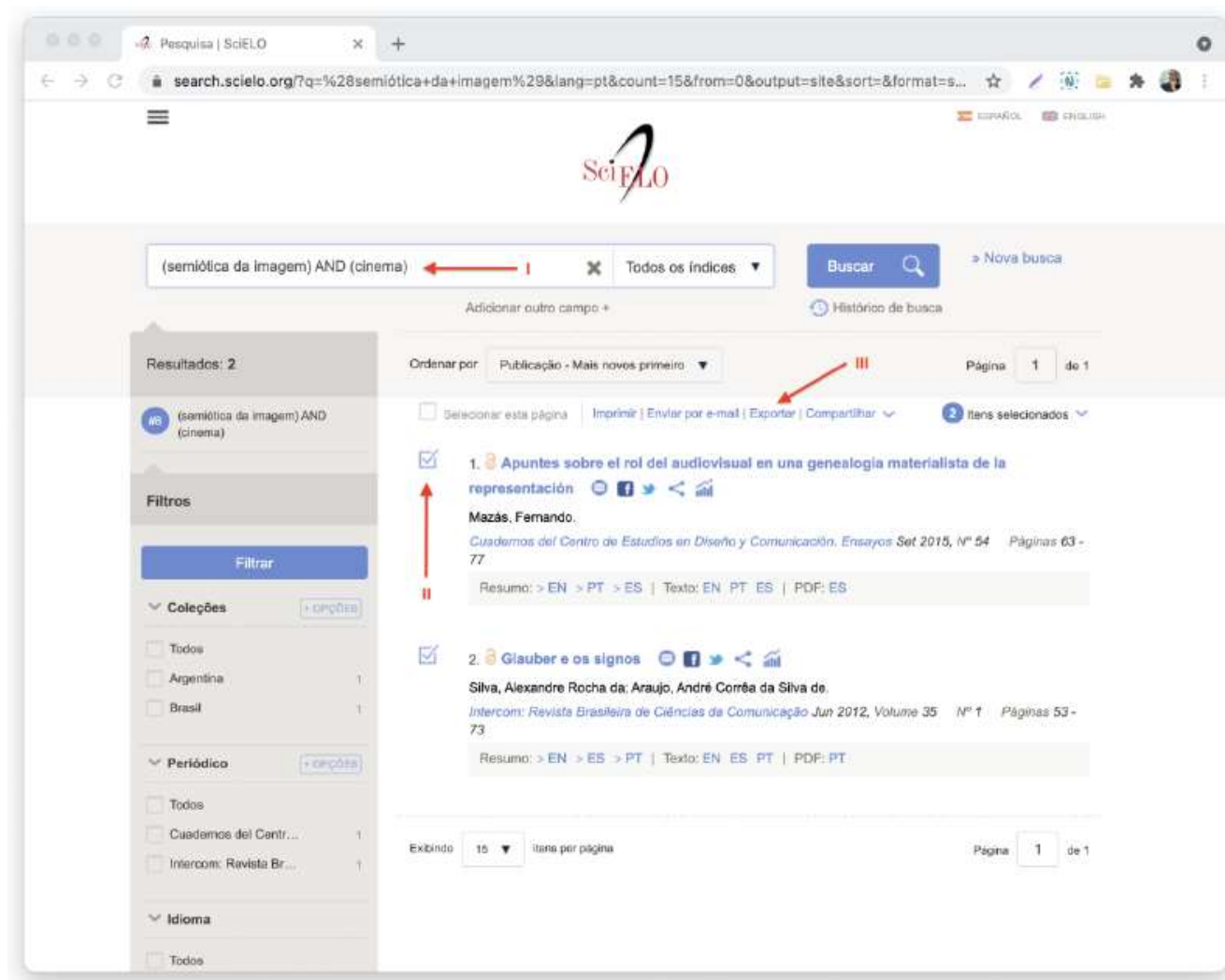


Figura 13 – Tela do SciELO com destaque para o link de exportar. Fonte: produzido pela autora.

I - Faça nova busca no <https://scielo.org/>

II - Selecione as publicações que te interessam

III - Clique em exportar

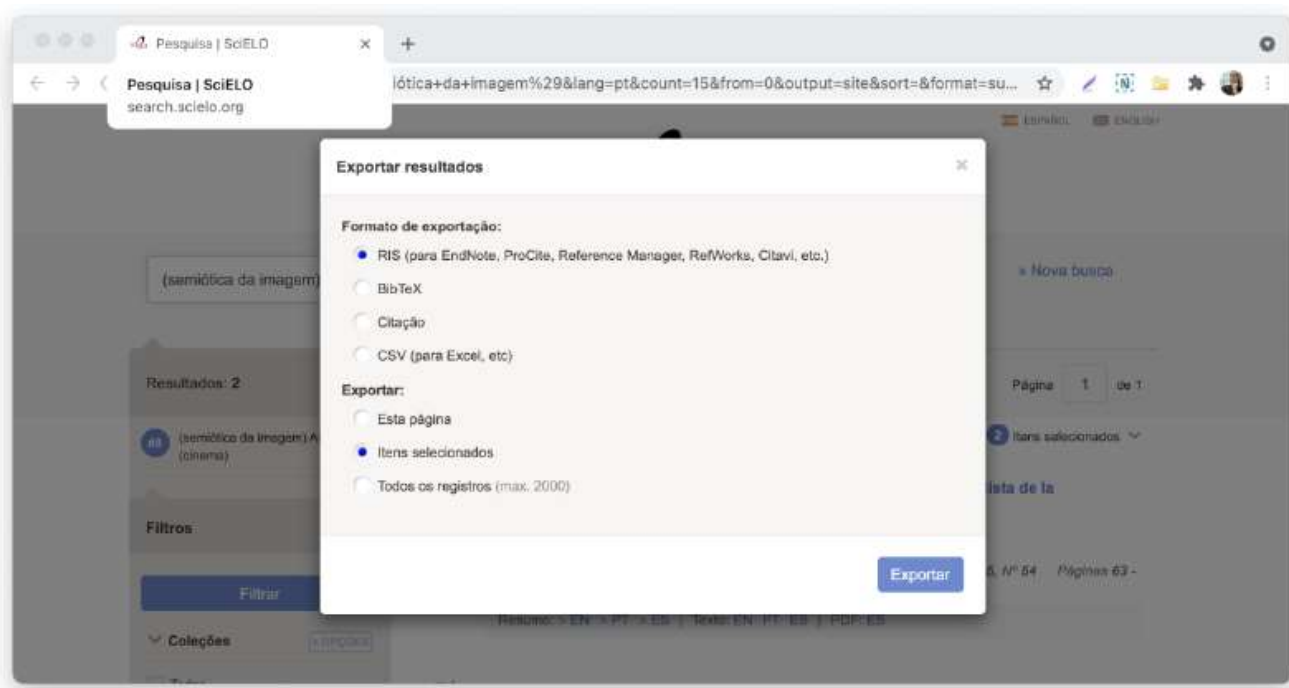


Figura 14 – Hipertexto da página de exportar resultados do SciELO. Fonte: Produzido pela autora.

Ao clicar em “Exportar” será criado o arquivo export.ris. Basta clicar no arquivo e abrir para que os registros sejam enviados para o Zotero. Clicando com o botão da direita, poderá renomear a coleção e mover para dentro de outra pasta, tornando-se uma subcoleção.

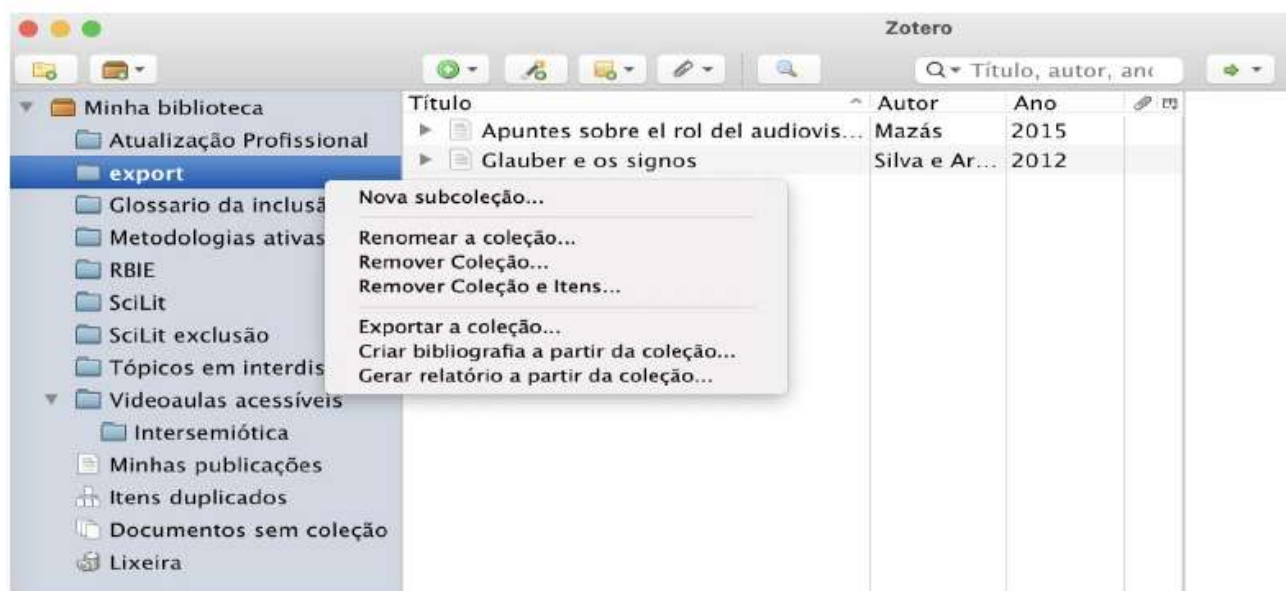


Figura 14 – Captura de tela do Zotero com menulista de opções ao clicar com botão da direita na pasta. Fonte: Produzido pela autora.

IMPORTAR REGISTROS DE OUTRAS FONTES

Caso sua fonte de pesquisa seja um site institucional, um blog acadêmico ou mesmo um vídeo do Youtube, você poderá importar os registros utilizando a extensão do Chrome.

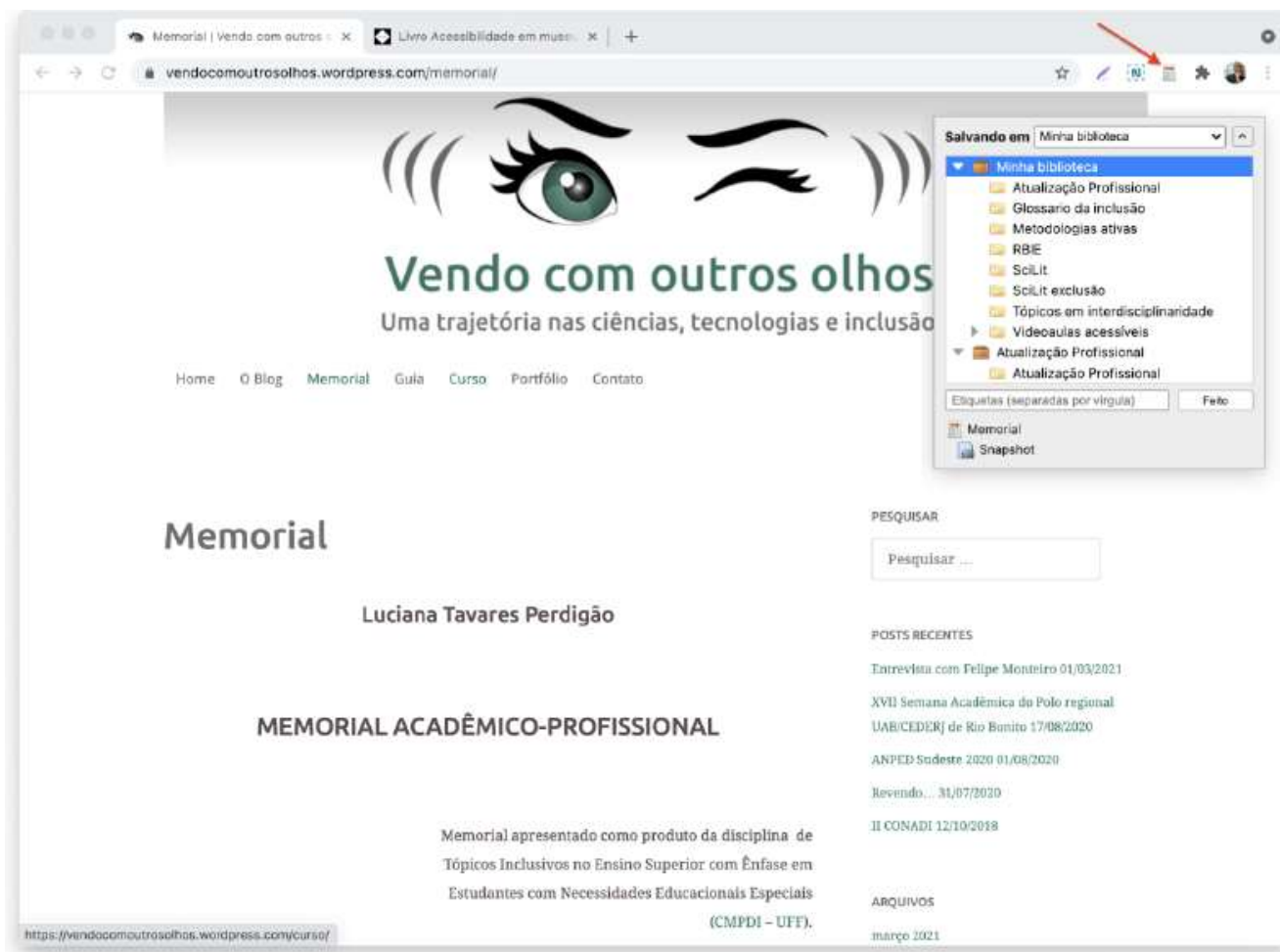


Figura 15 – Tela do blog vendocomoutrosolhos.wordpress.com com destaque para o ícone e *menulist* de exportar para o Zotero. Fonte: produzido pela autora.

Perceba que no caso acima, por se tratar de um blog, o ícone não é mais uma pasta, e sim de um jornal. O procedimento é o mesmo, basta clicar no ícone e escolher a pasta onde será salvo. Salvei na raiz da MINHA BIBLIOTECA. Nesse exemplo eu utilizo a postagem do Memorial que está no meu blog acadêmico: <https://vendocomoutrosolhos.wordpress.com/memorial/>

Então, ao entrar no site do ZOTERO, eu arrastei a referência que estava em MINHA BIBLIOTECA para MINHAS PUBLICAÇÕES:

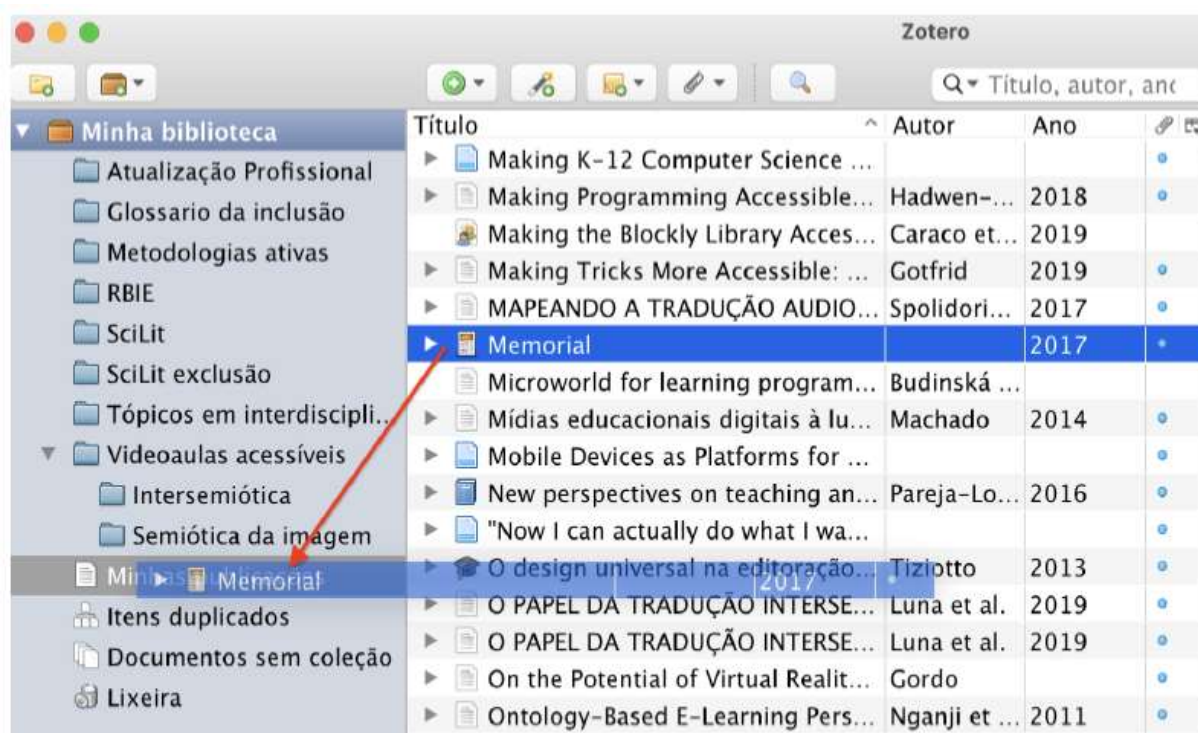


Figura 16 – Captura de tela do Zotero com seleção e reposicionamento da pasta “Memorial”. Fonte: Produzido pela autora.

Ao realizar este procedimento, o ZOTERO solicita confirmação de autoria e o tipo de permissão de compartilhamento.



Figura 17 – Captura de tela de hipertexto de permissão de compartilhamento de pasta do Zotero. Fonte: Produzido pela autora.

I - Agora em **MINHAS PUBLICAÇÕES** tem duas referências: o Memorial que é um item do tipo "Envio de blog" e tem como ícone o jornal; e a minha Dissertação que é um item do tipo "Tese" e tem o ícone de um capelo. (No ZOTERO não existe item do tipo "dissertação").

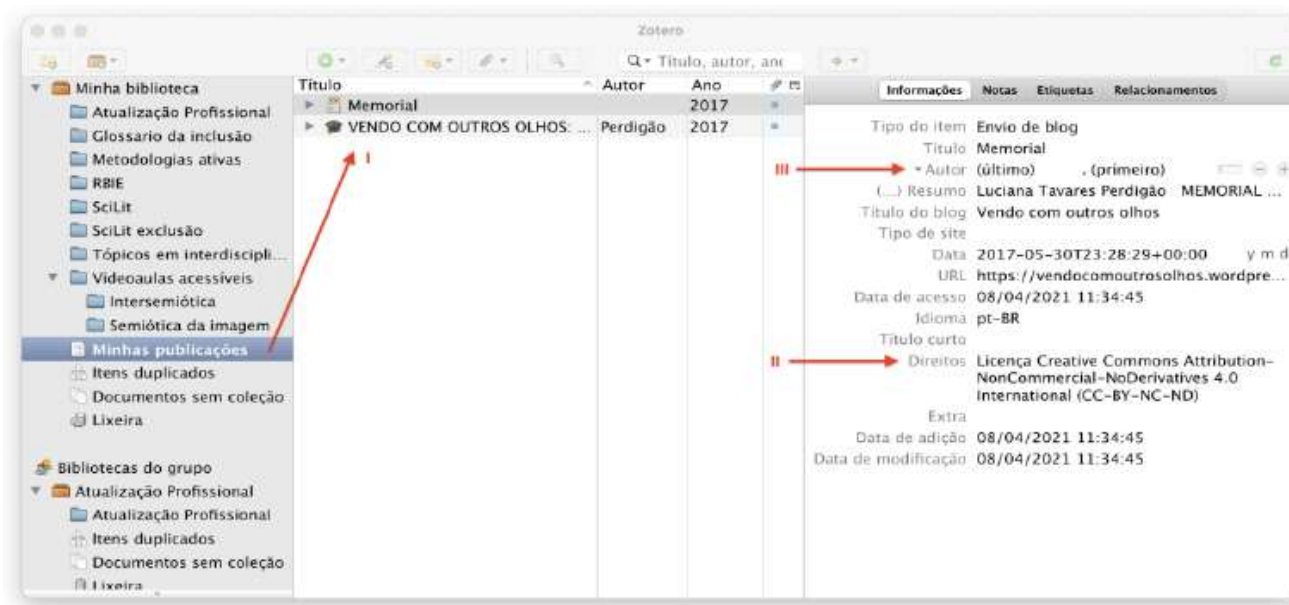


Figura 18 – Captura de tela do Zotero com destaque para a pasta “Minhas publicações”, as respectivas publicações e as indicações informativas. Fonte: Produzido pela autora.

Na parte de informações, do lado direito, aparecem as informações do item selecionado, que é o memorial.

II - Vejam que escolhi a permissão do tipo "Creative Commons" quando movi para minhas publicações.

III - Como o meu blog não possui colaboradores, as postagens não aparecem com autoria. Para inserir o nome do autor, basta clicar na palavra (último) para digitar o último nome e (primeiro) para inserir o primeiro nome.

A edição de metadados é comum principalmente quando sua busca é realizada em bases não consolidadas. Veja um outro exemplo no Google Acadêmico:

Em uma busca por "tradução audiovisual acessível" videoaulas, obtive um resultado com 19 registros. Cliquei no ícone da pastinha:

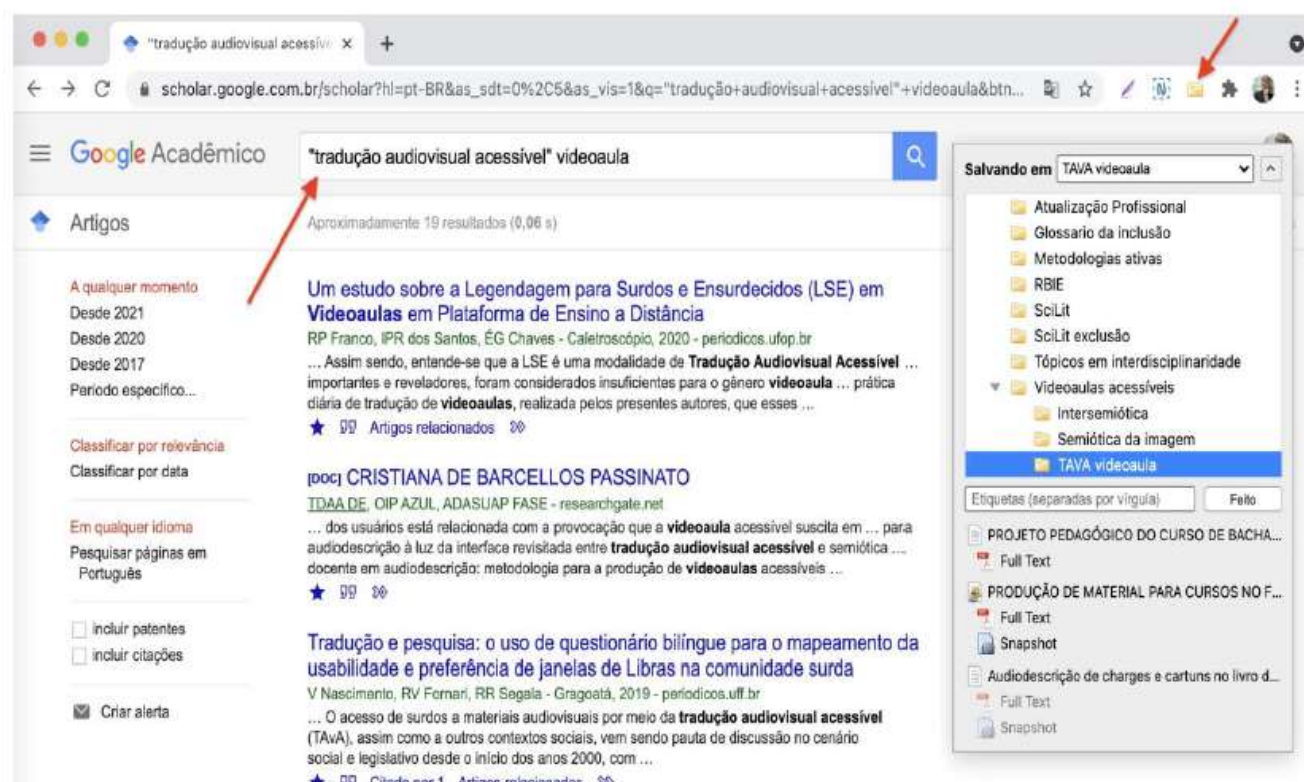


Figura 19 – Página do Google Acadêmico com destaque para o campo de busca e o ícone do Zotero.

Fonte: Produzido pela autora.

Escolhi 3 artigos para salvar na minha subpasta "TAVA videoaula".

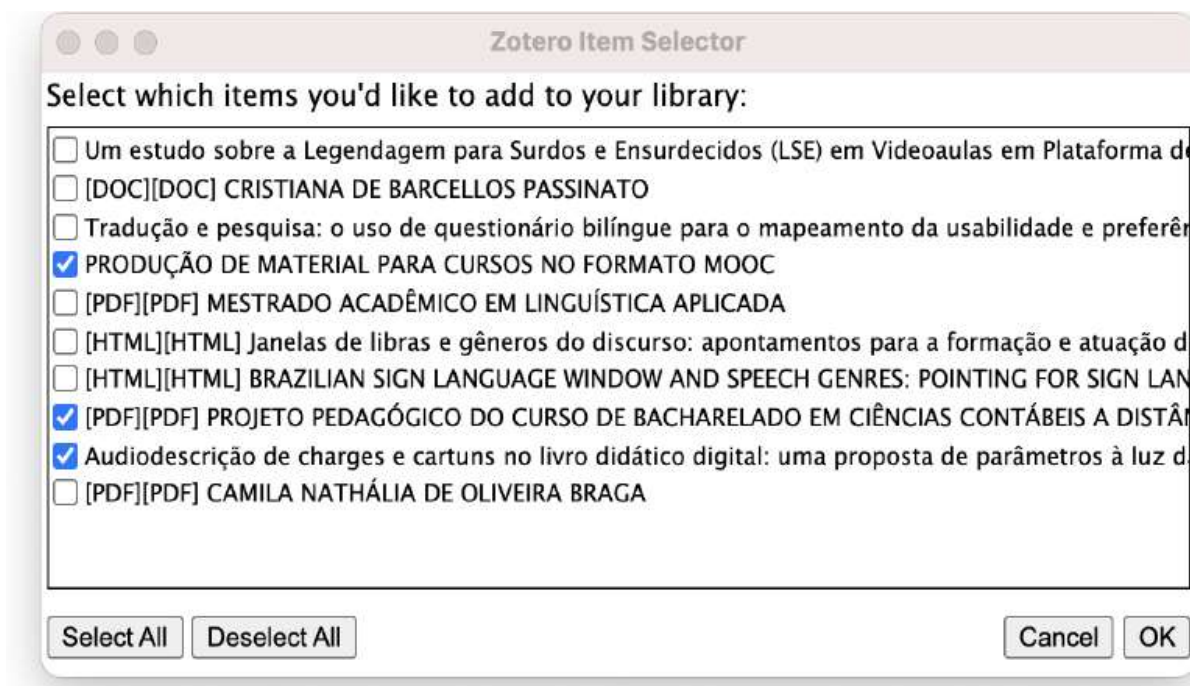


Figura 20 – Captura de tela de seleção de itens da biblioteca do Zotero. Fonte: Produzido pela autora.

Na subpasta do ZOTERO (I), aparecem os três registros. Ao selecionar (II), na área de informações (III), faltam vários metadados, como título da publicação, data etc.

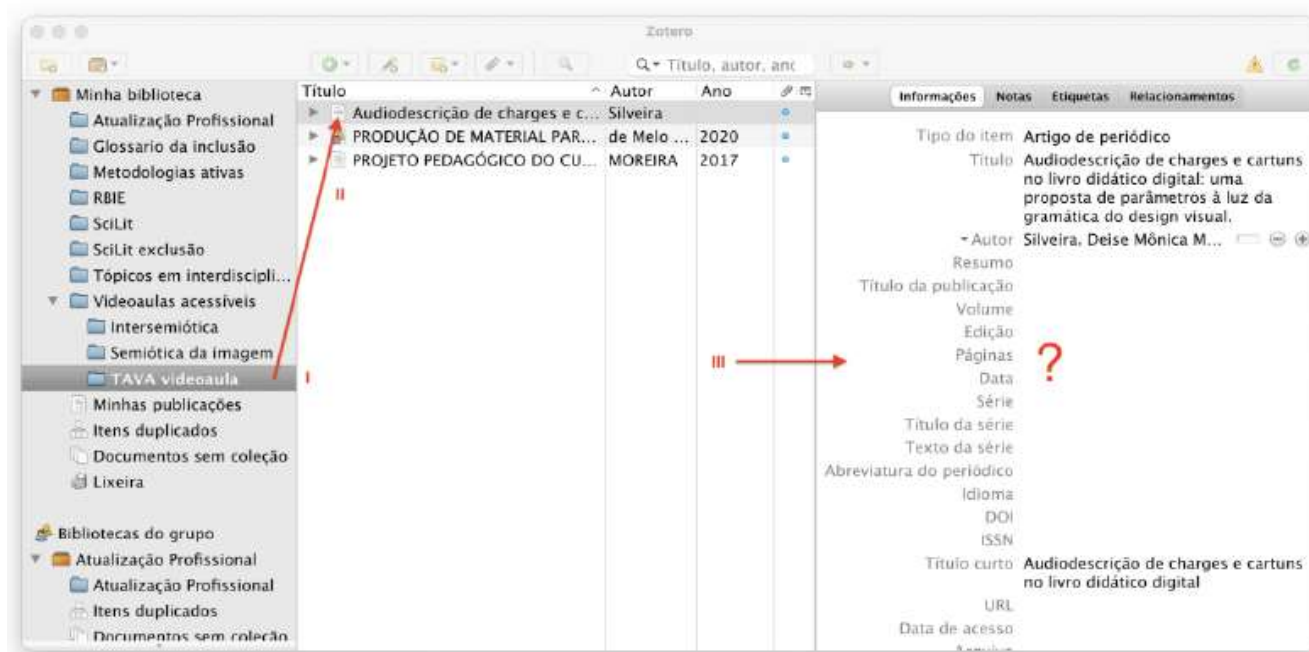


Figura 21 – Captura de tela do Zotero com destaque para a pasta selecionada, o título da referência e as informações faltantes. Fonte: produzido pela autora.

Uma sugestão é voltar no Google Scholar, clicar no link para abrir a publicação original e importar o registro de lá.]



Figura 22 – Captura de tela do Repositório UFBA e destaque para o ícone do Zotero. Fonte: Produzido pela autora.

Você vai perceber no ZOTERO que aparecerão mais metadados da publicação original:

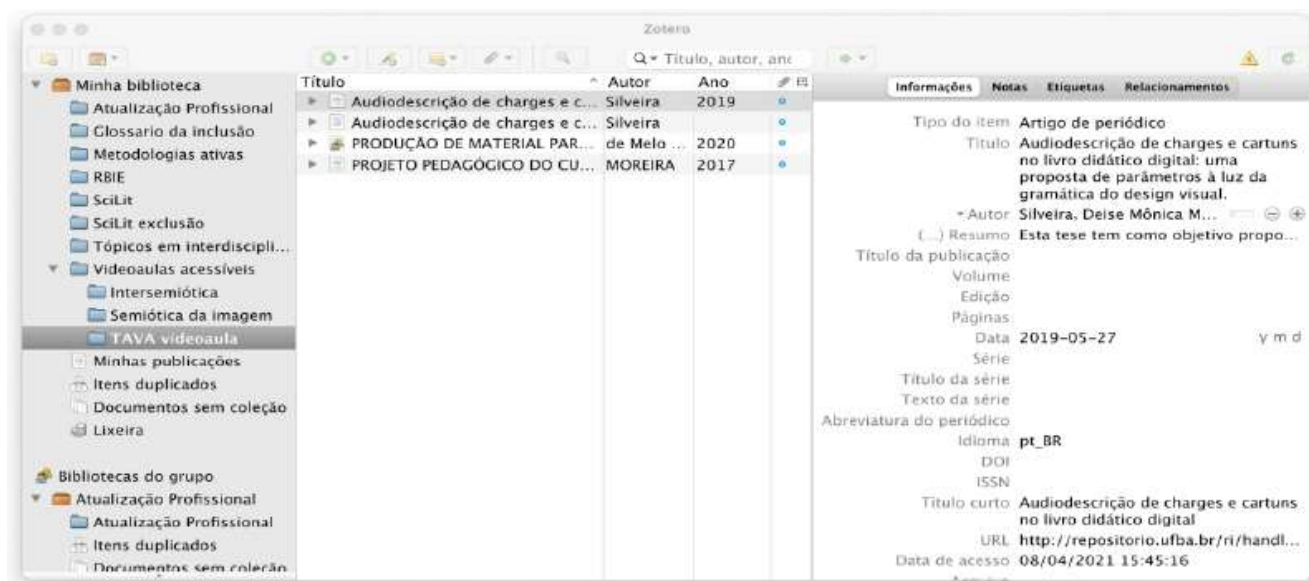


Figura 23 – Captura de tela do Zotero com seleção da referência e informações complementares.

Fonte: Produzido pela autora.

Perceba que mesmo buscando na base original, o item foi identificado como "Artigo de periódico". Você pode editar os metadados, alterando para "Tese":

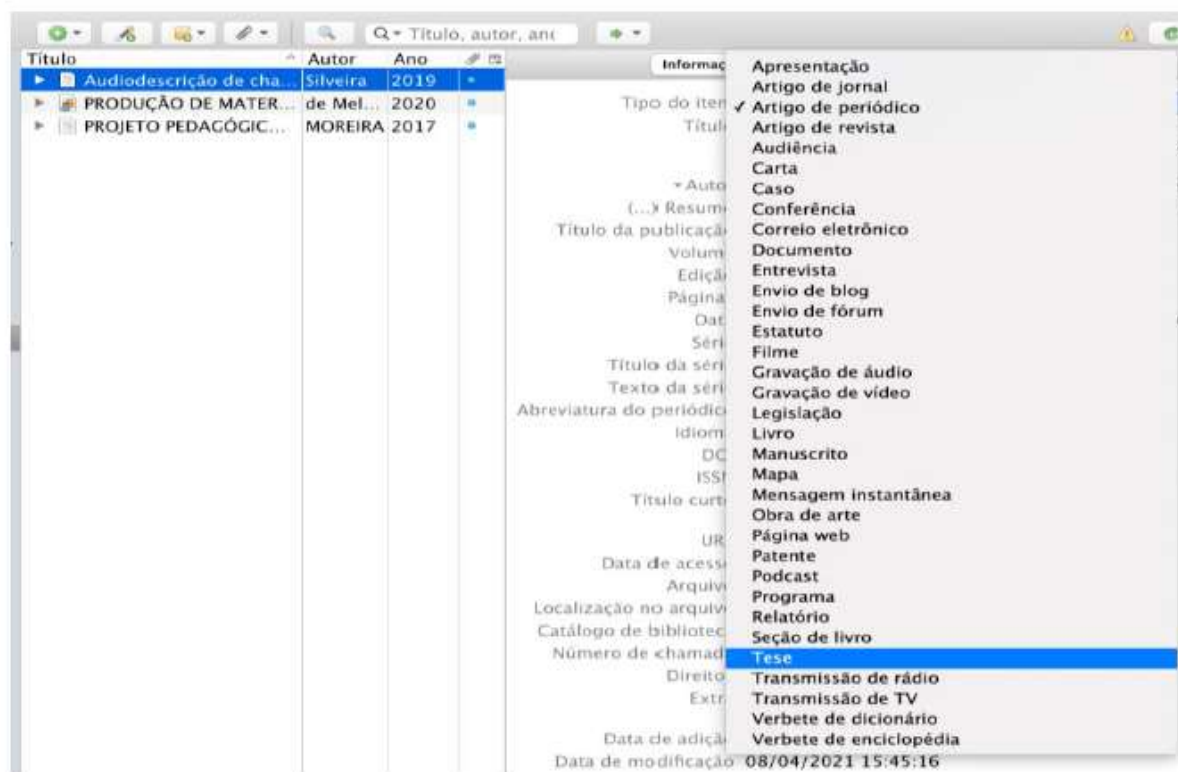


Figura 24 – Captura de tela do Zotero com menulista de opções de tipos de referência e a seleção do tipo "Tese". Fonte: produzido pela autora.

Para remover o registro incompleto basta selecionar com o botão da direita do mouse e "Mover item para a lixeira".

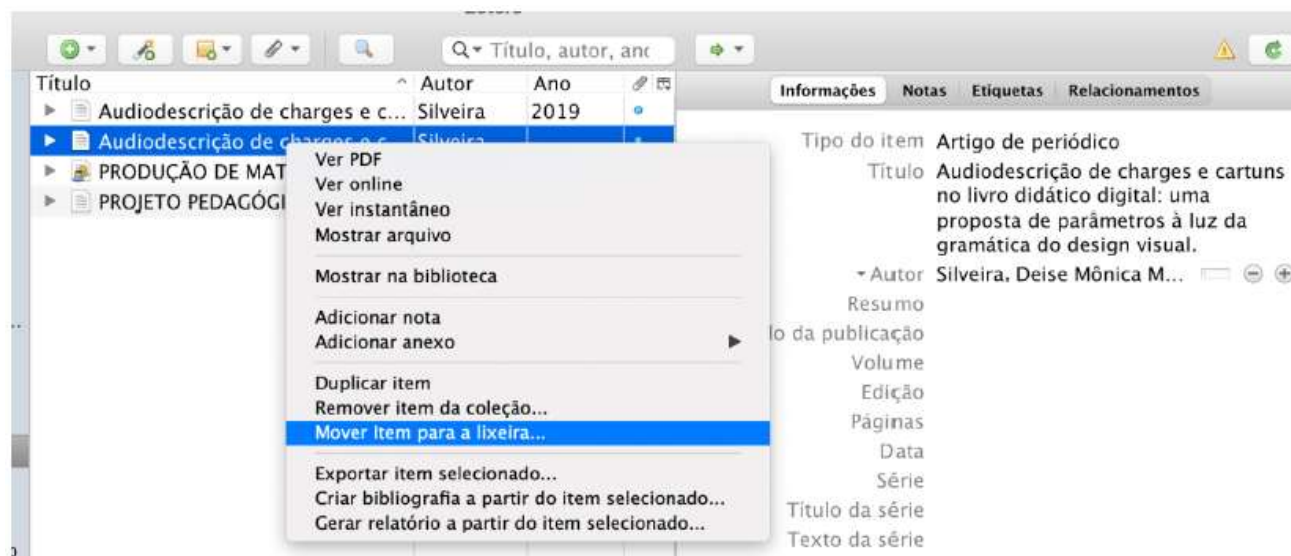


Figura 25 – Captura de tela do Zotero com *menulist* e seleção da opção “Mover item para a lixeira...”.

Fonte: produzido pela autora.

CRIAR UMA BIBLIOGRAFIA

Cada coleção criada pode gerar uma bibliografia praticamente pronta e formatada, desde que você verifique e atualize todos os metadados solicitados pela publicação. Por exemplo, em uma Revisão Sistemática de Literatura para uma disciplina específica do doutorado eu criei uma coleção "SciLit" com todos os artigos que selecionei depois da leitura dos resumos.

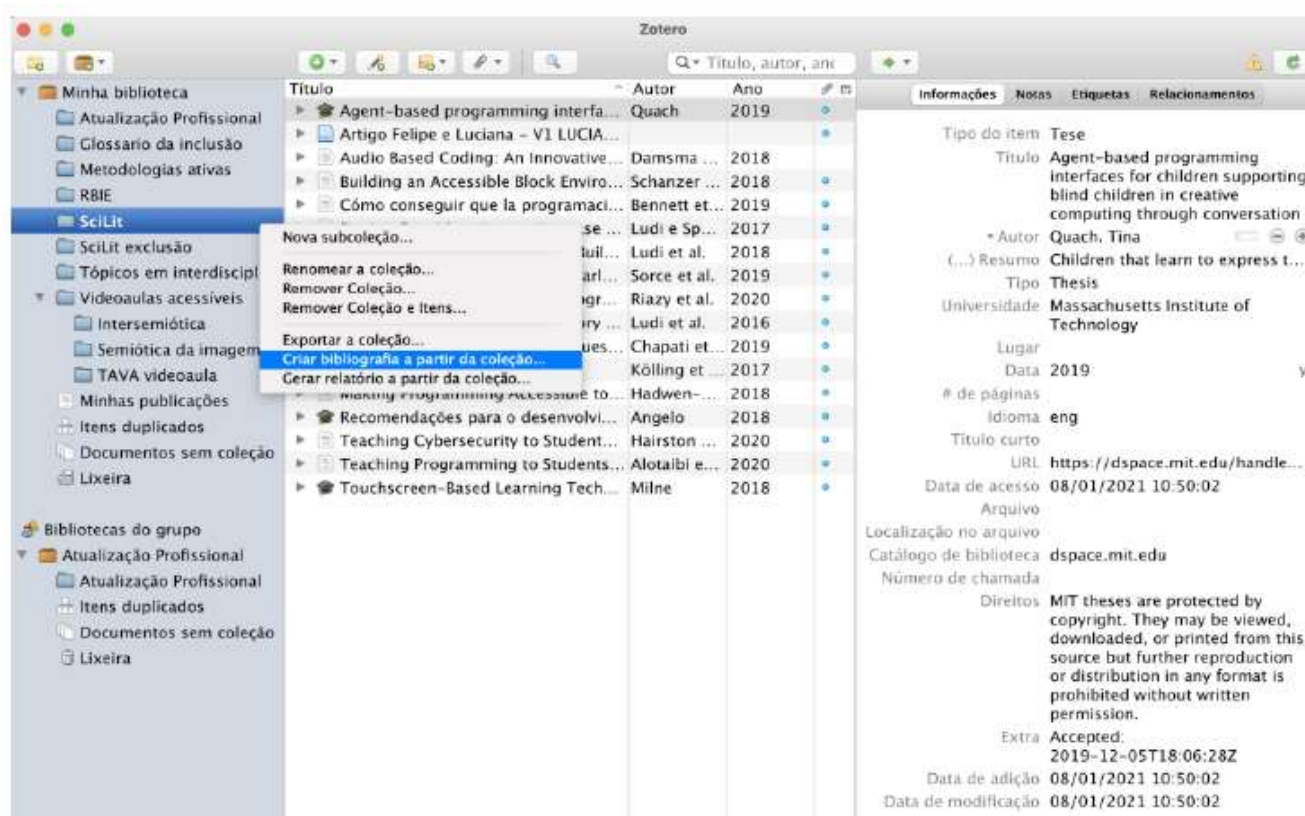


Figura 26 – Captura de tela do Zotero com menulista e a opção “Criar bibliografia...”. Fonte: Produzido pela autora.

Você deverá selecionar a ABNT como estilo, o modo de saída como Bibliografia e escolher o método de saída. Nesse caso eu escolhi "copiar para Área de transferência" porque a minha bibliografia já está pronta para colocar no referencial de pesquisa:

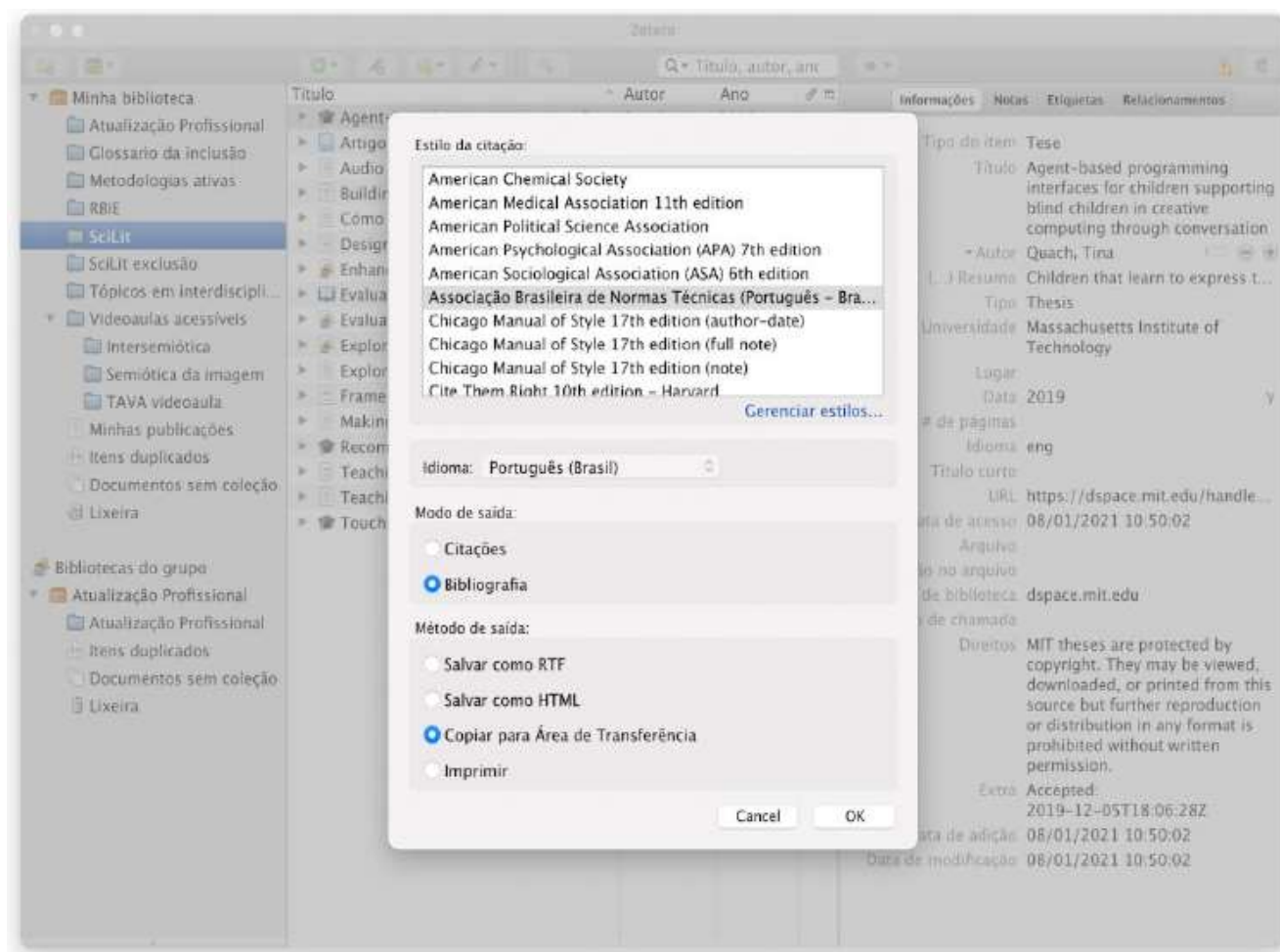


Figura 27 – Captura de tela de estilos e a seleção da opção ABNT. Fonte: Produzido pela autora.

Ao dar OK no ZOTERO, basta colar "Ctrl + V" no documento que você estiver trabalhando, seja no Word, no Google Docs ou no editor da revista. Vou dar o ctrl + V aqui:

ALOTAIBI, H.; S. AL-KHALIFA, H.; ALSAEED, D. Teaching Programming to Students with Vision Impairment: Impact of Tactile Teaching Strategies on Student's Achievements and Perceptions. **Sustainability**, v. 12, n. 13, p. 5320, jan. 2020.

ANGELO, I. M. **Recomendações para o desenvolvimento de ambientes de programação inclusivos para crianças cegas**. Mestrado em Sistemas Eletrônicos—São Paulo: Universidade de São

Paulo, 26 set. 2018.

BENNETT, A. H.; SENTANCE, S.; MORRISON, C. Cómo conseguir que la programación sea accesible a estudiantes con discapacidades visuales: examen de la bibliografía. **Integración: Revista sobre ceguera y deficiencia visual**, n. 74, p. 127–150, 2019.

CHAPATI, K. et al. Exploring the Use of Auditory Cues to Sonify Block-Based Programs. 2019.

DAMSMA, P.; NORGAARD, J. Audio Based Coding: An Innovative Approach to Accessible Coding for Children who are Blind. 1 jan. 2018.

HADWEN-BENNETT, A.; SENTANCE, S.; MORRISON, C. Making Programming Accessible to Learners with Visual Impairments: A Literature Review. **International Journal of Computer Science Education in Schools**, v. 2, n. 2, p. 3–13, 17 maio 2018.

HAIRSTON, J. R. et al. Teaching Cybersecurity to Students with Visual Impairments and Blindness. **Journal of Science Education for Students with Disabilities**, v. 23, n. 1, 2020.

KÖLLING, M.; BROWN, N.; ALTADMRI, A. Frame-Based Editing. **Journal of Visual Languages and Sentient Systems**, v. 3, p. 40–67, 5 jul. 2017.

LUDI, S.; BERNSTEIN, D.; MUTCH-JONES, K. **Enhanced Robotics! Improving Building and Programming Learning Experiences for Students with Visual Impairments**. Proceedings of the 49th ACM Technical Symposium on Computer Science Education. **Anais...: SIGCSE '18**. New York, NY, USA: Association for Computing Machinery, 21 fev. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1145/3159450.3159501>>. Acesso em: 8 jan. 2021

LUDI, S.; SIMPSON, J.; MERCHANT, W. **Exploration of the Use of Auditory Cues in Code Comprehension and Navigation for Individuals with Visual Impairments in a Visual Programming**

Environment. Proceedings of the 18th International ACM SIGACCESS Conference on Computers and Accessibility. **Anais...**: ASSETS '16. New York, NY, USA: Association for Computing Machinery, 23 out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/2982142.2982206>. Acesso em: 8 jan. 2021.

LUDI, S.; SPENCER, M. Design Considerations to Increase Block-based Language Accessibility for Blind Programmers Via Blockly. **Journal of Visual Languages and Sentient Systems**, v. 3, n. 1, p. 119–124, 5 jul. 2017.

MILNE, L. **Touchscreen-Based Learning Technologies for Children with Visual Impairments.** Thesis— [s.l.: s.n.].

QUACH, T. **Agent-based programming interfaces for children supporting blind children in creative computing through conversation.** Thesis—[s.l.] Massachusetts Institute of Technology, 2019.

RIAZY, S.; WELLER, S.; SIMBECK, K. **Evaluation of Low-threshold Programming Learning Environments for the Blind and Partially Sighted:** Proceedings of the 12th International Conference on Computer Supported Education. **Anais...** In: 12TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTER SUPPORTED EDUCATION. Prague, Czech Republic: SCITEPRESS - Science and Technology Publications, 2020Disponível em: <http://www.scitepress.org/DigitalLibrary/Link.aspx?doi=10.5220/0009448603660373>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SCHANZER, E.; BAHRAM, S. KRISHNAMURTHI, S. Building an Accessible Block Environment. BLOCK+ 2018, november, 2018, Boston, Massachusetts USA. p. 2, 2018. <https://cs.brown.edu/~sk/Publications/Papers/Published/sbk-building-accessible-blocks/paper.pdf> Acesso em: 8 jan. 2021.

SORCE, S. et al. Evaluation of a Visual Tool for Early Patent Infringement Detection During Design. In: MALIZIA, A. et al. (Eds.). **End-User**

Development. Lecture Notes in Computer Science. Cham: Springer International Publishing, 2019. v. 11553p. 166–173.

Parece mágica, não é?

Bem essa foi uma introdução aos recursos básicos do ZOTERO. Você pode conhecer e explorar outras ferramentas na página de documentação e suporte do site: <https://www.zotero.org/support/>

6. MENDELEY

Elias Junior

O Mendeley é um software para gestão de referências bibliográficas desenvolvido pela Elsevier. A empresa dispõe de uma versão gratuita com vasta funcionalidades. É constituído pelos componentes Desktop, Mobile e Web. Através do Mendeley, podemos inserir citações e referências em editores de texto como o Word, Open Office e Latex (Silva Jr., 2001).

Este manual foi produzido e idealizado para apoiar os alunos da disciplina Atualização profissional em relação a utilização do Mendeley.

A disciplina foi ministrada pelas professoras: Neuza Rejane Wille de Lima e Ruth Maria Mariani Braz, no curso de Mestrado profissional em diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF).

Nesta disciplina atuei como Tutor e produtor deste material no intuito de atender os requisitos avaliativos da disciplina estágio docência do programa de pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIN) - Doutorado acadêmico da Universidade Federal Fluminense.

Com este manual propomos ao discente a pensar estrategicamente a ser eficaz para assumir o controle do tempo na realização das tarefas e organizar as referências bibliográficas.

Gerou-se o documento (manual) contendo 76 páginas, cujo conteúdo está contemplado no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Conteúdo do **Manual Técnico do Usuário**. Instalação e Utilização do Mendeley.

SUMÁRIO	
1.INTRODUÇÃO.....	8
1.1.O QUE É O MENDELEY.....	8
1.2.AS FUNCIONALIDADES BÁSICAS DO MENDELEY.....	8
1.3 .AS VERSÕES DO MENDELEY.....	8
1.4. OS MÓDULOS DO MENDELEY.....	9
2. A CONTA NO MENDELEY VIA WEB	10
3. A INSTALAÇÃO DO MENDELEY DESKTOP NO WINDOWS 10.....	14
4. CONFIGURE O MENDELEY DESKTOP.....	19
5. A IMPORTAÇÃO VIA WEB PELO MENDELEY	23
7. A CRIAÇÃO DE COLEÇÕES.....	35
8. A DISTRIBUIÇÃO DOS ARQUIVOS EM COLEÇÕES	38
9. A ADIÇÃO MANUAL DE DOCUMENTOS NO MENDELEY.....	39
10. AS MARCAÇÕES EM ARQUIVOS NO MENDELEY.....	41
11. AS NOTAS EM ARQUIVOS NO MENDELEY	43
11.1. NOTA GERAL.....	43
11.2. NOTA PRIVADA.....	44
12. AS CITAÇÕES NO CORPO DO TEXTO NO WORD	48
12.1. CITAÇÕES DIRETAS PELO MENDELEY.....	48
12.2. CITAÇÕES INDIRETAS PELO MENDELEY.....	52
12.3. FORMAS DE CITAÇÃO PELO MENDELEY.....	56
13. COMO ADICIONAR O ITEM "REFERÊNCIAS" NO WORD	59
14. O BACKUP DA BIBLIOTECA NO MENDELEY.....	62
14.1. O BACKUP DAS CONFIGURAÇÕES DA BIBLIOTECA DO MENDELEY	62
14.2. CRIANDO BACKUP DOS ARQUIVOS DA BIBLIOTECA DO MENDELEY	63
14.3. ORGANIZANDO OS DIRETÓRIOS E ARQUIVOS NO MENDELEY.....	65

14.4. BACKUP TOTAL DO MENDELEY.....	67
14.5. RESTAURANDO O BACKUP TOTAL DO MENDELEY.....	68
15. CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS	75

(Fonte: Silva Júnior, 2021 que está disponível em -

https://www.researchgate.net/publication/351211903_Mendeley_-_Manual_Tecnico_do_Usuario).

Este manual foi produzido e idealizado para apoiar aos alunos da disciplina "Atualização Profissional" em relação à utilização do Mendeley.

A Disciplina foi ministrada pelas Professoras Dra. Neuza Rejane Wille Lima e Dra. Ruth Maria Mariani Braz no Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDIUFF) <http://cmpdi.uff.br/>.

Nesta disciplina atuei como tutor e produtor deste material no intuito de atender os requisitos avaliativos da disciplina de "Estágio Docência" do Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) — Doutorado Acadêmico da Universidade Federal Fluminense <http://pqctin.uff.br/>.

Agradeço aos envolvidos pela oportunidade!

REFERÊNCIA

Silva Júnior, Elias dos Santos. Manual Técnico do Usuário. Instalação e Utilização do Mendeley. 2021. 76 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351211903_Mendeley_-_Manual_Tecnico_do_Usuario Acesso em: 05 ago. 2021.

7. PLATAFORMA LATTES

Neuza Rejane Wille

O Curriculum Vitae, abreviado como CV, é um documento que lista de modo hierárquico e cronológico os conhecimentos, as experiências e as produções relacionados à carreira de uma pessoa. Normalmente, ele é aplicado para fins profissionais, como a busca de um novo emprego, concorrer em concursos públicos e, por vez, privados ou ainda para ingressar e cursar em formações acadêmicas (estágios de bacharelado ou licenciatura, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado etc.). A comprovação documental é exigida em muitas situações, principalmente, quando se está concorrendo a uma vaga.

Um currículo bem construído e documentado é muito útil aos consultores de órgãos de fomento ou empresas que utilizam as informações contidas no currículo para avaliar a produção técnico-científica, produção docente e produção extensionista dos candidatos e áreas de experiência profissional, servindo de instrumentos de decisão quanto às solicitações de recursos financiamentos, para realizar pesquisas conjuntas, estabelecer determinadas parcerias, participar de reuniões científicas, publicar livros, capítulo de livros ou artigos científicos que precisam ser financiados.

Atualmente, vários países construíram plataformas que reúnem informações e que estão integradas entre si. Por exemplo, a Rede Internacional de Fontes de Informação (Rede ScienTI) que envolve a:

- BIREME (outrora: Biblioteca Regional de Medicina – atualmente: Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde)
- OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde)
- OMS (Organização Mundial da Saúde)
- OEA (Organização dos Estados Americanos - doador e contribuinte com a Rede ScienTI).

As informações contidas no **Quadro 1** reportam informações básicas que estão relacionadas no site da Rede ScienTI. Essa rede envolve plataformas de 12 países, cinco Instituições e Redes Internacionais e quatro Grupos de Desenvolvimento e Pesquisa (GDI) (**Figura 1**).

Quadro 1 – O que é a Rede ScienTI?

ScienTI	“Rede pública de fontes de informação e conhecimento que, com o objetivo de contribuir à gestão da atividade científica, tecnológica e de inovação, promove um espaço público e cooperativo de interação entre os atores dos sistemas e comunidades nacionais de ciência, tecnologia e inovação dos países membros.”
Fontes de Informação da Rede	“As fontes de informação incluem currículos, grupos de pesquisa, instituições e projetos.” “Todas são padronizadas com referenciais internacionais, de modo a assegurar a interoperabilidade na Internet.”
Apoio à Gestão CT&I	“A rede visa à identificação atualizada de recursos humanos qualificados, instituições e projetos de pesquisa para o desenvolvimento e avaliação de políticas e capacidades nacionais em CT&I, assim como promover programas de cooperação internacional.”
Estrutura	“A rede é a expressão da cooperação internacional entre os Organismos Nacionais de Ciência e Tecnologia (ONCYTs), Organismos Internacionais de Cooperação em Ciência e Tecnologia (OICYTs), Grupos de Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas de Informação e Conhecimento (GDIs) e Instituições Patrocinadoras (IPs).”

Fonte: Rede ScienTI <http://www.scienti.net/php/level.php?lang=pt&component=19&item=1>

Acesso em: 18 de agosto de 2021.

Países Membros da Rede ScienTI

1. Argentina
2. Brasil
3. Chile
4. Colômbia
5. Cuba
6. Equador
7. México
8. Panamá
9. Paraguay
10. Peru
11. Portugal
12. Venezuela

INSTITUIÇÕES E REDES INTERNACIONAIS QUE ESTÃO LISTADAS À REDE SCIENTI:

1. OPS/OMS
2. BIREME
3. OEA
4. UNESCO
5. RICYT

GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA - GDI QUE ESTÃO LISTADAS À REDE SCIENTI:

Nessa rede o Brasil participa ativamente através da Bireme e da Plataforma Lattes. A Bireme foi criada em 1967 através de um acordo internacional entre a OPAS/OMS do Ministério da Saúde, Ministério da Educação do governo brasileiro. Ela está localizada na cidade de São Paulo junto a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, antiga Escola Paulista de Medicina).

A Plataforma Lattes é um sistema robusto de informações em ciência e tecnologia que surgiu entre 1998 e 1999, através de um levantamento junto à comunidade de consultores ad hoc com o objetivo maior de estabelecer um modelo de currículo que atendesse tanto às suas necessidades de operação de fomento como às de planejamento e gestão em Ciências e Tecnologia.

O Sistema do Curriculum Lattes foi lançado em 16 de agosto de 1999 (há 22 anos) e conseguiu integrar as informações mantidas por CNPq, Capes, Fapesp, Finep e outros sistemas do Ministério de Ciência e Tecnologia.

A partir do Currículo Lattes vem se construindo, ao longo do tempo e a partir das participações de universidades e centros de pesquisa do Brasil a Plataforma Lattes. Foi em abril de 2001 que aconteceu uma grande conferência com mais de 500 participantes, envolvendo representantes de vários grupos, tais como: os ONCYTs (Organismos Nacionais de Ciência e Tecnologia), as bibliotecas virtuais, como a Scielo.

Nessa reunião histórica foi revelada todas as etapas de construção dessa plataforma, atraindo a atenção de setores da área de saúde de países latino-americanos e da CONICYT (Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica), localizada no Chile.

Atualmente, a Plataforma Lattes contabiliza e disponibiliza a produção de ensino, pesquisa e, mais recentemente, a extensão universitária, como também na produção de grupos de pesquisa e de instituições de ensino, de pesquisa e tecnológicos. Para maiores detalhes sobre a Plataforma Lattes acesse o link: <http://memoria.cnpq.br/web/portal-lattes/extracoes-de-dados>

O **Quadro 2** traz uma síntese sobre o histórico sobre a criação da Plataforma Lattes.

Quadro 2 - Histórico da criação do CV Lattes.

1993 -1999	Informatização inicial, usando formulários em papel, um sistema em ambiente DOS (BCURR) e um sistema de currículos específico para credenciamento de orientadores
	(Mini Currículo). Nesse período, a Agência acumulou cerca de 35 mil registros curriculares da atividade de C&T no país.

1995	O Grupo de pesquisa Stela da UFSC foi responsável por fazer o primeiro sistema automatizado de uma secretaria acadêmica. Isso trouxe reconhecimento nacional e a demanda da criação da Plataforma Lattes.
1998	CESAR (Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife da UFPE) e o Grupo Stela da UFSC desenvolveram um novo formulário eletrônico, com relatórios novos, indicadores de produção, entre outras funcionalidades. Esse primeiro protótipo foi denominado de CV-Genos (Genos em grego significa "raça, estoque, parentes")
1999	140 dos 400 consultores que responderam à pesquisa avaliaram o primeiro protótipo do currículo Lattes, à época denominado CV-Genos. A avaliação geral alcançou 4,5 em escala de 0 - péssimo a 5 – excelente.
2000	O Diretório dos Grupos de Pesquisa e o site de acesso ao Sistema de Currículo Lattes despertou o interesse da OPAS.
2001	As universidades UFSC, UNICAMP, UFRJ, USP, UFRGS, UFBA e UFRN, universidades que haviam procurado o CNPq solicitando abertura tecnológica de sua plataforma, participaram de workshop na Agência, visando à construção da Linguagem de Marcação da Plataforma Lattes (LMPL), sob coordenação da CGINF/CNPQ. O Grupo Stela foi contratado para criar o CvLAC, dando início aos trabalhos em fevereiro de 2001. O CNPq

	disponibilizou a Plataforma gratuitamente para que o projeto alcançasse âmbito latino-americano. Criou-se um formulário latino-americano, denominado CvLAC, a partir da experiência do currículo brasileiro (Lattes).
--	---

Antes de tudo isso, o Currículo Lattes apresentava inúmeras dificuldades e limitações:

- O sistema travava, não era nada intuitivo
- Não gravava automaticamente e exigia se trabalhar *offline* e depois “tentar” gravar os novos dados que nem sempre era possível
- Não permitia, por exemplo, o credenciamento de coautores nos grupos de pesquisa
- Não registrava muitos dos dados anteriormente incluídos como os nomes dos coautores dos artigos publicados
- Não registrava livros ou capítulo de livros, entrevistas, publicações em jornais, palestras, entre projetos de ensino e pesquisam entre muitos outros
- Não registrava artigos aceitos (no prelo ou *in press*)
- Não tinha corretor de texto
- Não informava duplicidades

Atualmente, a Plataforma Lattes:

- tem corretor de texto
- identifica possíveis redundâncias na produção informada (trabalhos semelhantes), auxiliando o usuário a detectar eventuais duplicidades
- aceita cadastrar artigos aceitos para publicação
- gera uma impressão bem elegante do currículo vitae em PDF, RTF ou digital com as informações selecionadas pelo usuário
- fornece dados numéricos das produções
- inclui produções artísticas
- possibilita incluir patentes, outras produções técnicas, consultorias, pareceres

- disponibilizar versão em inglês
- gera dados estatísticos de produtividade
- inclui a foto
- identifica a nacionalidade do cadastrado
- incluiu o ORCID, em 2020
- incluiu licença maternidade, em 2021

A plataforma não inclui outros tipos de licenças médicas, nem a possibilidade de castrar em detalhes todos tipos de produção e atividades online, entre outros.

Ainda há na plataforma quesitos em desuso como a Livre Docência que é um título que pode ser adquirido em instituições como o requisito para a candidatura a professor titular em três universidades paulistas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Essa plataforma não distingue o status de professor titular por concurso público ou por progressão funcional, o titular classe E, que é obtido tanto pelo tempo de serviço com base na produtividade docente – ensino, pesquisa e extensão.

Existem tutoriais que auxiliam a cumprir as etapas básicas de preenchimento do CV Lattes (**Quadro 3**). Selecionei alguns deles, porém nem todos possuem todos os passos necessários para consolidar um bom currículo e não trazem o passo a passo para se criar e atualizar grupos de pesquisa na plataforma Lattes. Nesse caso a própria plataforma fornece orientações básica através de um link próprio (LATTES, 2021).

Quadro 3 - Algumas orientações sobre o preenchimento do Lattes.

Ano	Endereços Eletrônicos	Origem
2021	Como fazer e atualizar o currículo Lattes? Veja dicas! ----- https://deolhonofuturo.uninter.com/como-fazer-e-atualizar-curriculo-lattes/?gclid=CjwKCAjwgviIBhBkEiwA10D2jyDW4H6S-dNXHmIe9qWh30IbdxL5nU8ykWQ308iFMnQDbRVGnEM5DhoCR1UQAvD_BwE	Uninter
2020	Currículo Lattes: como cadastrar e preencher https://www.youtube.com/watch?v=v9cp83nDKM8	Canal Descomplicado
2020	Currículo Lattes Completo - passo a passo https://www.youtube.com/watch?v=d_S5wKpnIDk&list=RDCMUcmU0-LAWVwc4z_bFEfxe4ug&index=1	Prof. Dr. Ivan Guedes YouTube
2016	http://www.2018.uemg.br/downloads/Tutorial%20para%20preenchimento%20do%20Currículo%20Lattes.p	UENG

Por último, foi incorporado ao Lattes a seguinte informação no passo de envio do currículo como também no ato de sua atualização que versa sobre o comprometimento de falsificação de dados informados:

"O solicitante declara formalmente que está de acordo com o Termo de adesão e compromisso da Plataforma Lattes (declaração feita em observância aos artigos 297-299 do Código Penal Brasileiro)."

A lei sobre Falsificação de Documentos (Lei 297-299) que consta no Lattes na seção de envio do CV que envolve multa e reclusão para os faltosos –

<http://efomento.cnpq.br/efomento/html/falsiDocPublico.htm>

Entretanto, segundo o Supremo Tribunal Federal:

Inserir informação falsa no currículo lattes configura falsidade ideológica (art. 299 do CP)?

NÃO.

Consta no site do JusBrasil constam as seguintes informações:

Ricardo Olivieri, 2019

Crime de falsidade ideológica

O crime de falsidade ideológica é assim tipificado pelo [Código Penal](#):

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Inserir informação falsa no currículo lattes configura falsidade ideológica (art. 299 do CP)?

NÃO.

Não configura falsidade ideológica a conduta do agente de inserir, em currículo Lattes, dado que não condiz com a realidade.

STJ. 6ª Turma. RHC 81.451-RJ, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 22/8/2017 (Info 610).

Plataforma Lattes não é considerada documento

O currículo lattes não é considerado como "documento" pelo STJ.

A plataforma Lattes, como se sabe, é virtual e nela o usuário, após colocar seu "login" e senha, insere as informações desejadas. Não se trata, portanto, de um escrito palpável, ou seja, um papel do mundo real, mas sim de uma página em um sítio eletrônico.

Para que seja documento eletrônico, é necessária assinatura digital

Embora possa existir "documento eletrônico", não está ele presente no caso concreto. Isso porque somente pode ser considerado "documento eletrônico" aquele que consta em site que possa ter sua autenticidade aferida por assinatura digital. Nesse sentido, a MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), dispõe no seu art. 1º:

Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

No Brasil, a infraestrutura de chaves públicas é de responsabilidade de uma Autarquia Federal, o ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, ligado à Presidência da República.

Para que pudesse ser considerado documento eletrônico, a plataforma Lattes teria que ter a sua validade jurídica atestada por meio da assinatura digital.

Logo, não se pode ter como documento o currículo inserido na plataforma virtual do Lattes do CNPq, porque desprovido de assinatura digital e, portanto, sem validade jurídica.

Currículo Lattes é passível de averiguação e, portanto, não é objeto material de falsidade ideológica

O STJ foi além e disse o seguinte: ainda que o currículo Lattes pudesse ser considerado um documento digital válido para fins penais, mesmo assim não teria havido crime. Isso porque, como qualquer currículo, seja clássico (papel escrito) ou digital, o currículo Lattes é passível de averiguação, ou seja, as informações nele contidas deverão ser objeto de aferição por quem nelas tenha interesse.

Quando o documento é passível de averiguação, o STJ entende que não há crime de falsidade ideológica, mesmo que o agente tenha inserido nele informações falsas. Nesse sentido:

(...) Já se sedimentou na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que a petição apresentada em Juízo não caracteriza documento para fins penais, uma vez que não é capaz de produzir prova por si mesma, dependendo de outras verificações para que sua fidelidade seja atestada. (...)

STJ. 5ª Turma. [RHC 70.596/MS](#), Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 01/09/2016.

(...) somente se configura o crime de falsidade ideológica se a declaração prestada não estiver sujeita a confirmação pela parte interessada, gozando, portanto, de presunção absoluta de veracidade. (...)

STJ. 6ª Turma. [RHC 46.569/SP](#), Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 28/04/2015.

É a opinião também da doutrina:

"(...) havendo necessidade de comprovação - objetiva e concomitante -, pela autoridade, da autenticidade da declaração, não se configura o crime, caso ela seja falsa ou, de algum modo, dissociada da realidade." (NUCCI, Guilherme de Souza. [Código Penal Comentado](#). 13ª ed., São Paulo: RT, 2013, p. 1.138)

REFERÊNCIAS

AMORIN, Cristiane V. Organização do currículo – plataforma Lattes. Pesquisa Odontológica Brasileira, v. 17, suppl.1, p. 18-22, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pob/v17s1/a04v17s1.pdf> Acesso em: 13 mai. 2021.

BRITO, Aline Grasielle Cardoso de; QUONIAM, Luc; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. Exploração da Plataforma Lattes por assunto: proposta de metodologia. TransInformação, v. 28, n. 1, p. 77-86, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v28n1/0103-3786-tinf-28-01-00077.pdf> Acesso em: 13 mai. 2021. DIZER DIREITO. s/d. Disponível em: <https://www.dizerodireito.com.br/2019/05/mentir-no-curriculo-lattes-configura-o.html> Acesso em: 13 mai. 2021. JUSBRASIL. Mentir no currículo lattes configura o crime de falsidade ideológica? 2019. Disponível em: <https://ricardotofh.jusbrasil.com.br/artigos/715302588/mentir-no-curriculo-lattes-configura-o-crime-de-falsidade-ideologica> Acesso em: 13 mai. 2021.

LATTES. 2021. Disponível em:

http://lattes.cnpq.br/web/dgp/faq;jsessionid=CqklXEWwbtDi9YgPTdoH0M36.undefined?p_p_id=54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column3&p_p_col_count=1&_54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e_struts_action=%2Fwiki_display%2Fview&_54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e_nodeName=Main&_54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e_title=12.+Manter+Grupo+de+Pesquisa Acesso em: 13 mai. 2021. SCIENTI. Rede Internacional de Fontes de Informação e Conhecimento para Gestão da Ciência, Tecnologia e Inovação. 2021. Disponível em: <http://www.scienti.net/php/index.php?lang=pt> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

RÍOS, Rebecca de los; SANTANA, Paulo Henrique de Assis. El espacio virtual de intercambio de información sobre recursos humanos en Ciencia y Tecnología de América Latina y el Caribe Del CV Lattes al CvLAC. Ciência da Informação, v. 30, n. 3, p. 42-47, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v30n3/7285.pdf> Acesso em: 13 mai. 2021.

8. AFINAL, O QUE É DIREITO AUTORAL?

Marta Maria Alonso de Siqueira

Neuza Rejane Wille Lima

O direito autoral faz parte de um ramo do Direito denominado direitos de propriedade intelectual. Estes englobam três grandes grupos de direitos: o direito autoral (direitos de autor, direitos conexos e programas de computador), os direitos de propriedade industrial (marcas; patentes; modelos de utilidade; desenhos industriais; denominações geográficas; segredos industriais e repressão à concorrência desleal) e os direitos de proteção *sui generis*, cultivar e conhecimento tradicional).

O direito à propriedade intelectual visa a regular e a proteger a possibilidade de os criadores das obras usarem, fruírem e disporem de bens que são frutos do intelecto humano. Sob um outro ângulo, pode-

se afirmar que os referidos direitos têm a finalidade de proteger o produto da criatividade humana e igualmente incentivar o trabalho intelectual.

Direitos Autorais são os relacionados aos direitos dos autores a suas obras intelectuais literárias, artísticas ou científicas. No Brasil, a Lei nº 9.610/98, conhecida como Lei de Direito Autoral, protege os direitos de autor e os direitos que lhes são conexos.

Os Direitos autorais podem ser conceituados como conjunto de direitos exclusivos de caráter moral e patrimonial dos criadores e intérpretes de obras literárias, artísticas e científicas. Os direitos autorais são direitos fundamentais expressos na Constituição Federal brasileira de 1988 no art. 5º, incisos XXVII e XXVIII, bem como encontra previsão no artigo 27, § 2º da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Além disso, o Brasil é signatário da Convenção da Organização Mundial para a Propriedade Intelectual (OMPI) de 1967 e do Acordo TRIPS, administrado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, o Brasil tem o dever internacional de proteger obras e autores brasileiros e estrangeiros com a mesma proteção.

Os direitos de propriedade industrial estão previstos na Lei 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial – LPI) e a Lei do Software (Lei 9.609/98) trata especificamente da proteção dos direitos dos autores dos programas de computador.

É importante diferenciar os direitos de propriedade industrial e os direitos autorais. Os direitos de propriedade industrial dependem de a obra criada possuir aplicação industrial e o prévio registro no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). A proteção do direito autoral não depende de registro e não há necessidade de que a obra tenha aplicação industrial. O registro de uma obra por seu autor é recomendável por facilitar a prova da autoria, porém não é indispensável. Assim, pode-se afirmar que o registro de um direito de autor facilita, por exemplo, a solução de disputas que tenham por objeto a titularidade da obra.

De outro giro, o Direito Autoral, previsto na Lei nº 9.610/98, envolve um conjunto de normas estabelecidas pela legislação vigente nos países que protegem as relações entre o criador e a utilização de suas criações, sejam elas criações artísticas, literárias, científicas como, por exemplo, textos, livros, pinturas, músicas, ilustrações e fotografias.

A Lei 9.610/98, prevê, em seu artigo 7º, um rol exemplificativo das obras protegidas pelos direitos autorais. Vejamos:

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

- I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- II - as conferências, aloções, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III - as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V - as composições musicais, tenham ou não letra;
- VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII - os programas de computador;
- XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

É considerado autor a pessoa física criadora uma obra artístico-literária-científica. Ela é a titular originária da obra. Esta titularidade originária do autor ocorre para obras já disponíveis no mercado ou para as obras feitas por encomenda, mesmo que a realização da obra seja inerente ao objeto do contrato de trabalho. Assim, as matérias de um jornal ou de uma revista tem a autoria daqueles que as cria, mesmo havendo um contrato de trabalho entre o jornalista e o jornal ou a revista. Além disso, pode-se afirmar o mesmo para as obras financiadas com recursos públicos. Tais obras pertencem com exclusividade ao autor e, caso não exista nenhuma cláusula contratual diferente, a exploração da obra dependerá de autorização prévia do autor.

Conforme a lei de direitos autorais, o criador da obra intelectual (a pessoa física do autor) pode receber os direitos morais e patrimoniais resultantes da exploração de sua criação.

Os direitos morais enfatizam a ligação essencial do autor com sua obra. Desta forma, quem cria a obra jamais pode ser alijado de sua criação. Assim, mesmo que uma música seja brilhantemente interpretada por outra pessoa, diferente do seu compositor, esta música sempre será do compositor. Este tem o direito moral de autor. Neste sentido, os direitos morais de autor são direitos

personalíssimos, e, por isso, são intransferíveis e inalienáveis. Assim, mesmo que haja a cessão dos direitos sobre a obra para outra pessoa, o autor sempre terá o direito moral de ter seu nome citado e reconhecido. Já os direitos patrimoniais são aqueles que proporcionam ao autor a exploração econômica da obra. Para isso, podem os autores ceder ou licenciar a obra a terceiros. Ressaltamos que é Direito Exclusivo do Autor dispor de sua obra como quiser, ou seja, ele poderá utilizar sua criação da maneira que desejar, bem como permitir que terceiros a utilizem, total ou parcialmente.

Ao contrário dos Direitos Morais, que são intransferíveis e irrenunciáveis, os Direitos Patrimoniais podem ser transferidos ou cedidos a outras pessoas, às quais o autor concede direito de representação ou mesmo de utilização de suas criações. Caso a obra intelectual seja utilizada sem prévia autorização, o responsável pelo uso desautorizado violará normas de direito autoral, e este ato poderá gerar um processo judicial, tanto na esfera civil como na esfera penal.

A cessão dos direitos patrimoniais da obra faz com que o cessionário (o adquirente), pessoa física ou jurídica, venha a possuir a titularidade derivada da obra. O art. 49 da Lei 9.610/98 limita essas transferências, quando forem de caráter definitivo. Vejamos:

- I - a transmissão total compreende todos os direitos de autor, salvo os de natureza moral e os expressamente excluídos por lei;
- II - somente se admitirá transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita;
- III - na hipótese de não haver estipulação contratual escrita, o prazo máximo será de cinco anos;
- IV - a cessão será válida unicamente para o país em que se firmou o contrato, salvo estipulação em contrário;
- V - a cessão só se operará para modalidades de utilização já existentes à data do contrato;
- VI - não havendo especificações quanto à modalidade de utilização, o contrato será interpretado restritivamente, entendendo-se como limitada apenas a uma que seja aquela indispensável ao cumprimento da finalidade do contrato.

Quando o autor apenas licencia sua obra, isso significa dizer que haverá a transferência de apenas uma parcela dos direitos de uso ou de exploração da obra, que, na prática, ocorre por prazo determinado e não há transferência do direito de uso exclusivo da obra.

Outra possibilidade de transferência dos direitos patrimoniais do autor é por sucessão legítima ou testamentária em favor dos herdeiros do autor falecido.

Os direitos autorais se subdividem em duas categorias: os direitos autorais e os direitos conexos. Enquanto os primeiros pertencem originariamente à pessoa física criadora da obra ou à pessoa que

vier a transferi-lo; os segundos pertencem aos artistas intérpretes e executantes, e também aos produtores fonográficos e organismos de radiodifusão.

É importante lembrar que a proteção da Lei de Direitos Autorais se estende aos Direitos Conexos, isto é, aqueles direitos que se relacionam com a obra original, mas que com ela não se confundem. Logo, pode-se pensar no seguinte exemplo: o direito à composição e à letra da música é um direito autoral, mas o direito do intérprete pela utilização da sua voz e interpretação daquela música é um direito conexo. Ele pode-se pensar do trabalho dos músicos acompanhantes, dos produtores fonográficos, das empresas de radiodifusão, dentre outros. Todos os estes possuem direitos conexos protegidos pela Lei de Direitos Autorais.

A validade dos direitos de autor e dos direitos conexos pode ser encontrada nos artigos 41 e 96 da Lei 9.610/98. O direito autoral protege a obra desde sua criação até 70 anos após o ano subsequente ao falecimento do autor. Após esse prazo, a obra entra em domínio público e qualquer indivíduo fica livre para explorá-la, sem necessidade de solicitar autorização do titular dos direitos de autor. Em relação aos direitos conexos, o artigo 96 dispõe que: “É de setenta anos o prazo de proteção aos direitos conexos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à fixação, para os fonogramas; à transmissão, para as emissões das empresas de radiodifusão; e à execução e representação pública, para os demais casos.”

No meio acadêmico, é muito comum a invenção de softwares (programas de computador). Estes, embora também sejam objeto de proteção pela Lei de Direitos autorais, possuem regulamentação por lei própria, isto é, a Lei 9.609/98.

É necessário notar que existem duas principais diferenças de tratamento entre os *softwares* e os direitos autorais. A primeira diferença está no prazo de proteção do *software*: “É de 50 anos contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação”, nos termos do art. 2º, §2º da Lei 9.609/1998. A segunda grande diferença é que o *software* produzido mediante contrato de trabalho ou prestação de serviços pertence ao empregador ou contratante, inclusive órgãos públicos, salvo estipulação contratual em contrário, conforme o art. 4º, §2º da Lei 9.609/98.

Quadro 1 - Obras passíveis de registro de direitos autorais.

Lista
• Livros, brochuras, folhetos, cartas-missivas, textos literários, artísticos ou científicos; • Conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza; • Obras dramáticas e dramático-musicais, com ou sem partitura; • Obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra forma qualquer; • Ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza; • Argumentos e roteiros cinematográficos; • Adaptações, arranjos musicais, traduções e outras transformações de obras originárias (que não estejam no domínio público), desde que previamente autorizadas e se apresentem como criação intelectual nova; são aceitas para registro com expressa e específica autorização de seu autor (ou autores) e/ou detentores dos direitos autorais patrimoniais (cessionários); • Coletâneas ou compilações, como seletas, compêndios, antologias, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas, coletâneas de textos legais, de despachos, de decisões ou de pareceres administrativos, parlamentares ou judiciais, desde que, pelos critérios de seleção e organização, constituam criação intelectual; • Composições musicais, com ou sem letra; • Obras em quadrinhos (personagens); • Letras e partituras musicais; • Obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia.

Fonte: SEBRAE (2014).

A LEI DE DIREITOS AUTORAIS E O PL 2.370/19: O QUE MUDA?

Dada a relevância do tema e a necessidade de compatibilizá-lo com outros direitos garantidos constitucionalmente, é oportuno o debate da atualização da lei de direitos autorais vigente, suscitado

pelo projeto de lei 2.370/19, de autoria da dep. Jandira Feghali, em tramitação na Câmara dos Deputados.” (Guilherme Reis, quinta-feira, 12 de março de 2020).

Convivemos com obras com direitos autorais a todo momento, seja quando ouvimos uma música no *Spotify*, assistimos um filme no canal Netflix, lemos um livro, um artigo de divulgação científica, de produções acadêmicas, compramos uma roupa ou sapato numa loja de marca reconhecida, entre muitas outras coisas, apesar de não pensarmos sobre isso o tempo todo. As leis asseguram a proteção as propriedades intelectuais de cada produto, cada obra, cada invenção por menor que seja. Assim, é sempre possível que criadores consigam usufruir de suas produções, pessoalmente e economicamente, das suas obras (ESCOLA PAULISTA DE MAGISTRATURA, 2020).

Assim, sempre há proteção às propriedades intelectuais de artista, inventores e pesquisadores através das regras sobre os direitos autorais através do ordenamento jurídico brasileiro e de outros países.

No art. 5º, inciso XXVII, da Constituição Federal (CF) assegura ao autor o exercício exclusivo de utilização de suas criações, ao passo que as alíneas a) e b) do inciso XXVIII da CF garantem, respectivamente, a proteção das contribuições individuais em obras coletivas e o direito à fiscalização do proveito econômico das obras aos artistas, intérpretes e associações (JUSBRASIL, 2021).

Assim, outros direitos garantidos devem ser, constitucionalmente, garantidos, tais como:

- liberdade de expressão,
- acesso à cultura e à educação,
- função social da propriedade, entre outros.

É sempre oportuno em debates de atualização da lei de direitos autorais vigente (**Lei 9.610/98**), suscitado pelo **Projeto de Lei 2.370/19** que é de autoria da Deputada Federal Jandira Feghali, em tramitação na Câmara dos Deputados.

A Lei em vigência foi gestada no final dos anos 1990, tendo nascido em um ambiente que contava com uma internet ainda muito incipiente e a circulação de informações sobre acontecimentos, a divulgação de novas obras ou novos produtos e invenções eram muito restritos. Mesmo assim, sempre ocorreu diferentes formas de cópias ilegais de música, filmes, livros, artigos, pinturas, entre muitos outros itens. Hoje em dia, com a internet a circulação de informações se faz de forma cada vez mais ampla e muito mais veloz, possibilitando se verificas plágios e fraudes faz cada dia mais presente, a circulação de informação e de bens, inclusive imateriais como aulas, *lives* e *podcast*, entre outros (ESCOLA PAULISTA DE MAGISTRATURA, 2020).

No campo dos direitos morais, os quais são os direitos relativos à personalidade do autor e à sua relação com a obra criada, o PL traz modificações interessantes. A primeira delas é o alargamento da coautoria para obras audiovisuais. Além do diretor e do autor do argumento ou assunto literário, musical ou litero-musical, como prevê o art. 16, *caput*, da lei de direitos autorais vigente, seria coautor também o roteirista. Além disso, os assuntos ou argumentos supracitados estariam condicionados a terem sido criados especialmente para a obra audiovisual para terem a coautoria reconhecida. Embora, num primeiro momento, possa parecer uma restrição desmedida, trata-se de uma confirmação das especificidades da obra audiovisual, a qual requer um processo de criação e de elaboração diferente dos demais tipos de obra intelectual (ESCOLA PAULISTA DE MAGISTRATURA, 2020).

Foi implementada mudança relevante em relação aos direitos morais no art. 81, inciso VIII, **PL 2.370/19** com a necessária de inclusão do nome dos autores, artistas intérpretes e executantes em todas as obras musicais ou litero-musicais incorporadas a cada cópia de obra audiovisual (ESCOLA PAULISTA DE MAGISTRATURA, 2020).

A promoção do alargamento das limitações ao direito autorais objetivou compatibilizar a proteção autoral com os outros direitos que já são constitucionalmente previstos, tais como o acesso à saúde e o exercício da liberdade religiosa, entre muitos outros, implementando de forma satisfatória a integração pretendida pelo **PL 2.370/19** com as demais normas do ordenamento jurídico brasileiro dentro de um sistema legal que tem sido cada vez mais coeso, coerente, interligado e sempre integrado (ESCOLA PAULISTA DE MAGISTRATURA, 2020).

A regulamentação do regime patrimonial das obras criadas durante os vínculos empregatícios foi um grande passo que alcançou importantes mudanças com pretendida pelo **PL 2.370/19**, sendo as obras de titularidade do empregador, que poderia usá-las por um prazo de 10 anos, a partir da primeira publicação. Adicionalmente, há uma previsão de que a remuneração devida ao empregado esgota os valores devidos a este pela criação da obra, salvo convenções contrárias (ESCOLA PAULISTA DE MAGISTRATURA, 2020).

O **PL 2.370/19**, em conformidade com a expansão das tecnologias digitais, gerou um regramento sobre o uso de obras intelectuais nos meios virtuais. Assim, se passou a:

- Incluir, explicitamente, a internet como local de frequência coletiva que envolve pagamento de todos os direitos autorais por qualquer execução pública.

- Substituir o rol extenso de locais considerados de frequência coletiva presentes no § 3º do artigo 68 do **PL 2.370/19** através de cláusulas mais amplas e ilimitadas, levando em conta a comunicação ao público e também o uso de produtos virtuais realizado através de qualquer processo (art. 68, § 1º, incisos I a III, PL 2.370/19).
- Trever a possibilidade de o autor que teve sua obra utilizada sem autorização em ambiente digital proceder à sua retirada ou pleitear uma remuneração do provedor de internet que permitiu o uso não autorizado, por meio de um sistema de notificação e contranotificação, detalhado nos artigos 88-A a 88-C dela.

O **PL 2.370/19** propôs a criação de um escritório central responsável por arrecadar recursos específico para o setor audiovisual sob fiscalização da ANCINE que é responsável pela distribuição de valores devidos pela exibição desse tipo de obra, sendo um "ECAD do audiovisual" (artigos 85-A e 99-C).

Assim, numa realidade globalizada e interativa, as formas de comunicação e de consumo de bens culturais se ampliam e ocorrem com uma velocidade cada vez maior, as propostas trazidas pelo **PL 2.370/19** atualizaram as cláusulas a lei de direitos autorais, modernizando as relações às compatibilidades de proteção aos direitos autorais dos criadores e inventores promovendo um seguro ao acesso à cultura, à educação e ao lazer, sanando as lacunas práticas, processuais e teóricas, garantindo os mecanismos de proteção dos titulares de direitos autorais, paralelamente, trazendo os dispositivos de regramento quanto ao uso de obras intelectuais nos diferentes ambientes digitais e nas relações empregatícias legalizadas.

Através das leis, se verifica que os cidadãos contam com instrumentos de proteção às atividades culturais, educativas e de pesquisas que fomentam à criatividade, o desenvolvimento intelectual e social dos brasileiros ou aqueles que usufruem de dupla nacionalidade em território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRAMUS. Afinal, o que é direito autoral? Disponível em:

<https://www.abramus.org.br/noticias/8482/afinal-o-que-e-direito-autoral/> Acesso em: 05 mar. 2020.

BITTAR, Carlos Alberto. Direito de Autor. 5. ed. revista, ampliada e atualizada conforme a Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (com as alterações da Lei 12.853/2013), por Eduardo Carlos Bianca Bittar. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. BOVINO, Márcio Lamonica. DIREITO.COM. Capítulo III – Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua duração (do Artigo 28 ao 45). 2012. Disponível em: <https://www.direitocom.com/lei-9-6101998-lei-de-direitos-autorais-comentada/titulo-iii-dos-direitos-do-autor-do-artigo-22-ao-52/capitulo-iii-dos-direitos-patrimoniais-do-autor-e-de-sua-duracao-do-artigo-28-ao-45> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 05 mar. 2020. BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20.02.98. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 2.370/2019. Altera os arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 25, 28, 29, 30, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 68, 77, 78, 79, 81, 86, 90, 95, 96, 97, 100-B, 101, 102, 103, 107, 108 e 109 e acrescenta os arts. 30-A, 52-A, 52-B, 52-C, 52-D, 52-E, 61-A, 67-A, 85-A, 88-A, 88-B, 88-C, 99-C, 99-D, 110-A, 110-B, 110-C, 110-D, 110-E, 110-F, 110-G, 110-H, 110-I, 110-J, 110-K, 110-L, 111-A, 111-B, 113-A e 113-B na lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198534> Acesso em: 05 mar. 2020.

ESCOLA PAULISTA DE MAGISTRATURA (SP). abpi.empauta.com Associação Brasileira da Propriedade Intelectual Clipping da imprensa. Brasília, 12 de março de 2020. <https://abpi.org.br/wp-content/uploads/2020/03/1584097735.pdf>

JUSBRASIL. Inciso XXVII do Artigo 5 da Constituição Federal de 1988. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10730064/inciso-xxvii-do-artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988> Acesso 14 mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Proposal by Argentina and Brazil for the Establishment of a Development Agenda for Wipo. WO/GA/31/11 (27 de agosto de 2004). Disponível em <http://www.wipo.int/meetings/en/doc_details.jsp?doc_id=31737>

REIS, Guilherme. A lei de direitos autorais e o PL 2.370/19: o que muda? <https://www.migalhas.com.br/depeso/321506/a-lei-de-direitos-autorais-e-o-pl-2-370-19--o-que-muda> Acesso em: 05 mar. 2020.

SEBRAE. O que são direitos autorais? 2014. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-sao-direitos-autorais,9acecdb74834410VgnVCM1000003b74010aRCRD#> Acesso em: 05 mar. 2020.

9. FINANCIAMENTO DE PROJETOS

Luciana Goudinho

Ao se planejar para iniciar uma graduação, ou dar prosseguimento aos estudos ingressando em um curso de pós-graduação é preciso pensar em muitos detalhes, e a questão financeira sempre pesa muito nessas decisões. Cursar uma pós-graduação com bolsa de estudos é uma possibilidade procurada por muitos estudantes, ou até mesmo se você deseja aplicar a sua pesquisa e não tem recursos financeiros próprios para isso.

Veremos neste capítulo muitas possibilidades de bolsas de estudos e tipos de financiamentos que podem ajudá-lo a concretizar os seus planos profissionais e acadêmicos. Nosso objetivo é apresentar um direcionamento básico, com dicas simples de como e onde buscar financiamento para a sua pesquisa.

COMO CAPTAR RECURSOS

O primeiro passo é estabelecer o seu objetivo principal. Qual é o seu interesse? Estudar, se profissionalizar, se aprimorar ou se atualizar? Os caminhos são diversos.

Com o objetivo principal traçado é a hora de montar o seu projeto. Faça um rascunho com todas as suas ideias, com a maneira como deseja realizar seu objetivo e com as referências bibliográficas que você já conhece, além de acrescentar tudo que você tem interesse em fazer ou estudar e que se alinhe com o seu objetivo principal. Esse rascunho vai ser muito útil para que você possa adequá-lo com os editais que encontrará pela frente.

Se manter atualizado em suas áreas de interesses é fundamental para que você consiga acompanhar as novidades e os problemas novos que vão surgindo e precisam de soluções. Uma boa pesquisa busca soluções para os problemas atuais que nos cercam.

Estabeleça um grupo de contato. Seja de colegas que tenham o mesmo interesse, profissionais da sua área e principalmente grupos de pesquisa. Ter uma boa network ajuda muito nesse processo de ingresso no mundo acadêmico e na realização de bons projetos. Entre em contato com um professor que tenha uma linha de pesquisa que se adeque ao que você está interessado em estudar e que possa te ajudar sugerindo possíveis direcionamentos.

Ter contato contínuo com professores e pesquisadores mais experientes e que já estão atuando é fundamental para que você tenha modelos a serem seguidos e apoio durante o seu processo de estudos ou aplicação de pesquisa.

TIPOS DE EDITAIS ACADÊMICOS

O edital é o primeiro documento com o qual você tem contato antes de ingressar em um curso, concurso ou quando busca financiamento. Fique atento pois o edital traz detalhadamente todas as informações que são pertinentes ao processo e no caso de dúvidas entre em contato com os organizadores do edital. Existem vários tipos de editais como podemos ver alguns exemplos a seguir:

- EDITAIS PARA INGRESSO NA GRADUAÇÃO
- EDITAIS DE PROCESSO SELETIVO DE PÓS-GRADUAÇÃO
- EDITAIS DE FOMENTO À PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO
- EDITAIS DE CONCURSO PÚBLICO TEMPORÁRIO OU EFETIVO
- EDITAIS DE PREMIAÇÃO
- EDITAIS INTERNACIONAIS
- PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
- INSTITUIÇÕES PRIVADAS

INFORMAÇÕES ATUALIZADAS

Uma forma de estar sempre em contato com as notícias e editais mais atualizados é através da criação de uma rede de contatos dentro da sua área de pesquisa e interesse. Seguem algumas sugestões:

- Buscas personalizadas de interesse – A Inteligência Artificial funciona de forma que sempre que você pesquisa sobre um assunto ela vai te apresentar resultados, propagandas e notícias semelhantes;
- Contato com grupos de pesquisa de áreas específicas através de mala direta, cadastro em sites ou redes sociais;
- Grupos específicos nas redes sociais – pesquise por grupos de bolsistas, concurseiros, grupos de pesquisa, chamadas de publicação, sempre acrescentando em sua pesquisa a sua área de atuação;

- Redes sociais para pesquisadores: ResearchGate. Faça o seu cadastro em sites de emprego e de pesquisa para estabelecer contato com profissionais e pesquisadores que compartilhem com os seus interesses;
- Cadastro para receber informações de instituições do seu interesse. Muitos sites oferecem a opção de enviar novidades por e-mail a partir de um simples cadastro;
- Pesquise sites, canais e redes sociais especializados em concursos, bolsas e editais de fomento.

Manter uma rotina de busca e pesquisa sobre esses assuntos fará com que você esteja sempre atualizado, aumentando assim a possibilidade de conseguir alcançar os seus objetivos.

COMO MONTAR UM PROJETO

Algumas instituições e fomentadoras oferecem um *template*, que é um modelo, contendo exatamente o que será avaliado durante a seleção. Ou então elencam no edital os itens mais importantes, que não podem faltar no seu projeto. São eles:

- Contextualização
- Objetivo geral
- Objetivos específicos
- Caracterização do produto/serviço/pesquisa
- Etapas do projeto (calendário/cronograma)
- Organização e gerência (envolvidos)
- Plano Financeiro
- Resultados esperados

Caso não tenha um modelo pronto para ser seguido procure ser objetivo, apresentar um texto claro, coerente e com foco nos resultados que você busca alcançar ao final da realização do seu projeto.

PLANO FINANCEIRO

Uma das etapas mais importantes é fazer o levantamento de valores de todos os gastos envolvidos ao longo do projeto, no caso de estar concorrendo a alguma verba para aplicar a sua pesquisa. Verifique no edital quais tipos de gastos poderão ser cobertos pelo financiamento: gastos com deslocamento e

viagens, materiais de escritório, equipamentos tecnológicos, entre outros. Os materiais necessários variam de acordo com a sua pesquisa.

Verifique também quais são as regras estabelecidas no edital, em geral você precisa fazer um levantamento de preços dos materiais que vai utilizar, apresentar três valores diferentes para cada item e a instituição escolherá o valor mais adequado e concederá a verba para que você faça a aquisição e aplicação.

Recomendamos que você não apresente valores muito discrepantes, pois o escolhido será o menor. Pesquise materiais de qualidade e valores semelhantes para que sua pesquisa não seja prejudicada com produtos de baixa qualidade. Sugerimos o seguinte passo a passo:

- Lista de necessidades (materiais e serviços);
- Levantamento/cotação de preços;
- Organização dos preços em tabelas, se possível com a imagem do produto, como mostra o **Quadro 1** a seguir.

Quadro 1 – Exemplo de modelo de tabela de preços.

Lojas	Loja 1	Loja 2	Loja 3
Produto/valor	R\$ 100,00	110,00	120,00

Essa etapa de organização é importante para que você possa planejar as suas ações e os custos para a aplicação da sua pesquisa. E como mencionado anteriormente, se você estiver em contato com profissionais que já tenham experiência eles poderão te auxiliar em todas as etapas, inclusive indicando materiais com valores mais acessíveis e adequados para a sua necessidade.

FOMENTADORAS DE PESQUISA

No momento de buscar uma instituição que possa apoiar o seu projeto ou pesquisa, verifique primeiro se alguma delas está vinculada ao seu programa de estudos ou a sua empresa. No caso de vínculos, as instituições podem abrir editais com vagas específicas para cada programa ou empresa. Fique atento.

A oferta de fomento pode vir do âmbito internacional, nacional, estadual ou privado. Conheça algumas instituições nas sessões seguintes. Acesse os sites oficiais das instituições e comece a se habituar com os editais, que em geral, trazem exigências semelhantes.

FOMENTADORAS NACIONAIS

- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - é uma Fundação de fomento à pesquisa, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Educação – MEC
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

FOMENTADORAS ESTADUAIS

Veja na **Figura 1** as Logos de algumas das fundações de amparo à pesquisa de nível estadual. Acesse os sites oficiais e conheça o trabalho de cada uma dela. Aqui trouxemos apenas seis exemplos, mas temos diversas fundações espalhadas pelo país.



Figura 1 – Logo de algumas fomentadoras de pesquisa estaduais.

O Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's) no Brasil, a CONFAP, foi criado em 2007 e atualmente congrega 30 Fundações que foram criadas ao longo de 50 anos (**Quadro 2**).

Quadro 2 – Datas de criação das Fundações de Amparo à Pesquisa no Brasil que ocorreu ao longo de 50 anos (1962 – 2012).

FUNDAÇÕES		Datas
1	FAPESP (SÃO PAULO)	23/05/1962
2	FAPERGS (RIO GRANDE DO SUL)	31/12/1964
3	FAPERJ (RIO DE JANEIRO)	16/06/1980
4	FAPEMIG (MINAS GERAIS)	20/05/1986
5	FACEPE (PERNAMBUCO)	26/12/1989
6	FAPEAL (ALAGOAS)	27/09/1990
7	FUNCAP (CEARÁ)	12/11/1990
8	FAPESQ (PARAÍBA)	06/07/1992
9	FAPDF (DISTRITO FEDERAL)	04/11/1992
10	FAPEPI (PIAUÍ)	20/12/1993
11	FAPEMAT (MATO GROSSO)	21/12/1994
12	FAPESC (SANTA CATARINA)	09/01/1997
13	FUNDECT (MATO GROSSO DO SUL)	03/07/1998
14	FUNDAÇÃO ARUCÁRIA (PARANÁ)	06/01/2000
15	FAPESB (BAHIA)	27/08/2001
16	FAPEMA (MARANHÃO)	31/01/2003
17	FAPEAM (AMAZONAS)	21/05/2003
18	FAPERN (RIO GRANDE DO NORTE)	19/04/2004
19	FAPES (ESPIRÍTO SANTO)	23/06/2004
20	FAPITEC (SERGIPE)	12/12/2005

21	FAPEG (GOIÁS)	12/12/2005
22	FAPERN (RIO GRANDE DO NORTE)	19/04/2004
23	FAPES (ESPIRÍTO SANTO)	23/06/2004
24	FAPITEC (SERGIPE)	12/12/2005
25	FAPEG (GOIÁS)	12/12/2005
26	FAPESPA (PARÁ)	24/07/2007
27	FAPEAP (AMAPÁ)	30/12/2009
28	FAPT (TOCANTINS)	31/03/2011
29	FAPERO (RONDÔNIA)	25/07/2011
30	FAPAC (ACRE)	17/02/2012

Fonte: FAPERGS (2021).

FOMENTADORAS INTERNACIONAIS

- Fulbrighth Brasil – Estados Unidos em parceria com 160 países
- DAAD – Deutscher Akademischer Austauschdienst (Alemanha)
- NRC – National Research Council of Canada (Canadá)
- NSERC – Natural Science and Engineering Research Council of Canada (Canadá)
- NSF– National Science Foundation (Estados Unidos da América)
- ERAMUS+ - Programa da Comissão Europeia nos domínios da Educação, Formação, Juventude e do Desporto.

FOMENTADORAS PRIVADAS E INSTITUIÇÕES DIVERSAS

Além das instituições públicas, temos muitas empresas no âmbito privado que recebem incentivos fiscais para apoiarem e promoverem projetos sociais e investimentos em pesquisas, como podemos ver nos exemplos apresentados na **Figura 2**. Acesse os sites oficiais e veja se você se encaixa no perfil que as empresas buscam.



Figura 2 – Logos de exemplos de projetos que incentivam e fomentam pesquisas.

Lista de Instituições Privadas de Financiamentos

- Instituto Sua Ciência (suaciencia.org)
- Fundação Lemann (fundacaolemann.org.br)
- Catalise o potencial das suas ideias - Sebrae
- Fundação Estudar - Fundação Estudar
- Instituto Ayrton Senna – Educação do Futuro, agora

CURRÍCULO E FORMAÇÃO CONTINUADA

O seu currículo fará toda diferença nos processos de seleção para qualquer área, seja para uma vaga de pesquisa ou de estudos. Para isso seguem algumas sugestões para que você possa melhorar o seu currículo:

- Identifique a sua melhor maneira de aprender e invista na sua formação de forma contínua;
- Verifique quais são as melhores áreas de atuação, onde há mais carência de profissionais com a sua formação;
- Busque curso no modelo MOOC, que são cursos que você pode realizar à distância e sem a necessidade de tutoria;
- Caso você prefira ter um profissional para apoio durante a realização de algum curso de formação na modalidade EAD, busque aqueles que oferecem tutores ou professores.

- Cursos Híbridos são aqueles em que você pode ter momentos com aulas presenciais e outros com atividades à distância, onde você poderá realizar de acordo com a sua disponibilidade;
- Cursos presenciais demandam mais tempo e dedicação, mas podem ser mais práticos e eficazes por contarem com o auxílio e acompanhamento de professores, orientadores ou tutores;
- As Aulas personalizadas podem ser realizadas com um profissional especializado ou até mesmo em aulas disponibilizadas na internet com professores com os quais você se identifica;
- Não se esqueça de sempre pegar as certificações e incluir no seu currículo para mantê-lo o mais atualizado possível.

Para concluir este capítulo, esperamos que você consiga focar nos seus objetivos, seguindo as dicas preciosas contidas neste manual como um todo você conseguirá o financiamento e apoio para seguir nos seus estudos! Não deixe de compartilhar todo o conhecimento e experiência adquiridos ao longo da sua caminhada acadêmica e profissional. E que tal começar compartilhando esse manual?!

Caso tenham interesse em acessar este tema através de apresentação em PowerPoint, o material está disponível no portal Educapes: Financiamento de Projetos.

REFERÊNCIA

FAPERGS. Datas de criação das Fundações de Amparo à Pesquisa no Brasil. 2021. Disponível em: <https://fapergs.rs.gov.br/datas-de-criacao-das-fundacoes-de-amparo-a-pesquisa-no-brasil>. Acesso em: 13 nov. 2021.

10. A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS COM ACESSIBILIDADE

Ilma Rodrigues de Souza Fausto

Marlene Rodrigues

Ruth Maria Mariani Braz

Introdução

Em tempos remotos nos deparamos com uma infodemia, materiais produzidos, com imagens inseridas, com letras utilizadas sem pensar na acessibilidade do conteúdo para todas as pessoas e suas condições, acabam tornando o material inacessível para pessoas com deficiência ou com alguma necessidade específica. Assim tornar o texto legível e acessível é incluir digitalmente a Todos.

Esta pesquisa versa sobre a importância da produção de documentos com acessibilidade. Para tanto foi criado um curso sobre produção de documentos com acessibilidade, dentro de uma pesquisa interventiva, para provocar nos profissionais da educação a revisão de suas práticas quanto a produção do material acessível utilizado em suas aulas e em outras ações que demandem o uso de material didático ou similares e consequentemente sua capacitação. Concomitante a prática de identificação e elaboração de material e documentos acessíveis discute-se as questões que demandam ou são resultantes da acessibilidade atitudinal.

DESENVOLVIMENTO

Dentro das diretrizes de acessibilidade, as primeiras ações, depois da inserção de tecnologias Assistivas ao AVA, foram observadas que sem a produção de Materiais Educacionais Acessíveis para Aprendizagem, os recursos como descrições de texto para imagens ou legendas ocultas e transcrições de vídeos, iriam permanecer inacessíveis para alguns alunos.

Ações básicas, como fornecer contraste de cor suficiente, reduzem o esforço de alunos para perceber as informações tornam o aprendizado uma experiência mais agradável. Desse modo, nos questionamos: como tornar o texto legível e acessível para todos? As respostas vieram por meio do uso da tecnologia assistiva (BERSCH, 2017), e foram evidenciadas sobretudo com o aumento do aumento de pessoas com deficiência ao AVA, de forma eficiente, incluindo as pessoas com tipos variados de deficiências, entre elas pessoas com Deficiência física; pessoas com Deficiência intelectual; pessoas com Deficiência visual, pessoas com Deficiência auditiva, denominações citadas por Sassaki (2007).

Sobre ações viáveis para a produção de Materiais Educacionais Acessíveis para Aprendizagem para publicação de conteúdo tomamos como referência a Lei Brasileira de Inclusão e a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 30 de março de 2007, em Nova York, e ratificada pelo Decreto Federal nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, estabelece em seu artigo 9º item 1: [...] deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação [...]. Diante disso, a acessibilidade e usabilidade digital nos permite falar da necessidade de dar condições de acesso a sites, aplicativos e conteúdos e forma igualitária (BRASIL, 2015).

Porém observa-se também a necessidade da produção dos conteúdos textuais e não textuais, ou seja, imagens e vídeos acessíveis para e com o uso de ferramentas assistivas uma vez que as tecnologias de leitores de tela não conseguem realizar a leitura de forma organizada quando percorre determinados conteúdos e se depara com títulos, subtítulos não vinculados ao estilo, às vezes as imagens não possuem o texto alternativo para informar ao usuário a descrição e sem ela ou, quando realizada de forma equivocada, o software leitor de texto não descreve a imagem de forma correta, comprometendo sua finalidade e sua relevância no contexto do trabalho.

Outro exemplo pode ser notado no uso de imagens que piscam ou que possuem cores fortes também não são indicadas para leitores de texto, de modo que pessoas com dislexia, daltônicos podem distrair-se; e ainda poderá confundir pessoas com dificuldade de concentração, inclusive usuários com transtorno do espectro autista. Se o conteúdo não está pronto para ser lido e compreendido por qualquer pessoa, o conteúdo não é suportado pela acessibilidade. Não são máquinas que precisam de acesso para ver, ouvir e entender, e sim pessoas.

Um fator importante também para as ferramentas Assistivas executarem de forma eficaz seu trabalho relaciona-se às letras serifadas: Times New Roman, Courier New, Comic Sans, uma vez vinculadas aos documentos, por exemplo, não promovem boa legibilidade para leitores de tela e também para pessoas com dislexias, sendo consideradas barreiras para PcD. Os tipos de letras que melhor atendem aos leitores de tela são fontes sem serifa (sans-serif), como Arial, Calibri, Tahoma, Trebuchet e Verdana, (EPUB Accessibility 1.0, 2020).

Para pessoas com autismo é importante vincular mecanismos de navegação e layouts inteligentes, de fácil compreensão e que sejam lógicos e coerentes. As cores que são vinculadas aos materiais, slides

e documentos devem ser coerentes e não utilizar também marcadores complexos, difíceis de compreender e utilizar.

Quando o recurso de áudio é inserido em slides, deve estar em primeiro plano, ação importante para entendimento dos conteúdos. A própria formação dos sistemas de aplicativos para escritório (SAE): Word, PowerPoint e Excel, estão acessíveis, porém, a edição de tais ferramentas que permitem ao usuário o acesso a todos os recursos e com isso permite que os estilos sejam revistos, pois as cores com contrastes de difícil entendimento tornam documento ilegível pelo PCD, vistos na aba de layout dos aplicativos. (MICROSOFT, 2021 e GALVÃO FILHO, 2009).

É importante também a organização do texto visto no Painel de Seleção dos Aplicativos. Depois que produzimos os nossos slides ou textos, podemos verificar se o conteúdo está legível para PcD, com o uso de um recurso disponível nas ferramentas, no Verificador de Acessibilidade do Microsoft Office. O Google (2021) no Drive documentos está com ferramentas Google de acessibilidade implantadas em todos os recursos de criação de documentos, e com materiais disponíveis, *templates* e indicação de softwares.

Os documentos em PDF, também permitem verificar a acessibilidade dos documentos e identificam possíveis inconsistências na acessibilidade. Quando é realizado o processo de salvar como em *Portable Document Format* (PDF) no formato de Texto OpenDocument (WORD) também devemos salvar de forma acessível, utilizando os recursos de acessibilidade e com a proposta de um PDF pesquisável e não salvar em formato não em formato de imagem. A ferramenta *Free PDF Accessibility Checker* (PAC 2) software gratuito para verificação de acessibilidade em documentos PDF.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) trabalha também para favorecer a acessibilidade, quando informa os elementos do trabalho, que estão agregados ao estilo do texto, ou seja, se os SAE forem utilizados de forma correta, o documento ou slide será acessível e organizado para qualquer público. (ABNT, 14724, 2005). Para ações de pertencimento, é recomendado que uma pessoa sem deficiência utilize os recursos de acessibilidade para entender as dificuldades encontradas nos documentos produzidos. São ações e reflexões abordadas no decorrer do curso, dentro das Atividades de Vida Autônoma (AVA) inclusivas. Uma situação bem discutida no desenvolvimento da pesquisa interventiva foi: como um cego usa a tela sensível ao toque (*touchscreen*) considerada por muitos, uma ferramenta facilitadora e inclusiva para qualquer pessoa? É importante informar que as redes sociais possuem ferramentas para descrição de imagens e acessibilidade permanente, e é essencial

aprender a usar esses recursos para atender essa demanda latente em tempos atuais, (WCAG, 2021; W3C, 2021).

O curso foi ministrado para 40 profissionais da Educação e a produção técnica destes, evidenciou a aprendizagem e aceitação dos conteúdos com acessibilidade em suas práticas. Em epítome salientamos que grandes partes dos editores de textos e de apresentação de slides estão com tecnologia para acessibilidade. Com a produção de documentos acessíveis, automaticamente, tornando-os legíveis pelas ferramentas de apoio, os conteúdos podem lidos e usados por todos e as pessoas com deficiência podem ler o conteúdo e trabalhar com os arquivos (RADABAUGH, 1993), essa é a perspectiva inclusiva do trabalho.

REFERENCIAS

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Assistiva – Tecnologia e Educação, 2017. Porto Alegre, RS

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 22 fev. 2021.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma 14724, 2011. Disponível em: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/NBR_14724_atualizada_abr_2011.pdf Acesso em 22 fev. 2021.

W3C. Documento de Processo W3C. Disponível em: <https://www.w3.org/2020/Process-20200915/#Reports> Acesso em 22 fev. 2021.

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/TA_dequesetrata.htm Acesso em 22 fev. 2021.

GOOGLE. 2021. Acessibilidade Google. Disponível em:

<https://sites.google.com/saladeaula.org/gegbrasil/acessibilidade?authuser=0> Acesso em 22 fev. 2021.

MICROSOFT. Tornar seus documentos do Word acessíveis para pessoas com deficiência. 2021. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/tornar-seus-documentos-do-word-acess%C3%ADveis-para-pessoas-com-defici%C3%Aancia-d9bf3683-87ac-47ea-b91a-78dcacb3c66d> Acesso em 22 de fev. 2021.

RADABAUGH, M. P. Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities – A report to the president and the congress of the United State, National Council on Disability, 1993. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED355696.pdf> Acesso em 22 de fev. 2021.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: Wva, 2007. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/56632330-construindo-uma-sociedade-para-todos-livro-sasaki-1-pdf-free.html> Acesso em 22 de fev. 2021.

VERIFICADOR DE ACESSIBILIDADE DE PDF. 2021. Disponível em: <http://www.access-for-all.ch/en/pdf-lab/pdf-accessibility-checker-pac.html> Acesso em 22 fev. 2021.

WCAG. Visão geral das diretrizes de acessibilidade de conteúdo da web (WCAG). 2021. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/standards-guidelines/wcag/> Acesso em 22 fev. 2021.